

MARIA DORATH BENTO SODRÉ

ECOS DE PALAVRAS-IMAGENS:

**O ÍNDIO NO DISCURSO DE INTELLECTUAIS BAIANOS NOS 400
ANOS DO BRASIL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade do Estado da Bahia, como pré-requisito parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação e Contemporaneidade, sob orientação do Prof. Dr Wilson Roberto de Mattos.

**Salvador, Bahia
2003**

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Central da UNEB

Sodré Maria Dorath Bento

Ecos de palavras-imagens : o índio no discurso de intelectuais baianos nos 400 anos do Brasil / Maria Dorath Bento Sodré. - Salvador : [s. n.], 2003.

131p.

Orientador : Wilson Roberto de Mattos

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Mestrado em Educação e Contemporaneidade.

Inclui bibliografia

1 Índios - Identidade étnica. 2. Índios - História. 3. Intelectuais - Bahia - Discursos, ensaios, conferências. I Mattos, Wilson Roberto. II. Universidade do Estado da Bahia. Mestrado em Educação e Contemporaneidade. III Título.

CDD - 305.8981

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA DORATH BENTO SODRÉ

ECOS DE PALAVRAS-IMAGENS:

**O ÍNDIO NO DISCURSO DE INTELLECTUAIS BAIANOS NOS 400 ANOS DO
BRASIL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade do Estado da Bahia, como pré-requisito parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação e Contemporaneidade, sob orientação do Profº Dr Wilson Roberto de Mattos.

Membros da Banca Examinadora:

**Profº Drº Wilson Roberto de Mattos – Universidade do Estado da Bahia
(Orientador)**

Profª Drª Ana Célia Silva - Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Heredia

**Salvador, Bahia
2003**

Aos que têm contribuído para transformar o lugar dos índios e negros na sociedade brasileira, como Ivanide Santa Bárbara e Creuza Maria de Oliveira.

Às amadas sobrinhas Vitória e Sara, como um gesto para que possam conviver numa sociedade sem exclusão de negros e índios.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui os meus agradecimentos Às pessoas que me acolheram num período muito difícil e especial da minha vida. Com diferentes gestos me ampararam, possibilitando a realização deste trabalho.

As “amigas-irmãs” Anória de Jesus Oliveira, Marluce de Lima Macedo, Rosana Mara Chaves Rodrigues e Ângela Camargo com quem pude compartilhar as minhas fraquezas, dores e dificuldades enfrentadas com gana pelo apoio delas.

Aos professores Wilson Roberto de Mattos e José Augusto Laranjeira Sampaio pelas diferentes contribuições que se somaram e foram fundamentais neste trabalho dissertativo.

A Gilda Forte e Elvira Moraes, Milan Camargo, Julival Landim, Simiramisse de Sousa Miranda, Cleide Alecrim, João Dantas, João Diógenes, Reijane de Oliveira e Bárbara de Jesus Oliveira, Antônio Carlos Cau Gomes e Lúcia Marçal por me terem acolhido em momentos difíceis, contribuindo para a realização deste trabalho e com a qualidade da minha existência.

A Sandra Assis, Rosângela e o Pró-Reitor Manoelito Damasceno, pela prestatividade com que sempre me atenderam.

Tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representação), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Michel Foucault

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IGHBa: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar e problematizar o discurso sobre índios emitido pelos intelectuais baianos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa no ano de 1900, quando ficaram responsáveis pelas comemorações dos 400 anos do Brasil e construíram a imagem discursiva do índio num contexto de fim de século, de mudanças políticas com o término do governo de Luís Vianna, do fim da guerra de Canudos e de influência das teorias raciais. Entre as referências que marcam este discurso, tem-se a projeção de uma imagem idealizada do índio com forte traço romântico, localizado no passado, mais exatamente no início da colonização brasileira e em vias de extinção. Serviram como fontes principais para a análise desse discurso o romance-histórico Pindorama, de Xavier Marques, e o relatório Estudos sobre a Baía Cabralia e Vera Cruz, do major Salvador Pires Carvalho e Aragão, produzidos sob a égide das comemorações do quarto centenário de descobrimento do Brasil. Nesses livros, nos jornais de maior circulação na época e nas revistas do IGHBa, identifica-se o enunciado da miscigenação como uma preocupação que poderia comprometer o futuro projeto de uma sociedade monorracial branca na Bahia, tornando a presença de mestiços, negros e índios uma questão social para a qual os intelectuais deveriam indicar a solução. Diante deste enunciado a imagem-discursiva do índio é um misto de mito da nacionalidade, produzido pelos literatos românticos de meados do século XIX, atualizado com os pressupostos raciais que entendiam a miscigenação como degeneração racial. Para instituir a identidade indígena, os intelectuais utilizam textos produzidos no período inicial da colonização brasileira, como a carta de Pero Vaz de Caminha em que pressupõem encontrar as características para identificar os índios, que o olhar contemporâneo de final de século deveria reconhecer. Contam, também, com o pressuposto da teoria evolucionista, segundo o qual o processo de desaparecimento dos índios era uma lei da natureza para os povos que não acompanhassem o progresso modelado na Europa. Com a instrumentação da metodologia da análise de discurso, buscou-se, nesta dissertação indicar como esse discurso de final do século XIX projetou, na memória social brasileira a invisibilidade do índio, a crença de seu desaparecimento, o reconhecimento da identidade indígena que foi atribuída pelos intelectuais. Sob signo de final de século, os intelectuais baianos projetaram uma imagem do índio com traços físicos e culturais estereotipado, com um lugar no passado da história do Brasil, portanto distanciando o índio no espaço e no tempo, onde pretendiam que tivesse permanecido. Tentou-se ouvir os ecos dessa projeção, entendendo que desvendar esse discurso pode-se chegar as práticas como o não reconhecimento do índio que não corresponda à imagem-discursiva que associa fenótipo enfeitado de penas, arco e flecha, como sendo lugar de índio as matas ou lugares distantes das cidades do País, e a perspectiva de extinção do índio.

Palavras-chaves: Índio, Intelectuais Baianos, Identidade.

ABSTRACT

This work purposes analysing and polemizing the discuss about Indians that intellectual people from Bahia-Brasil of Geographic and Historical Bahia Institute (IGHBa) - 1900, when they become responsible for celebrations of Brazil 400 years-old and make an analytical Indian image in an ending century context, political changes with Luiz Viana's final government, final war from Canudos and racial theory of influence. Between references that mark this discuss, there is a projection of an idealized Indian image with a hard romantic signal, placed in the past, exactly in the beginning of Brazilian colonization that goes on extinction. They served as main sources for the analysis of this discuss the historical romance "Pindorama" by Xavier Marques and the report "Studies about Cabrália and Vera Cruz Bay" by major Salvador Pires Carvalho e Aragão made under four hundred years-old Brazil celebration protection. In these books, in the most important newspaper at that time and IGHBa magazines find out the crossbreeding declaration like a worry that could risk the future project of a white monoracial society becoming the presence of crossbreds, Blacks and Indians a social question that the intellectual people shoul show the solution. Before of this declaration the deductive image of the Indian is a mixed of mith of the nationality made by a man of romanticist letter in mid-XIX century, updated with racial presupposition that understood the crossbred like a racial degeneration. To establish an Indian identity, intellectual people use texts made in the beginning of Brazilian colonization as Pero Vaz de Caminha's Letter that presupposes discover characteristics to identify Indians that contemporary view of final century should recognize. They also tell with the presuppost of evolutionist theory on which the process of Indians disappearance was a nature law to the people who don't keep up with a pattern process in Europe. Accomplished by methodology of speech analysing, it tried indicate in this dissertation how this discuss of 19th century ending reverberated the Indian invisibility in Brazilian memory, the beief in their disappearance, the Indian identity recognition that was attributed by intellectual people. Signal of century ending the intellectual people from Bahia reverberated an Indian image with cultural and physical stereotyped traces, placed in the past of Brazilian history, there fore separating the Indian in space and time, where they intended remain. It tried listen to echoes of this discuss understanding that resolving this discourse, can get practises like: no recognition of Indian that it's not corresponding a deductive image that associate phenotype decorated by feather, arch and rise; indicate woods as Indians home or far-away places from cities of the country and the perspective of Indian extinction.

Key-words: Indians, Intellectual Baianos, identity.

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	07
Resumo.....	08
Abstract.....	09
Introdução.....	11
Capítulo 1: Demarcando as trilhas dos intelectuais baianos de 1900	32
1.1 O IGHBA NA COMEMORAÇÃO DOS 400 ANOS DO BRASIL.....	41
1.2 A TESSITURA TEÓRICA QUE ENLAÇOU OS INTELLECTUAIS.....	51
Capítulo 2: Xavier Marques: Pindorama degenerada.....	60
2.1 OS ÍNDIOS DO PROJETO ROMÂNTICO	63
2.2 NAS TRAMAS METODOLÓGICAS	68
2.3 PINDORAMA: O LIVRO	71
Capítulo 3: O discurso da ciência: autoridade da verdade	97
Considerações finais: Ecos de palavras-imagem	114
Referências.....	125

INTRODUÇÃO

CAPITULO 1

Demarcando as trilhas dos intelectuais baianos de 1900

A Bahia de 1900 convivia com as profundas modificações ocorridas no Brasil nas últimas três décadas do século XIX. Tanto a queda do Império e instalação da República em 1889, como o fim do regime escravista, decretado em 1888, eram mudanças tão recentes, no fim do século, que estavam mesmo em consolidação e, provavelmente, a população, especialmente os intelectuais e políticos, procuravam acomodar mudanças em velha ótica de permanência de poder.

Manter o poder como ex-donos de escravos, com a produção econômica demonstrando “{...} sinais de decadência e o centro-sul, mais especificamente as áreas cafeeiras”¹, tornando-se o principal pólo econômico do País, deixava a situação da Bahia ainda mais complexa. Somam-se a esse quadro as novas relações com o novo regime político.

A Bahia, durante o Império, “exercia significativa influência política nos partidos Liberal e Conservador ”². Só às vésperas da Proclamação é que o Partido Republicano baiano foi organizado, porém sem a menor importância política ou eleitoral.

Não chegavam a duas centenas de pessoas eram: professores da faculdade de Medicina, estudantes, funcionários públicos e comerciários. Essas circunstâncias refletiram-se na proclamação da República na cidade de Salvador e no comportamento do novo regime político na Bahia”³

Mesmo após a instalação do novo regime, os políticos do Império, o grupo conservador em que estavam Luiz Vianna, José Marcelino de Souza, José Gonçalves da Silva e Satyro de Oliveira Dias, continuava exercendo o controle político, como informa Luís Henrique⁴:

Proprietários, homens que pertenciam às famílias de largo domínio no Recôncavo e nos sertões da Bahia, os conservadores e os liberais do

¹ VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. S.P.: Ática, 1997, p. 109

² Id., loc., cit.

³ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1981, p. 164

⁴ Id., *ibid.* p. 167.

Império eram, realmente, os políticos que tinham controle da máquina eleitoral, velha, mas eficiente, e que podiam usar prestígio no poder judiciário e na administração. Quando foi preciso eleger representantes à Assembléia Constituinte, eles, e não os inexperientes políticos republicanos, é que fizeram as bancadas; e quando foi necessário eleger o primeiro governador republicano constitucional da Bahia, eles, e não os antigos ativistas do Clube Republicano Federal, é que elegeram José Gonçalves da Silva.

A República só se estabilizou em 1898 com o governo Campos Sales. Para essa estabilidade, contribuiu a extinção da rebelião de Canudos, que “{...} consolidou o predomínio dos grupos civilistas apoiados nas elites regionais”⁵. A Bahia foi, portanto, cenário para afirmação política do novo regime que tinha como linha teórica a implantação do Liberalismo enquanto concepção de política econômica.

Cruzar o conceito de cidadania, intrínseco a este modelo político-econômico e as concepções raciais, tornou-se matéria dos intelectuais. Compartilhando de idéias contraditórias que pregavam a participação na vida social como critério de cidadania _ entende-se civilização _ ao mesmo tempo, negavam a possibilidade de civilização aos que se distanciavam do padrão étnico branco.

Nesse emaranhado de idéias a trilha, construída pelos intelectuais baianos foi demarcada com a preocupação de que a presença mestiça inviabilizasse o futuro da Bahia da expectativa de afirmação dessa área sob a responsabilidade de suas idéias; e a busca de demarcar maior participação da Bahia no governo central. São sobre esses marcos que o presente capítulo discute.

O cenário baiano no período de 1900 vive questões pulsantes no contexto de elaboração das comemorações dos 400 anos do Brasil e a respeito do índio no pensamento intelectual baiano. A afirmação do Rio de Janeiro como centro cultural, político e

⁵ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 138

econômico e o secundário papel da Bahia no cenário nacional, acentuado com o advento da República trazem a vitória do cosmopolitismo cultural do Rio de Janeiro. Esta constatação também foi feita por políticos e intelectuais baianos como podemos perceber nas “{...} mensagens governamentais, as teses médicas, as notícias dos jornais, os discursos dos membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”⁶.

Os 400 anos do Brasil significou um pano de fundo para a posição que a Bahia pretendeu demarcar, enquanto primeira área de estabelecimento português no Brasil: atrair a atenção do governo central e afirmar o futuro dessa área que estava sob forte questionamento diante da majoritária presença mestiça e africana.

A guerra de Canudos tinha mantido a Bahia sob os olhos atentos do governo central, com Prudente de Moraes nos “primeiros passos” do regime republicano no País. Canudos representou uma prova de fogo desse regime. Na luta contra Canudos, as prerrogativas do novo regime, como a separação entre a Igreja e o Estado e os pressupostos teóricos sobre a questão racial no Brasil, encontraram terreno para se alimentarem. Afirmava Nina Rodrigues sobre os seguidores de Antônio Conselheiro: “serão monarquistas como são fetichistas, menos por ignorância, do que por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso, insuficiente ou incompleto”⁷.

A descrição de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, “{...} maior de sessenta annos, de família que sofria de afecção mental, propria para produzir os phenomenos que se observa nelle”⁸ no jornal *O Diário da Bahia*, de 12 de novembro de 1896, propaga as idéias elaboradas pela Faculdade de Medicina.

⁶ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n 21/22, p. 177-238, 1998/1999.

⁷ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*, op. Cit., p.54

⁸ Apud. SILVA, Kátia M. de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979, p. 176.

Pressupostos como esses baseiam o trabalho da Faculdade de Medicina da Bahia, onde Nina Rodrigues se destaca como o principal intelectual, produzindo um largo estudo especialmente sobre o que ele considerou o problema baiano: o negro. Defendia a saída na construção de formas específicas de a sociedade lidar com este povo, “defendia não só a proeminência do médico na atuação penal, como advogava a existência de dois códigos no país – um para negros, outro para brancos”.⁹Estabelecendo o lugar social para os negros e mestiços, isentava o País de se tornar responsável pela inserção desse povo na almejada civilização que a República indicava.

Entre os intelectuais do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a discussão sobre os negros cede lugar às discussões sobre o índio e o mestiço em clima de comemoração dos 400 anos de Brasil. Os livros escolhidos em seus concursos não tratam sobre os negros e seus descendentes mestiços, diretamente, porém o eixo de discussão que eles trazem está, intrinsecamente, relacionado à questão da mestiçagem, enquanto preocupação desses intelectuais.

Membros da administração Luís Vianna, que governou de 1896-1900, e intelectuais do IGHBa se confundiam, como é o caso de Satyro Dias, responsável pela Pasta do Interior. Se a relação entre espaço político e espaço intelectual era estreita, tanto mais justificada a posição do governo diante da exclusão social de grande parte da população no território baiano. Parece que essa elite política e intelectual conjugava pressupostos teóricos, essencialmente racistas, com práticas também racistas, inseridas nos valores civilizatórios desse grupo

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e Abusos da mestiçagem no Brasil: uma história das teorias raciais em fins do século XIX. *Revista Afro-Ásia*. Salvador: UFBA, n 18, p. 77-101, 1996, p. 88

Portanto, ao escolher esses intelectuais, não estamos pressupondo que estavam a favor de um grupo em detrimento de outro por mero exercício de poder. Ao problematizar os seus discursos, porém pode-se conhecer mais sobre as imagens que se tem sobre os índios, visto que na sociedade predominam falas (sobre os índios) que não foram construídas por eles. Buscar de onde ecoavam as palavras, localizando o terreno onde estavam assentadas, pode contribuir para mudar as práticas de exclusão que elas justificam, visto que hoje, os termos para se falar sobre os índios foram alterados.

O contexto em que as idéias foram elaboradas indica as possibilidades que os discursos tiveram ao serem produzidos. Além de aspectos materializados nas ações como participar da guerra de Canudos em um dos lados, a compreensão que se tem sobre quem está no lado oposto é tão presente quanto realizar ações de luta.

As concepções sobre índios e mestiços, que os intelectuais do IGHBa compartilhavam, projetou imagens sobre os índios e mestiços, mas também sobre eles próprios considerados brancos. Parece que principalmente a construção dessas imagens sobre os índios e mestiços indicou o futuro que a Bahia teria, por isso afirmaram a extinção do índio e, quanto aos mestiços, sugeriram “remédios”, como o catolicismo. Porém como contar com a ação da Igreja em época de republicanismo?

São evidências das concepções culturais que alimentam o viver de um grupo, mesmo quando a ciência se pressupunha absoluta. Na Bahia de 1900, as teorias científicas raciais eram tomadas como viés explicativo que legitimava a fala dos intelectuais, mas havia um espaço para se adequarem aos seus pressupostos culturais mais significativos.

A composição de “tal grupo seletivo de homens ilustrados” era heterogênea, tanto em seus ideais quanto em sua filiação de classe, sugerindo diferentes propostas de como lidar com a presença do mestiço.

O que irmanava, contudo, brancos e ricos doutores liberais ou reconhecidos intelectuais mulatos, remediados e positivistas, era a missão, da qual se julgavam representantes, de fazer implantar nessas paragens uma sociedade moderna e civilizada, nos moldes de centros cosmopolitas europeus da época.¹⁰

Nos trabalhos do jornalista Xavier Marques e do major Salvador Pires de Aragão, referenda-se a missão desses intelectuais, pois eles reconhecem a presença mestiça e compartilham do incômodo que essa presença causava aos ideais de civilização, cujos propósitos para esse “problema” foram sendo debatidos e sugeridos por toda a primeira República, culminando com o governo de J. J. Seabra em 1912, na chamada *belle époque* baiana.

A missão da qual se imbuíam vislumbrava um cenário urbano para constituir os centros de uma sociedade moderna. Nesse período, a maior parte da população baiana residia no campo, mas as constantes migrações engrossavam a população marginalizada das cidades, principalmente na Capital. Nesse espaço, a rua “[...] constantemente desprestigiada por encarnar a metáfora de todos os vícios, transformou-se no lugar dos excluídos”.¹¹ Essa geografia social da cidade de Salvador, no período, revela um espaço marcado pela diversidade. “De um lado, sofria a imposição de um modelo europeu de civilização, comportamento, arquitetura e organização espacial. De outro, compunha-se de uma população majoritariamente de africanos e seus descendentes¹².

Nina Rodrigues¹³ estimou a população de africanos em Salvador em 2.000 pessoas por volta do ano de 1890. Somando a esta estimativa da presença negra tem-se alguns

¹⁰ FERREIRA FILHO, Alberto H. *Desafricanizar*, op. cit., p. 242

¹¹ Id., *ibid.*, p. 239

¹² VIEIRA FILHO, Raphael R. *A africanização do carnaval de Salvador, Ba – a re-criação do espaço carnavalesco (1876-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,

¹³ NINA RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil*. S.P.: Ed. Nacional; Brasília, Ed. Da Universidade de Brasília, 1988. p. 100

outros dados fornecidos por Mattos¹⁴ ao pesquisar os “cantos” de ganhadores livres como territórios negros.

Excluídos os brancos (apenas 3), mais os que as designações sugerem descenderem dos índios (30 acaboclados, 9 caboclos, 1 afogueado, 1 avermelhado), e os 22 ganhadores que não têm referência quanto à cor, todos juntos representando 3,58% do total de matriculados, a grande maioria restante, 1.701, inclui-se no que chamamos, populações negras, ou seja, 96%. Destaca-se ainda o fato de que 2/3 do total desses ganhadores (67,97%), são identificados como de cor “preta”.

Estes cantos de ganhadores são os lugares de trabalho onde se reuniam para oferecerem serviços e que desde 1887 o chefe de polícia instituiu o Registro de Matrícula onde todos os ganhadores deveriam se inscrever.

Os cantos parecem indicar que possuíam estrutura própria de organização interna e funcionavam de forma autônoma João Reis sugere provável ligação desses cantos com as feiras livres iorubas. Autonomia relativa “pois na verdade, nunca deixaram de existir tentativas de regulamentação e controle.”¹⁵

Em referências como essas pode-se perceber como neste espaço urbano, os excluídos constituíram diversos territórios espalhados por toda a cidade, “[...] deixando marcas, a partir da vivência de práticas culturais de origem africana ou estabelecendo-as através de mecanismos de re-interpretação de instituições européias”¹⁶. Marcas que motivavam a missão dos intelectuais.

Nas comemorações dos 400 anos, entre os espaço escolhidos para as comemorações, o da “rua” da Capital foi um sugestivo lugar para os intelectuais dizerem

¹⁴ MATTOS, Wilson R. Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço de exclusão social – Salvador-BA (1850-1888) Tese de doutorado. PUC –S.P.,

¹⁵ MATTOS, Wilson R. op. cit., p. 82

¹⁶ Id., loc., cit.

sobre si e sobre o outro, ambos compartilhando do mesmo espaço, mas apenas um com a palavra.

Os espaços privados que fizeram parte foram o Polytheama, uma casa de espetáculo onde foi encenada a peça sobre o tema da descoberta do Brasil, e no IGHBa quando lançaram a revista comemorativa desses 400 anos. Nesses espaços reafirmavam uma presença seleta como a do governador, intelectuais e estudantes da Faculdade de Medicina, das escolas secundárias e primárias, um público que se constituía responsável pela elaboração da memória sobre a história do Brasil para divulgar aos demais.

Todas as demais celebrações aconteceram na rua: missa campal, desfile das escolas e pronunciamentos.

1.1 O IGHBA NA COMEMORAÇÃO DOS 400 ANOS DO BRASIL

O IGHBa ficou responsável pela organização dessa festa, compreendendo desde a condução do calendário festivo, até a elaboração do conhecimento que justificava a comemoração da data. Desdobrou-se em atividades que tiveram, em 23 de outubro de 1898 o marco de início com uma reunião entre vários de seus membros, no salão da Intendência Municipal, sob a presidência do Governador do Estado da Bahia e a assistência do cônsul de Portugal, com o objetivo de organizar um programa de festas comemorativas ao Quarto Centenário do Brasil.¹⁷

A antecedência na preparação de tal evento e as pessoas reunidas eram decorrentes das questões e ações que precisavam desencadear, ao se repensar a história do País nos seus 400 anos. Num século que vivenciou a condição de colônia e dois regimes políticos, o

¹⁷ *Revista do IGHBa*, ano 6, n 20, jun. 1899

imperial e o republicano¹⁸, e que, no seu final, a Bahia perdia importância e poder no governo central da República, as comemorações desse Quarto Centenário também tinham embutida a necessidade de reafirmação política.

A relação entre Estado e IGHBa na Bahia não era diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro com o Instituto Histórico e Geográfico.¹⁹ Criados no contexto de organização política do país monárquico, assumiram a tarefa de “construção” da nação. No contexto regional, baiano, o IGHBa destinava-se a “[...] escrever a história dessa província e a biografia de seus homens notáveis”²⁰

Satyro Dias, membro do IGHBa e responsável pela pasta de interior do governo no período, exemplifica os participantes e as perspectivas para o País, idealizadas na mencionada reunião de 1898, bem como a intrínseca relação entre Estado e IGHBa. Como membro da comissão julgadora dos concursos literários do Quarto Centenário, Satyro Dias referenda a escolha do livro *Pindorama*, de Xavier Marques, e o trabalho produzido por Salvador Pires C. e Aragão, ao pesquisar a Baía Cabralia, em nome do Instituto.

Xavier Marques e Salvador P. de Aragão, mesmo sob diferentes formas de abordar o tema, estão envolvidos no mesmo contexto de discussões teóricas e políticas do momento, no qual se movimentaram e mobilizaram para construir o discurso sobre o índio nas comemorações dos 400 anos do Brasil.

Nesse contexto, voltava-se ao passado compreendendo a história como “mestra-da-vida,” para rever heróis e fatos que refletissem exemplos para o futuro. As linhas desses

¹⁸ CARNEIRO, Manuela da Cunha. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

¹⁹ Ver GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, entre outros.

estudos reafirmavam, como herói, Pedro Álvares Cabral, considerado “{...} um gênio benfazejo”; louvado pela “{...} criação de um núcleo poderoso de atividade e inteligência” o Brasil, onde “{...} surgiria mais tarde uma nacionalidade talhada para o progresso e para a liberdade”²¹. Somava-se o “orgulho” por terem chegado primeiro na Bahia.

Organizaram, portanto, uma semana de festas e publicações para demarcar a primazia da Bahia, antes de qualquer outro estado brasileiro no “nascimento na civilização” em 1500, mas também para reafirmar esse estado em 1900. Nesse momento, com o fim da guerra de Canudos, a elite política e intelectual se considerava vencedora na luta contra as idéias restauradoras da monarquia e a presença dos “degenerados mestiços” de Canudos.

Assim, como portadores da verdade científica, esses intelectuais justificaram a comemoração dos 400 anos no dia 3 de maio. A alteração, segundo artigo de Rosendo A. P. Guimarães, publicado na *Revista do IGHBa*, em edição especial de comemoração e reproduzida em outras publicações da época como jornal e livro, explicava:

A 22 de abril de 1500, data do descobrimento do Brasil, vigorava o calendário Juliano decretado por Júlio César e adotado pelo Concílio de Niceia, no ano de 325 da era cristã.

Este calendário não igualava o ano civil ao ano trópico ou astronômico, apresentando aquele uma diferença a mais sobre este de 0,0078 de um dia, a qual em 400 anos perfaz 3 dias e 0,0949.

Em 1582, no pontificado de Gregório 13, o excesso era, aproximadamente, de 10 dias. Entendeu então esse Pontífice corrigir o calendário, e, para esse fim, publicou uma bula a 4 de outubro desse ano, estabelecendo que o dia seguinte fosse considerado 15 de outubro (diminuindo assim no dito ano os 10 dias acrescidos).

E determinou mais, afim de evitar a reprodução do fato, que em cada período de 400 anos, se diminuísse 3 dias: o que se obtém só considerando os bissextos os anos seculares cujas duas primeiras letras de ordem são divisíveis por 4. É em vistude dessa correção denominada

²⁰ Jornal *Correio de Notícias*, Salvador, 30 Abr. 1900.

²¹ *Revista do IGHB*, ano 7, n. 20, jun, 1900, p. 81-83.

Gregoriana – que o dia 22 de Abril, da descoberta do Brasil, passou a ser considerado 3 de Maio.²²

A autoridade dos membros do IGHBa, fora suficiente para que a data de 03 de maio fosse considerada no ano de 1900 como a data do descobrimento do Brasil. Uma data que foi “optada pela constituição do Império e mantida pela República”²³, embora com alguns descontentes. No jornal *Correio de Notícias* de 21 de abril de 1900 foi publicado o seguinte texto:

Vários protestos têm sido levantados contra o facto de ter o governo adotado a data 03 de maio para comemoração do descobrimento do Brazil. Fundado no texto histórico que nos diz ter sido o 22 de abril este acontecimento, os protestos parecem ir tomando um caracter de decisiva reivindicação para esta data; sendo, no entanto, muito razoável o motivo que levou o governo a considerar o 03 de maio a data do descobrimento.²⁴

O jornal não informa quem protestava, mas revela que a data de 3 de maio, não era aceita unanimemente na Bahia. Entretanto, o jornal se posicionou a favor do 3 de maio ao afirmar como razoável o motivo que levou o governo a considerar a data, sugerida por Rosendo A. P. Guimarães.

No mesmo jornal de 30 de abril, publica-se o texto “A descoberta do Brasil” em que se afirma: “logo ao amanhecer do dia seguinte, 22 de abril, da latitude de 17° sul foi avistada a primeira terra do Brasil que tomou o nome de Monte Paschoal. Neste dia e nessa ocasião é que ficou determinado o facto real da descoberta do Brazil”²⁵. O autor envia este texto do Rio de Janeiro, reafirmando a data de 22 de abril de 1900. Talvez por estar fora da Bahia pôde assumir esta afirmação ou, então, não se estivesse negando o 22 de abril, mas reparando o erro no calendário para os próximos anos. As comemorações, portanto, foram

²²GUIMARÃES, Rosendo A. P. Centenário do Brasil: que data mês e dia do ano de 1900, corresponde com o dia 22 de abril de 1500? *Revista do IGHBa*, n. 23, 1900, publicado como nota na apresentação em ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. *A Baía Cabralia e Vera Cruz*. Salvador: Litho-typ., 1899.

²³ Ver EDELWEISS, Frederico C. O descobrimento do Brasil e o dia 3 de maio. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n 88, p.127-134, 1984.

²⁴ Jornal *Correio de Notícias*, Salvador, 21 abr. 1900.

realizadas a menos de 20 dias do final do governo Luís Vianna. Este festejava, no fim do seu governo, o fim da guerra de Canudos.

Comemorou-se também o aniversário do IGHBa no dia 03 reafirmando o 03 de maio como a data da descoberta²⁶.

Dia 30 de abril, no jornal *Diário de Notícias*, onde consta a mesma explicação para o mencionado reajuste do calendário, há na mesma página um texto muito significativo para as pretensões de afirmação da preeminência da Bahia diante da nação:

Assim como grande glória foi Pedro Alvares Cabral o acaso da descoberta, seja-nos lícito considerar também motivo de maior orgulho o acaso que trouxe as naus portuguesas primeiro as plagas baianas, porque assim como de Portugal nos veio a luz da civilização, também da Bahia foi que essa luz se irradiou para todo o Brasil. Este Estado, portanto, representa a metrópole da civilização brasileira, o sol cujos raios tem frutificado em progressos, um povo cheio de idéias sublimes e aspirações grandiosas.

Essas pretensões de afirmação da Bahia, entretanto, se debatiam com algumas dificuldades, assim registra o *Correio de Notícias* em 26 de abril de 1900:

A Bahia competia ser o centro das festas nesse dia, pelo quanto de historico lhe diz respeito o facto que se vai comemorar. O nosso desejo era de que, ao alvorecer da grandiosa data, a Bahia inteira pudesse apresentar orgulhosa um certamen, em que houvesse o que se admirar para atestar o nosso progresso, a nossa cultura, a riqueza do nosso solo, o valor das nossas datas, enfim, o trabalho de quatro séculos de luctas, de estudo, de aperfeicoamento, e de grandeza. Infelizmente nenhum commetimento grandioso se vai realizar, não temos visitantes e nem mesmo sobre as aguas em que se singrou festiva a frota descobridora, para um vaso qualquer da armada nacional para acompanhar o regozijo, que deve existir durante as festas projectadas.

Após esse “lamento”, apresentam a programação da festa, que foi organizada pelas seguintes pessoas:

²⁵ A descoberta do Brasil. *Correio de Notícias*, Salvador, 30 abr. 1900.

²⁶ Ver EDELWEISS, Frederico C. O descobrimento do Brasil e o dia 3 de maio, op. cit.

Comissão Central: Conselheiro Luís Vianna (Governador do Estado), Roberto Ferreira (General da divisão e Comandante do distrito), Dr. D. Jerônimo Thomé de Souza (Arcebispo metropolitano), Dr. José de Aquino Tanajura (Presidente do Congresso), Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho (Intendente municipal), Conselheiro Dr. Pedro Mariani Filho (Presidente do Tribunal de Apelação e Revista), Conselheiro Dr. Salvador P. de Carvalho e Albuquerque (Presidente do IGHBa);

Comissão organizadora do Préstito: Coronel Afonso Pedreira de Cerqueira, Professor Aureliano Henrique Tosta, Artista Ismael Ribeiro;

Comissão dos Festejos: Tenente-Coronel Lydio Porto, Dr. Virgílio de Araujo Cunha, Major Ivo Pedro de Souza Pinheiro.

Embora o governador tenha criado um projeto de lei para as despesas do centenário num valor de até 100 contos de réis, o presidente do IGHBa se refere aos reajustes na programação por conta dessa questão financeira: “O vasto plano de festa, traçado pela comissão, secundando os esforços do Instituto, {...}sofreu, por várias circunstâncias de ordem econômica, sensíveis modificações”²⁷, mas, “{...} teve condigno realce nas irradiações de entusiasmo de que foram revestidas as festas”²⁸, que duraram quatro dias, de 1º (Terça-feira) a 4 (Sexta-feira.).

Os dois primeiros dias foram marcados pelas “procissões cívicas” de alunos, organizadas pelo inspetor do ensino. Participaram os estudantes da Faculdade de Medicina com seu estandarte, o Gynnasio da Bahia, o Instituto Normal, representados pelo “{...} batalhão infantil das escolas elementares e complementares, compostos de centenas de

²⁷ *Revista do IGHBa*, Salvador, ano 7, n 24, jun, 1900, p. 81

²⁸ *Id.*, loc. cit.

alunos de ambos os sexos”²⁹ e todos os membros do ministério público primário municipal. “Cada preceptor com seus alunos uniformizados, precedidos dos inspetores escolares”³⁰, entoando o Hino da República por todos os batalhões escolares. Encerraram-se as atividades com a colocação da primeira pedra para o monumento “{...} que se tem de erigir à memória de Pedro Álvares Cabral”³¹.

“A alvorada do dia despontou entre as expansivas notas do hynno da República”, artilharia de hora em hora, missa, “espetáculo de grande gala” no Polyteama, concerto vocal e bandas fizeram parte das festas do centenário.

A participação das escolas nas comemorações ficou decidida após reunião convocada no dia 19 de abril de 1900, por Manoel Devoto, Inspetor Geral do Ensino, a menos de um mês da festa. Tendo a participação, segundo o *Jornal de Notícias*, em 20 de abril, de: Dr. Pedro Carrascoso, diretor do Instituto Normal; Aureliano Tosta, diretor do gynnasio; Dr. Eduardo Dotto, diretor da escola de Artes; Dr. Cons. Salvador Pires Albuquerque, provedor dos Órfãos de São Joaquim; Dr. João Caldas, diretor do colégio Spencer; Justo Frederico Lisboa, Colégio São Domingos; Professor José Gregório da Costa, Colégio Popular; Dr. Sabino José dos Santos, Colégio Florêncio; Dr. Adolfo Tourinho, Colégio S. Salvador; Dr. Carneiro Ribeiro, Colégio Carneiro; Dr. Florêncio Gomes, Colégio S. José; Dr. Alfredo Vieira, Colégio Constantino Vieira; Professor Luiz da França, Colégio 7 de Setembro; Dr. Fortunato de Freitas, Instituto da Penha; Padre Francisco Silva, vice-diretor do Educandário S. Thereza; D. Porphiria de Oliveira, Colégio N. S. dos Anjos; D. Ludgera da Costa, Colégio 23 de Março; D. Maria José Ribeiro, Colégio Piedade; D.

²⁹ *Jornal Correio de Notícias*, Salvador, 04 Mai, 1900.

³⁰ *Id.*, loc. cit.

³¹ *Id.* *ibid.*

Laura Taylor, Colégio Americano Egydio; D. Constanca da Silva, Colégio S. Luzia; D. Adelia Franklin, Colégio 8 de Dezembro.

Se a participação das escolas nas festas comemorativas do Quarto Centenário foi solicitada “ao apagar das luzes”, o que indica um lugar apenas representativo em termos de presença física e na animação com as bandas, além da possibilidade de envolvê-los em um “universo patriótico” sob a condução de intelectuais do IGHBa, não foi o que aconteceu, quando da divulgação dos livros produzidos no período. Foram escritos livros exclusivos para esse público, bem como aparece nos jornais uma série de sugestões de leituras.

A obra *A História do Brasil*, de João Ribeiro, “para uso das escolas Lyceus”, foi “destinada à cultura da infância e da mocidade”, e recomendada pelo jornal, que apresenta o sumário e comenta o texto. No mesmo dia 30, publicam dois textos do livro, um sobre o Descobrimento, o outro com o título “As três raças. A sociedade. O elemento moral. Os jesuítas. Anchieta”; no dia 4 de maio, publica o texto “A escravidão negra”. São textos escolhidos que expõem a preocupação nesses 400 anos, a especificidade do Brasil com a mistura das raças³².

A trilogia: descobrimento, as três raças e a questão moral com os jesuítas ou Igreja e a escravidão demarcando o eixo do livro que foi considerado como uma manifestação de civismo pelo jornal porque:

o proprio autor salienta o costume de escrever a História do Brazil com a pompa e o grande estylo da historia europea, perdido “um pouco de vista o Brazil interno por só considerarem os movimentos da administração e os da represalia e da ambição estrangeira, uns e outros agentes da sua vida externa.³³

Nessa perspectiva João Ribeiro define “as feições e phisionomia” próprias do Brasil, “[...] o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e

³² Jornal *Correio de Notícias*. Salvador, 30 abr. 1900.

dos escravos negros”. Condena o “[...] conflito das raças disfarçado em democracia, fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares” afirmando que “logo cedo no Brasil a obra da civilização foi deturpada”. Para o autor e as teorias raciais em voga no período; “o contato das raças inferiores com os que são mais culta sempre desmoraliza e deprava a uma e outra”.

Analisando as consequências da escravidão como “a ociosidade dos remediados e ricos, o luxo e com elle a depravação da energia e a dos costumes”. Repete a frase de um jesuíta: “Os vícios dos christãos, juntavam-se ao da gentilidade fazendo uma “embrulhada diabólica”.

Essa “embrulhada diabólica” é gerada por: “o branco inteligente, mas avido e atroz, o negro servil, e o índio altivo, mas indolente, são os tres elementos de onde sahi a nacionalidade futura”. Não deles diretamente, mas da “agitação ethnica”, “toda subterrânea, e esta repartida por todo o subsolo, guardando a futura erupção”. Erupções que, conforme o autor, podiam ser vistas nas povoações do século XVI e no XIX no interior do País, traduzindo, “em seus aspectos, excellentemente, o estado da alma brasileira”.

Diante do quadro da “embrulhada diabólica”, gestando o estado da alma brasileira, o autor apresenta “o remédio”: os jesuítas, “o elemento moral dessa cidade que florescia pela decomposição das raças” e os que “procuravam levantar e nobilitar a descendência desses homens que aqui lançaram os fundamentos da nova civilização”. Parece que o autor estava indicando o catolicismo como remédio para os males de uma “história a que não faltam episodios sublimes ou terríveis”, mas que “ainda hoje é a mesma presente na vida interior, nas suas raças e nos seus systemas de trabalho que podemos a todo instante

³³ A descoberta do Brasil. Jornal *Correio de Notícias*, Salvador, p. 1, 30 de abr., 1900.

perceber”. Preocupação contemporânea presente em diversas obras como a de Xavier Marques e na pulsante presença de Canudos, para esses homens de letras e ciências.

Enquanto homens de ciências, tinham um repertório teórico para compreender e explicar sobre a chegada dos portugueses no Brasil como um despertar do Brasil da inocência infantil, como o que registra o jornal *Correio de Notícias* de 21 de abril de 1900:

Selvagem, mas livre era o Brazil até o momento em que um raio de luz da civilização europea, transpando mares desconhecidos e chegando a plagas virgens, veio desperta-lo da inocencia infantil em que vivia, com seus caboclos nus, com suas mattas densas, com seus rios exuberantes e seus montes erguidos para o ceo³⁴.

A idéia evolucionista de progresso dos povos, estabelecido em estágios, definia o viver indígena e suas estruturas sociais como estando na infância da história evolutiva pela qual, consideravam, deviam passar os povos até atingir o mais alto grau na escala: o europeu. É este um dos pressupostos que nortearam a elaboração de concepções sobre o Brasil e o índio.

Entretanto, aqui se tem um caso particular de compreensão da presença branca no Brasil: ao mesmo tempo em que condena os europeus por seus atos promíscuos que levaram à miscigenação (principal problema), recorre aos jesuítas ou à Igreja como manancial para redefinir os hábitos imorais que se estendiam entre os povos do país. Veja como João Ribeiro define os brancos, índios e negros do Brasil³⁵:

Todos, entretanto, refletiam o estado de alma de Portugal do tempo da inquisição do paiz da Europa, onde era mais cara a vida e onde o monopolio das especiarias, das sedas e preciosidades do oriente tinham devolvido o luxo, a corrupção e a profunda miséria.

O negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento economico creador do paiz e quasi o único.

³⁴ RIBEIRO, João. A História do Brasil. *Correio de Notícias*, Salvador, p. 2, 21 abr. 1900.

³⁵ Id., loc. cit.

Esse elemento ethnico (índio) pouco contribuiu e contribui ainda pouco no desenvolvimento economico e moral do paiz; mas com toda a sua mesquinhez de acção, é contudo, caracteristico, e tem sido falsa ou verdadeiramente utilizado como factor aristocratico na historia de luta entre colonos e jesuitas e quatro seculos mais tarde entre os revolucionarios da independência.

Os portugueses luxuriosos, o negro como mão-de-obra, sobressaindo a perspectiva abolicionista no autor, e o índio sem contribuições, nem mesmo no campo simbólico determinou para que “entre raças diversas a mistura por assim dizer se torna em combinação: tais conctatos destroem a humanidade no homem. Nada escapa à destruição do mal que a sociedade gera e espalha por todos os caminhos onde a sua seiva circula”³⁶.

São dessas concepções, bem ao gosto pessimista da época, que se discute o campo teórico que as respaldavam.

1.2 A TESSITURA TEÓRICA QUE ENLAÇOOU OS INTELLECTUAIS

A pluralidade racial do Brasil tornou-se assunto central entre os intelectuais no final do século XIX, particularmente com o fim do sistema escravista, em 1888, ao colocar em questão a construção da identidade nacional. A elite da sociedade, considerada branca, via como ameaça os novos cidadãos: ex-escravos negros. A concepção de inferioridade dos não-brancos, presente desde a colônia, articulou com teorias elaboradas no exterior engendrando os discursos sobre o lugar do outro e os “remédios” para a sociedade diante da presença dos não-brancos, como observa Kabengele Munanga:

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder, não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também e sobretudo propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial.³⁷

³⁶ Id., loc. cit.

³⁷ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 50

A trajetória de domínio do colonizador, estende-se mesmo após a sua retirada da área colonizada, como remete a observação de Munanga. Porém, mesmo a elite brasileira tendo buscado explicações no pensamento europeu, a cópia que fizeram das suas teorias teve sua originalidade, como uma via para não inviabilizar o lugar onde afinal permaneciam. É sob essa originalidade que o discurso sobre o índio foi construído, articulando diversas teorias com aspectos por vezes contraditórios, que os intelectuais elaboraram na concepção de identidade nacional a soma das três raças e a especificidade do racismo existente no Brasil sob a modalidade de “racismo cordial”.

As discussões em torno do tema da miscigenação trilhou diversas acepções, no final do século XIX e no século XX. Predomina no material utilizado para essa pesquisa: livros produzidos pelo IGHBa nas comemorações dos 400 anos, a formalização das diferenças raciais sob o viés teórico da degeneração racial do mestiço e a concepção evolucionista que definia a extinção dos índios.

Com esse mapeamento pretendo localizar o caminho desse capítulo: analisar as teorias raciais que foram utilizadas pelos intelectuais do IGHBa e deram suporte aos discursos sobre o índio. Portanto, um breve apanhado das teorias racistas, enfocando a concepção de degeneração e como articularam com a teoria literária do Romantismo, fundante da concepção de índio que o Instituto assume nos 400 anos do Brasil.

No livro Pindorama, ganhador do concurso do IGHBa, os personagens são índios, brancos e seus descendentes, com centralidade na miscigenação. O autor deixa indícios do contexto social de forte presença mestiça, especialmente de negros que o autor e seus pares conviviam na Bahia do pós-abolição.

Os descendentes de Fernão (português) e Indayá (índia) no romance histórico de Xavier Marques são observados pelo protagonista Fernão, quando o autor descrever o ato

praticado por eles de rasgar a bandeira, o que “feriu-lhe o coração”, neste instante a ação e não a descrição física, predomina no texto de Xavier Marques. Nos atos, portanto, nas práticas culturais onde se localizava o problema da miscigenação, a herança dos referencias da “raça inferior” limitava a possibilidade de civilização de sua prole.

Em outro livro seu, *O Feiticeiro*, Xavier Marques também se mostra menos preocupado com o fenótipo, e mais com as práticas culturais trazidas pela mestiça de branco com negra. O enredo é o alertar para os “prejuízos” que essas práticas podiam promover e como podiam invadir a vida dos brancos, causando doenças como a loucura.

A concepção de degeneração racial, empregada na análise sobre os mestiços, foi elaborada nas teorias racistas do século XIX, muito utilizada pelos grupos letrados para se “diferenciarem da massa popular, cujas formas de cultura e religião eram depreciadas como atávicas, atrasadas ou degeneradas”³⁸. Xavier Marques afirma a preocupação com a miscigenação, porém a “raça original” indígena indica as possibilidades de civilização com a conversão de Indayá ao cristianismo.

A originalidade do cruzamento teórico realizado pelos intelectuais está compreendido no aceitar as prerrogativas de possibilidade de evolução do indígena através do cristianismo, mas não é assumido na mesma perspectiva para o negro. Por que então esta dualidade para com os não-brancos no tratamento teórico, mesmo sendo ambos negros e índios considerados inferiores para os brancos?

Atualmente, esta questão é facilmente respondida por muitos intelectuais sob a lógica da distância dos índios das habitações onde concentrava a moradia da maioria dos não-índios, diferente dos negros como se refere Heloísa Gomes:

³⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 58

O índio, entre outros motivos, achava-se mais distante da realidade cotidiana de nossos autores oitocentistas, estes na sua maioria habitando os já grandes centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Quanto ao negro, estava em toda parte – nas fazendas, nos mercados, nas ruas das cidades, frequentemente dentro dos próprios lares dos escritores. Impossível vê-lo como “exótico” ou como emblema mítico ou patriótico (destino literário do índio durante o período romântico) na situação em que se encontrava e dentro de tal contexto³⁹.

A centralidade da explicação na distância dos índios da vivência dos espaços freqüentados pelos intelectuais parece-nos também muito significativa para esboçar uma resposta. Porém a miscigenação brasileira com a lógica de branqueamento parece contar como um outro fator, não menos significativo, para tentar responder a essa indagação. Somam-se, na produção dessa invisibilidade indígena, o habitar locais distantes dos grandes centros intelectuais e o fato de se confundir com brancos no processo de mestiçagem sob o signo de branqueamento da população.

Assim, a invisibilidade do indígena no cenário de Salvador, a concepção de sua extinção e a incorporação feita pela literatura do mito de nacionalidade, com um índio formulado ao gosto europeu, sem dúvida diferenciavam-no do negro e minimizavam a preocupação desses intelectuais, quanto ao medo da presença de índios e negros no futuro da Bahia. A forte presença africana, ocupando o espaço da rua e diversos setores dos recintos mais familiares, acompanhada da tradição senhorial escravocrata, que pulsava entre os contemporâneos de 1900, representava um problema eminente para a elite, no seu projeto de civilização.

Os indígenas, no século XIX, eram pensados dentro de duas vertentes, como afirma Jonh Monteiro:

Para uma vertente do pensamento imperial, apoiando-se na literatura científica de origem européia sobre “raças antropológicas” e “raças históricas”, uma enorme gama de atributos positivos das “raças” nativas

³⁹ GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988, p. 03

concorria, através da mestiçagem, para a formação do povo brasileiro, dando um caráter específico a esta nação. Para outra, também lançando mão da literatura científica estrangeira, foram antes os atributos negativos dessas mesmas “raças”- sobretudo a sua inferioridade moral, física e intelectual – que justificavam e autorizavam a exclusão dos índios do futuro da nação, inclusive por meios violentos⁴⁰.

Ao final do século XIX, a preocupação em projetar as possibilidades de uniformidade étnica no futuro do Brasil permeou o olhar dos intelectuais do IGHBa na negação do índio. Assim, o que definiram como índio em “estado puro”, era apenas os que estivessem tal qual os portugueses encontraram no passado, registrados na carta de Caminha e assim definindo qual o espaço, na história do Brasil, que pretendiam que os indígenas brasileiros estivessem.

Produziu-se, neste contexto, o livro *Pindorama* de Xavier Marques. É o drama individual do seu protagonista ao compreender, por “fatais pressentimentos”, que a mestiçagem, pelos seus “atos sediciosos”, eram incompatíveis com o progresso do País.

Tal mestiçagem é constatada e fotografada no livro *Estudos sobre a Baía Cabralia e Vera Cruz*, de Salvador Pires C. e Aragão, resultado de uma pesquisa encomendada pelos membros da comissão de organização das festas do Quarto Centenário, com pretensões científicas de reafirmar o local original da chegada de Cabral. Buscando responder a uma lista de questões com 15 recomendações de trabalho, dedica aos indígenas apenas um capítulo, resultado da busca de “{...} vestígios materiais e descendentes diretos que tenham deles conservado a pureza das raças primitivas”⁴¹. Insatisfeito com a mestiçagem que identifica na área de Porto Seguro, onde parece que esperava encontrar os índios descritos por Caminha, registra: “vão rareando os representantes de raça pura”⁴².

⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ:CCBB, 1996, p. 18

⁴¹ ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabralia e Vera Cruz*. Salvador: Lith-Typ. e Encadernação Reis, 1899, p. 63-65.

⁴² Id., *ibid.*, p. 63.

Nesses dois livros, os indígenas são vistos pela mesma ótica de extinção, e os mestiços de degradação racial. Deve-se considerar, ainda que ao serem redefinidos os critérios de pureza da raça indígena, buscando na carta de Caminha os pressupostos para a legitimidade da identidade de um povo, encontra-se, ao que parece, uma saída para reafirmar a crença na extinção dos indígenas, afirmada pelos românticos e a teoria evolucionista.

O vínculo da elite letrada com os valores metropolitanos “{...} levou à relação etnocêntrica com as culturas indígenas, africanas e mestiças, percebidas pela medição do discurso europeu”⁴³. Diversos debates foram travados entre teóricos europeus, quanto a perspectiva da América na sua particularidade racial, considerada por eles como um espetáculo racial, laboratório de estudo sobre a raça humana, mantendo entretanto o viés de inferioridade dessas raças. Entre eles, destacam-se, para o conjunto do material desta pesquisa: o debate entre os evolucionistas quanto à origem da espécie humana, se poligenista ou monogenista, com seus desígnios para os não-brancos, e a imagem do homem natural de Gobineau e Rousseau. No bojo dessas discussões, destacaremos a concepção de degeneração que substancia o pensamento do Instituto sobre o mestiço e os referenciais teóricos na elaboração do índio, adotados em 1900.

No século XIX, a influência do “bom selvagem”, que subsidiou a construção do índio como mito da nacionalidade, diferencia-se da perspectiva pessimista de interpretação sobre o Brasil, que se intensifica e “{...} radicaliza em meados do século XIX, quando o Brasil, para vários viajantes, representará um exemplo de nação degenerada de raças mistas”⁴⁴.

⁴³ VENTURA, *Estilo ...* op. cit, p. 60

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil. op. cit., p. 78

A relação entre a vertente pessimista e os intelectuais de terras nacionais, conjuga-se com o novo contexto de pós-abolição e os desejos de experimentar, aqui, a vida civilizada das capitais europeias. Assim, “as teorias racistas não exprimiram, portanto, apenas interesses colonialistas e imperialistas, já que se articulava aos interesses de grupos nacionais identificados à modernidade ocidental”⁴⁵.

Esta prática colonialista intelectual, articulada à modernidade ocidental, foi inaugurada com os literatos românticos em meados do século XIX que “redescobriram o índio em sua próprio país e o idealizaram”⁴⁶, numa articulação com os valores da Europa “na visão de natureza como fonte de vida e em seu louvor à bondade e sabedoria inatas do primitivo”⁴⁷, referendados no texto de Rousseau.

Legitimando, assim, pelo pensamento europeu, o índio brasileiro seria descoberto por nossa literatura romântica enquanto interessante tema a explorar – riquíssimo manancial plástico e poético, fator de nacionalização e símbolo de identidade pátria.⁴⁸

O que Rousseau produziu, como uma aguda e contundente crítica a civilização iluminista, “o mito do bom selvagem” “em seu transplante para o novo mundo adquiriu um sentido bastante diverso”⁴⁹ do proposto pelo autor como mais tarde também se deu com outro princípio de seu trabalho.

A teoria do bom selvagem de Rousseau, filósofo iluminista do século XVIII, estabeleceu as bases filosóficas para se pensar na idéia da humanidade enquanto totalidade. Os povos selvagens passam a ser entendidos como primitivos, por serem os primeiros no começo do gênero humano. Na centralidade desse pensamento, encontrava-se a idéia de perfectibilidade humana ou a faculdade de aperfeiçoar-se, capacidade singular e inerente a

⁴⁵ SILVEIRA, Renato da. Revista Afro-Ásia, Salvador, n 21/22, 1998/1999, p. 137.

⁴⁶ GOMES, Heloísa T. *O negro ...* op. cit., p. 28

⁴⁷ Id. *ibid.*, p. 27

⁴⁸ Id., loc. cit.

todos os homens de sempre se superarem. Os teóricos do século XIX, que compartilhavam desse pressuposto, ressaltavam que “não supunham, porém, o acesso obrigatório ao estado de civilização e à virtude”⁵⁰. A alteração, na perspectiva do pensamento do filósofo Iluminista, indica os “ares do novo tempo” de pensar sobre não-brancos.

As forças da corrente pessimista que anunciava uma visão negativa sobre os homens da América, ganhou reforço com a tese do conde de Buffon sobre a debilidade ou imaturidade do continente americano, e a noção de degeneração para designar o novo continente e suas gentes, de Corneille de Pauw, que negava qualquer possibilidade de perfectibilidade ou civilização. Sobre o trabalho do botânico Carl Friedrich P. von Martius, o ganhador do concurso do Instituto Histórico do Brasil o IHGB, que definiu como escrever a história do Brasil, no seu livro *O estado do direito entre os autóctones do Brasil* conclui: “permanecendo em grau inferior da humanidade, moralmente, ainda na infância, a civilização não altera o primitivo, nenhum exemplo o excita e nada o impulsiona para um nobre desenvolvimento progressivo”. Esta visão do assunto selava a possibilidade de continuidade da existência desse povo, dado que o progresso e a civilização eram lineares e progressivos, e quem não os vivesse estava fadado ao desaparecimento.

Com efeito essas referências estão assentadas na crescente afirmação da burguesia, como define Schwarcz

Em primeiro lugar, os avanços tecnológicos da época, tão bem representados pela ferrovia, que era conhecida pelo sugestivo nome de “os trilhos da civilização”. Mas em segundo lugar, e que nos interessa mais de perto, estava uma ciência positivista e determinista que se afirmava de maneira cada vez mais prepotente.

A afirmação da burguesia, com seus feitos tecnológicos e a elaboração da ciência positivista, tornava-se o “sonho” de consumo das elites colonizadas, em crença no

⁴⁹ Id., *ibid.* p. 28

progresso linear e determinado, legitimando, no pensamento dos intelectuais e políticos baianos, proposições sobre o que fazer com o que representava problemas para tornar esta área evoluída.

O conceito de evolução estabeleceu-se como o paradigma da época. Com a transferência da teoria de Charles Darwin, com suas expressões como “sobrevivência dos mais aptos”, “adaptação”, “luta pela sobrevivência”, da biologia para as outras ciências, uma série de teóricos, conhecidos como “darwinistas sociais”, “passam a qualificar a diferença e a transformá-la em objeto de estudo, em objeto de ciência”⁵¹. Reafirmando a noção iluminista de humanidade una e inquebrantável, porém lembra Schwarcz:

Muito diferente eram, no entanto, as teorias que Buffon -, passaram a utilizar a idéia da diferença entre os homens, dessa feita com a respeitabilidade de uma ciência positivista e determinista.⁵²

Os darwinistas sociais, também conhecidos como deterministas raciais “acreditavam que as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento por princípio entendido como um erro”⁵³. Assim, enalteciam a existência de tipos puros e compreendiam a miscigenação como degeneração. Sobre esse tema definia o qual Gobineau:

Penso portanto que a palavra degenerado, aplicada a um povo, deve significar e significa que possuía antigamente, porque nas suas veias não corre mais o mesmo sangue, no qual os acréscimos sucessivos modificaram gradualmente o valor; em outras palavras, com o mesmo nome, ele não conservou a mesma raça dos seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, aquele que é chamado de homem degenerado, é um produto diferente, do ponto de vista étnico, do herói das grandes épocas.⁵⁴

⁵⁰ SCHWARCZ. Espetáculo ... P.

⁵¹ SCHWARCZ, Lilia M. Usos e abusos da mestiçagem ... op. cit., p. 84.

⁵² Id., loc. cit.

⁵³ Id. cit, p. 85

⁵⁴ GOBINEAU, apud SILVEIRA, 1999, p. 107)

A inferioridade racial dos mestiços, negros e índios, como definiam essas teorias adotadas pelos intelectuais brasileiros, impunha, por ironia, um olhar sobre si mesmo, sobre seu país. Um olhar que, diante da predominante presença de não-brancos instigava a discussão de como conseguir o progresso e a civilização que estavam atrelados à unidade racial branca em novos tempos, com a República e a iminência de um novo século.

Foi sob essa perspectiva que Xavier Marques, vencedor do concurso do IGHBa, e Salvador Pires de Carvalho Aragão elaboraram seus trabalhos, sobre os quais tratam os próximos capítulos. Mas, vale lembrar, como afirma Silveira, que: “O racismo científico, certo ou errado, ajudou a implantar certos fundamentos culturais em um momento crítico de reestruturação da sociedade, e é exatamente por isso que eles continuam vigentes”⁵⁵.

⁵⁵ SILVEIRA, Renato da. *Revista Afro-Ásia*, n 21/22, 1998/1999, p. 145

CAPÍTULO 2

XAVIER MARQUES: Pindorama degenerada

Neste capítulo, pulsa em uma das veias o desejo de desconstruir a imagem de índio predominante na memória social; em outra, circulam os caminhos e tessituras dos textos dos intelectuais, mas, na veia aorta, para onde levam todos os caminhos, está a discussão sobre a projeção da imagem de índio, elaborada pela literatura de Xavier Marques, na Bahia de final do século XIX.

Iniciamos recompondo a trajetória de elaboração de um projeto da nação brasileira, pelos intelectuais no pós-independência, particularmente do projeto dos literatos do Romantismo. Acreditamos, assim, poder situar a representação de índio e o lugar dos indígenas na história do Brasil, que identificamos como a base da elaboração que Xavier Marques toma para escrever o seu romance. Não pretendemos, portanto, levantar as polêmicas que se desenrolaram no século XIX sobre a participação indígena na História do Brasil, que ocorreu especialmente entre literatos e intelectuais como Adolfo de Varnhagen, considerado primeiro historiador brasileiro. Embora reconheça que o projeto do Romantismo já não predominava no fim do século, parece que ele ainda fornecia os parâmetros para se enxergar o índio.

Ocupamos uma parte do texto para explicitar a escolha conceitual e teórica que subsidia a análise. Configuramos questões de cunho metodológico, no campo da apropriação de “instrumentos” para olhar e questionar a elaboração do discurso sobre o índio em *Pindorama*.

Apresentamos, na seqüência, o livro de Xavier Marques, *Pindorama*, inserindo sua narrativa nas considerações sobre a construção de cada personagem e enredo, diante das perspectivas teóricas, literárias e científicas. Estabelecemos um diálogo com o literato David Sales, que escreveu sobre o estilo de Xavier Marques, e finalizamos apontando como as condições do contexto em que Xavier se inseria e a sua própria experiência como

escritor possibilitaram que o seu discurso projetasse uma imagem discursiva do índio a qual foi acolhida por seus contemporâneos.

2.1 OS ÍNDIOS DO PROJETO ROMÂNTICO

As imagens que a memória social brasileira guarda dos indígenas não foram produzidas pelos próprios índios, mas, orientam a percepção e permitem a reprodução de um certo imaginário em que “os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essência a-histórica”¹. São filtros pelos quais se conhecem e reconhecem os índios e lhes atribuem uma identidade – “fixando estereótipos e construindo estigmas, definindo papéis e pautando comportamentos”².

São representações de uma identidade instituída no bojo da elaboração e construção da nação brasileira. Esta prática de instituir identidade está vinculada a afirmação da alteridade de quem institui sob a lógica da negação do outro. No Brasil, esse movimento se fez por todo o século XIX e teve, nos discursos literários e históricos das camadas privilegiadas da sociedade, a intenção de formulação de uma identidade nacional.

O desafio de construir uma nação, logo após a independência política do País, em 1822, incluía a necessidade de produzir símbolos nacionais, para garantir a unidade de um novo país ainda monárquico. Esse trabalho se “configurou como um projeto que qualifica o real, transfigurando-o e atribuindo-lhes sentidos precisos”³, para forjar uma nação. Tal tarefa, segundo Antônio Cândido⁴ tornou-se uma missão para intelectuais. Sob essa

¹ OLIVEIRA, Roberto C. de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro:Editora USP, 1972, p. 407

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da história e da literatura para a contribuição do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARTDT, Jacques (Orgs). *Discurso histórico e narrativa literária*. São Paulo: UNICAMP, 1998 (Coleção Momento), p. 18

³ Id. *ibid.*, p. 34

⁴ CANDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1959.

perspectiva, a literatura e a história tomam-na como missão, chamando para si a responsabilidade de construir uma identidade e uma história nacional.⁵

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB, criado em 1839, foi o primeiro de uma série de Institutos, para cumprir o papel que lhes fora reservado: “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”⁶, e recebem, inclusive, apoio do Estado para esse fim.

O modelo de nação que o Instituto buscou, passou pelo concurso que realizou sobre “Como escrever a História do Brasil”⁷. O projeto vencedor de Karl Friederich Philipp von Martius, naturalista alemão e sócio correspondente do instituto, indicava “a especificidade da trajetória desse país tropical, composto por três raças mescladas e formadoras”⁸, além de relacionar o desenvolvimento do País com o aperfeiçoamento das três raças que o compunha, sugerindo a fórmula:

Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação.⁹

Essa fórmula, ao longo do século XIX, foi sendo recuperada, alterando apenas o teor da explicação. No ano de 1900, as teorias raciais deram nova justificação as intenções de intelectuais, reunidos nas Faculdades de Direito, Medicina e nos Institutos.

⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes M.O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In.: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99.

⁷ ZILBERMAN, Regina. Romance histórico: historia romanceada. *Quinto Império: revista de cultura e literaturas de língua portuguesa*, Salvador, n 9, 2º. sem. 1997

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo das raças ... op. cit.*, p. 112

⁹ Id., *ibid.*, p. 112

Em espaços como no IHGBa, além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, agregam “vozes de enunciação múltiplas”. Discursos literários e históricos, reunindo nesse momento boa parte da geração romântica - para quem não havia lugar para uma divisão mais apurada do trabalho intelectual - “destinavam ao culto à ciência o mesmo fervor com que se veneravam as artes”¹⁰.

Compartilhando da vida intelectual, concebida como via para o progresso e grandeza da pátria, divergiram quanto à perspectiva para delinear o que seria a identidade brasileira. Cada geração de intelectuais propunha uma releitura e, conseqüentemente, uma atualização dos propósitos em relação à “construção” do Brasil.

O projeto que iniciou a elaboração do Brasil, enquanto nação, foi construído pela geração de literatos, membros do IHGB, como Gonçalves de Magalhães, que chefiava um grupo formado por poetas, pintores e escritores e “{...} recebia forte influxo do Classicismo, mas já comportava tintas romântica”¹¹. Propuseram definir o Brasil a partir de suas origens indígenas. Para esse grupo,

O intuito era lançar o índio como símbolo nacional, não a partir dos povos indígenas nacionais, mas por recurso a uma estereotipação: entravam em cena, então, os nossos nobres antepassados indígenas como se fossem gregos estilizados e transpostos para o mundo tropical no momento de contato com o bom colonizador¹².

O índio como símbolo nacional tornou-se um marco de origem da nação, porém, houve divergências quanto à representação de índio que deveria ser assumida. Como diz

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...*, op. cit., p. 102

¹¹ AMOROSO, Marta R. e SAEZ, Oscar C. Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. B. (Org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995, p. 241.

¹² AMOROSO, Marta R. e SAEZ, Oscar C. Filhos do norte... op. cit., p. 247

Alonso, Magalhães, com estereotipação de gregos estilizados foi questionado por José de Alencar de “miopia face ao país real”¹³.

Anunciava, Alencar, o seu desejo de produzir um novo padrão de literatura nacional, que se pautaria na “origem, tradição e história dos povos indígenas formadores da própria nação, considerando o modo pelo qual tudo isso se miscigenou à cultura européia, e não em um índio forjado em modelo greco-romano”¹⁴.

Sob a escrita de José de Alencar, os índios foram incorporados à identidade brasileira, como recurso para driblar o impasse de o País ter-se tornado independente, mas continuar sob o comando da família real portuguesa. Assim, *Iracema*, “a virgem dos lábios de mel”, garantia a participação do índio na história desse país. Mas seu filho Moacir, com o português Martim, tornava-se o representante da originalidade dessa nação mestiça.

Mesmo com o “tom original brasileiro” no contexto da civilização ocidental, para Alencar e o grupo que ele representava, o padrão de referência é ainda a Europa. “Na falta de um passado clássico de uma Idade Média, idealizou o substrato nativo, que permitiu criar o “mito das origens para o Brasil”¹⁵.

A literatura dessa época e as perspectivas de produzir uma história nacional, com a aprovação do projeto de von Martius, passaram pelo olhar sobre o indígena, conveniente aos propósitos da elite intelectual e política brasileira. Não incluíam, nos seus planos a imagem plural do índio novecentista, “preferiram buscar o verdadeiro, o puro e o legítimo no tupi e no tapuia das páginas dos cronistas dos primeiros tempos coloniais, e chorar sua extinção”¹⁶.

¹³ Id. loc. cit.

¹⁴ Id. *ibid.*, p. 248

¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Contribuições...* op. cit., p. 25

¹⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes N. *O diálogo ...* op. cit.

Esta referência de índio “verdadeiro”, que preferiram buscar, foi “produzida pelo imaginário setecentista”¹⁷. Porém não o mesmo índio descrito no século XVII, mas moldado pelas técnicas literárias ilustradas do século XIX, em que o “Arcadismo realizou a representação do índio palatável ao gosto ocidental, onde absolutamente não se reconhece a diversidade étnica dos povos indígenas do Brasil”¹⁸. Nessa perspectiva:

Descobria-se que a imagem domesticada do índio substituíra com vantagens a incomoda realidade étnica brasileira, selvagem e plural. A representação do índio retorna no século XIX, recuperada pelo romantismo... O elemento índio fora construído da depuração dos ideais do branco e da reprodução do mito da nobreza indígena, que criou princesas filhas de caciques e nobres guerreiros nativos ¹⁹.

Não apenas princesas e guerreiros foram construídos para garantir as expectativas do período, mas também seus descendentes, essencialmente mestiços, filhos das nobres nativas com o conquistador branco, convencendo o mais legítimo representante do novo país.

A miscigenação neste período, para os românticos, traduz a legitimidade da perspectiva de nação necessária. Mas, por todo o século XIX, essa perspectiva torna-se um dos problemas que move debates e que preocupa os intelectuais e políticos, vista como empecilho ao alcance da civilização, do progresso.

Ao Romantismo “coube a exaltação épica de imagens indígenas”²⁰, no interior de um projeto de nação, de formação de um povo. Mas, com as mudanças no contexto, com as medidas abolicionistas, assumiam o cenário intelectual as preocupações com o progresso e a civilização, compreendidos estes termos, como seguir o processo civilizatório europeu.

¹⁷ Id., *ibid.*, p.

¹⁸ Id. *loc. cit.*

¹⁹ AMOROSO, Marta Rosa; SAËZ, Oscar Calavia. *Filhos do norte...* op. cit., p. 239

²⁰ AMOROSO, Marta Rosa; SAËZ, Oscar Calavia. *Filhos do norte...* op. cit., p. 241

Nas palavras de Joaquim Nabuco: “O Brasil herdou-se da Europa, deve seguir seu movimento”²¹.

Nabuco representa, em sua fala, a “virada anti-romântica e a recepção de novos pressupostos científicos-filosóficos em voga na Europa”²² que influenciaram decisivamente as idéias que foram debatidas nos círculos intelectuais no País da década de 70. Nesse contexto, é provocante analisar o livro *Pindorama* de Xavier Marques, que mescla referências do índio mito da nacionalidade, com guerreiros e belas índias domesticáveis através da catequese, mas também a síntese do debate teórico que compreendia a degeneração do mestiço.

Ao reconhecer a presença do arcabouço romântico em *Pindorama*, resta-nos concluir que, mesmo sendo questionado, o projeto romântico de nacionalidade fundou a origem do Brasil. Assim, ao escrever sobre os 400 anos do Brasil, Xavier Marques recorreu ao que havia “alimentado” o pensamento nacional sobre a nossa nacionalidade, atualizando os propósitos de uma geração que se sentia capaz e responsável por conduzir o Brasil - a Bahia - no caminho do progresso e civilização ocidental.

2.2 NAS TRAMAS METODOLÓGICAS

A identificação do arcabouço romântico em *Pindorama* conta para essa análise tanto quanto a característica do romantismo de idealização da realidade, enquanto condição do romance de poder construir uma história como se deseja, reunindo características de personagens, viajando e vivendo em períodos históricos cujos acontecimentos estão sob o controle do autor, que, de certa forma, conduz as perspectivas dos leitores sobre o desfecho

²¹ Id., *ibid.*, p. 242

²² CASTELLO, José Aderaldo. Apresentação. In: MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia: Conselho Estadual de Educação: Academia de Letras da Bahia, 1998.

da trama. Ou seja, o autor, pode definir, no romance, os personagens e a trama, apropriar de uma narrativa que sugere ao leitor se sentir participante da história, envolver-se com o desenrolar da trama que os personagens vivem e compartilhar suas dores individuais, cuidadosamente elaboradas e apresentadas num compasso que permite ao leitor se sentir como se estivesse acontecendo com ele mesmo.

Esta característica marca uma escrita que, geralmente, põe no viver do personagem questões sociais, como fez Alencar com Moacir, filho de Iracema com Martim, uma índia e um português que, num sofrido relacionamento, puderam, assim, tangenciar o cenário político de fim da colonização portuguesa no Brasil. Moacir representava a possibilidade de futuro, era o próprio futuro: seu pai voltou para Portugal em busca da noiva branca que ele havia deixado e sua mãe morre e ele fica só. Moacir e Brasil se confundiam, nesse texto romântico, “na sua característica de ser, ao mesmo tempo, construção imaginária e alusão ao real, a ficcionalidade literária se permite uma liberdade que a história não ousa encarar”²³.

O próprio Alencar explica por que tomou o romance como narrativa, para escrever sobre a “originalidade” da nacionalidade brasileira. Pensara no tema para escrever uma biografia com fatos históricos elencados, mas sentiu que “faltava-lhe o perfume que derrama sobre as paixões do homem a alma da mulher”²⁴. Inventou Iracema porque, “sem a lenda que legitime, não haveria como realizar uma história nacional”.²⁵ O drama da índia que morre culturalmente, ao viver afastada do seu grupo, e fisicamente por não conseguir

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuições..., op. cit., p. 32

²⁴ RIBEIRO, Renato Janine. Iracema ou a fundação do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) . *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 413

²⁵ Id., loc. cit.

sobreviver sozinha, “decretou” a perspectiva de que a memória social se apropriou, de “certeza” de desaparecimento do povo indígena.

Dialogando com essa perspectiva é que o romance *Pindorama* se constitui fonte para análise dos discursos de intelectuais baianos sobre índios. É uma obra literária que nos remete a analisar uma imagem de índio, projetada no fim do século XIX e será “lida levando em conta sua espessura discursiva, de linguagem produzida por alguém, que fala a partir de algum lugar, em determinada situação, com certos objetivos”²⁶. Destaca-se sua colaboração na presentificação de uma representação de índio que, por via de um drama romântico, reservou um espaço no imaginário social.

A literatura projeta uma imagem construída num campo ideal, em que Xavier Marques apresenta os conflitos do seu personagem protagonista como uma questão social. Assim, pode-se questionar não a suposta autonomia da literatura em relação à sociedade, “mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social”²⁷

Por diferentes caminhos, a narrativa literária do romantismo e os textos científicos sob influência evolucionista, produzidos no século XIX, afirmaram na memória social a morte dos índios: isto é um fato quando eles morrem no final dos livros, nas narrativas do romantismo, de meados do século XIX e quando os intelectuais assumiram a discussão da extinção como verdade no final do mesmo século.

Na Bahia, o médico legista Nina Rodrigues, contemporâneo de Xavier Marques, ilustra esta perspectiva ao se referir ao indígena como “brasílico-guarani selvagem, que ainda vagueia nas florestas e seus descendentes civilizados, mas raros e só observados nos

²⁶

²⁷ CHALOUB, Sidney. Capítulos de história contada. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

pontos vizinhos dos recessos a que se têm refugiado os selvagens”²⁸. O termo “vagueia” empresta o tom de perda de perspectiva de sobrevivência, garantindo a certeza do desaparecimento. Portanto o passado, como o lugar reservado ao índio na história e na memória social, é outro pressuposto que permeia a produção do livro *Pindorama*.

Nas comemorações dos 400 anos do Brasil, retoma-se o marco de origem de fundação da nação: o índio, mito da nacionalidade, da construção romântica, autorizando uma imagem que pretendem ver reconhecida, inclusive pelos próprios índios.

Assim, tomamos a literatura como uma fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta, desde que compreendemos representação como “a presentificação de um ausente, que é dada a ver por uma imagem mental ou visual que, por sua vez, suporta uma imagem discursiva”²⁹ que enuncia um “outro”.

Interessa, portanto, a intertextualidade da tessitura do texto literário. Considerando a literatura como testemunho histórico, recorremos a Chaloub³⁰ que observa: “ao invés de pensar, de forma essencialista ou idealista, nas relações entre “literatura e história”, o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados”, como exemplo os 400 anos do Brasil, na Bahia, através da leitura do livro *Pindorama*.

2.3 *PINDORAMA*: O LIVRO³¹

Pindorama foi o romance-histórico ganhador do concurso realizado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa nas comemorações dos 400 anos do Brasil,

28 Apud SANTANA, José Carlos Barreto de. Mestiços no país dos espelhos e o que eles viram lá. *Sitientibus*: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santa: Universidade Estadual de Feira de Santana, n. 13 jul./dez, 1995, p. 15.

²⁹ Id., loc. cit.

³⁰ CHALOUB, Sidney. Capítulos..., op. cit., p

³¹ MARQUES, Xavier. *Pindorama*. Bahia: Typografia Bahiana, 1900, 321 p.

inscrito na categoria de poema descritivo do descobrimento do Brasil ou um esboço histórico sobre o mesmo assunto. É como romance descritivo do descobrimento que o livro é apresentado na *Revista do IGHBa* e nos jornais da cidade *O Correio de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, em maio de 1900.

A sua aprovação no processo de escolha permite configurar as idéias defendidas pela intelectualidade baiana, num momento histórico relevante para a confirmação da concepção recorrente de índio, de identidade étnica para o Brasil e do lugar dos índios na história do País. A natureza coletiva da criação intelectual é um dos aspectos de relevância, pois “{...} intercepta na mensagem de uma obra ou em seu estilo o resultado do pensamento de um ou mais grupos sociais sobre a realidade vivida”³².

Eram membros da comissão que escolheu as obras vencedoras, como Satyro de Oliveira Dias, que ocupava o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública no governo Luís Vianna e Braz do Amaral, orador do IGHBa e presidente de honra da Comissão do Centenário, que são representantes da intrínseca relação intelectual-política, como homens públicos que falavam de lugares institucionais de poder - o Instituto e o Governo Estadual. Ao mesmo tempo em que estavam envolvidos com as “letras”, estavam com o governo. Suas escolhas nesse concurso sugerem a representatividade que tinham na sociedade baiana e interceptam o resultado do pensamento de grupos sociais. Neste caso, os emissores de um discurso que pretendiam representar a sociedade.

A comissão julgadora desses concursos ficara constituída dos seguintes sócios do IGHBa: Dr Satyro de Oliveira Dias, Braz do Amaral, Alfredo de Andrade, José Otacílio dos Santos e Aloysio de Carvalho.

A esta comissão foram enviados os seguintes trabalhos:

Jaraguá, drama indígena em 4 atos e uma apoteose, com o pseudônimo Hostiário;

A descoberta do Brasil, drama em 4 atos, pseudônimo Ângelus;

Os degraus de um trono ou a Honra dos Paulistas, drama em 5 atos, em verso, pseudônimo Orlando Rosas;

Descoberta do diamante no Brasil, drama em 3 atos e 10 quadros, pseudônimo Raymundo de Castela;

A carta Regia, drama em um ato, pseudônimo Aleajacta est;

Pindorama – romance-poema, pseudônimo F. Franco;

Guaynumbi – cenas de costumes selvagens por Carlos Gomes.

Lidos demorada e cuidadosamente esses trabalhos, foram unanimemente premiados: o drama *Descoberta do Brasil* (Francisco Moreira de Vasconcelos, talentoso ator dramático brasileiro, então falecido) e *Pindorama* (sob o pseudônimo F. Franco, o conhecido jornalista e literato baiano Xavier Marques)³³.

Os demais trabalhos foram devolvidos, como previa as condições do concurso.

A divulgação é parte no processo de fazer conhecida e reconhecida uma imagem discursiva, recurso que o Instituto utilizou e colaborou para a divulgação, ao qual se refere o número 23 da Revista:

Como dissemos a imprensa da capital, refletindo o sentimento geral e interpretando-o dignamente, deu vivo impulso às festas, e publicou edições interessantes pela boa escolha de artigos e poesias referentes ao assunto delas. ...

Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel – com fac símile do texto original – Edição para o IGHB

Pindorama – romance descritivo do descobrimento Xavier Marques

A descoberta do Brasil – drama em 4 atos, por Moreira de Vasconcelos

A baía Cabralia e Vera Cruz – pelo major Salvador Pires de Carvalho e

³² JANOTTI, Maria de Lourdes M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p 120

³³ *Revista do IGHBa*, Salvador, n. 24, 1900.

Aragão, mandada publicar pelo governo do Estado³⁴.

Pindorama foi editado em 1900 e reeditado em 1907. Certamente, esta reedição contribuiu com a fama que seu autor teve em vida, dado que nos interessa para nos aproximar da aceitação de seu “discurso” pela sociedade baiana, compreendendo o poder de emissão da imagem-discursiva do indígena que emitiu em *Pindorama* e encontrou acolhida nas gerações contemporâneas as essas edições.

Parece importante, para discutir sobre esta aceitação do autor por um público, citar discurso de outro intelectual, seu contemporâneo, que fala do Rio de Janeiro como sede do governo republicano e centro de influência das idéias sobre questões como as que foram discutidas por Xavier Marques. Serve, aqui, como referência para se pensar sobre o caráter coletivo de uma produção intelectual. Veja como se refere José Veríssimo, em 1903³⁵ a Xavier Marques: “O sr. Xavier Marques é, no romance, talvez o escritor mais distinto entre os escritores provincianos, e mesmo um dos mais distintos entre os escritores do gênero no Brasil”. É o reconhecimento de um escritor que fala a partir da capital do Brasil - espaço também de autoridade sobre questões intelectuais – e pontua a produção de Xavier Marques como uma produção da província baiana, mas reconhecido também no Brasil.

Assim, “reabilitá-lo incondicionalmente tem, por tudo isso, ares de quixotismo digno de melhor causa; mas compreendê-lo em sua situação histórica é tarefa que o crítico de hoje pode e deve tomar”³⁶. Com esta fala de Alfredo Bosi, indico uma das perspectivas que motivam este trabalho e assim, antes de falar da obra, faz-se necessário apresentar Xavier Marques.

³⁴ *Revista do IGHBa*, Salvador, n. 24, 1900, p.100.

³⁵ Apud SALLES, David. O ficcionista Xavier Marques: um estudo da “transição” ornamental. Salvador, 1974. Mimeografado. Contracapa.

Francisco Xavier Ferreira Marques nasceu em 03 de dezembro de 1861 na ilha de Itaparica, Bahia, “Onde por quase toda sua vida retornou no período de verão”³⁷. Oriundo da classe média baixa, e a renda familiar era mantida com o barco do seu pai, Vicente Avelino Ferreira Marques, transportando passageiros e carga entre Salvador e a Ilha e, mais tarde, do comércio quando seu pai se estabelece como comerciante na Ilha. O curso primário foi seu único curso formal. Torna-se Professor Honoris-Causa pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Bahia em 1941, aos 80 anos. Falece menos de um ano depois.

Ao longo desses oitenta anos, produziu uma vasta obra literária nos gêneros: poesia, ficção e ensaio, além de escrever em diversos jornais. Teve sua primeira experiência como jornalista, ainda na ilha, num periódico. Como experiência o marcará sua escolha como jornalista, quando passa a viver em Salvador após completar a maioridade, 1882. Inicialmente leciona em escolas primárias, quando publica seu primeiro livro em 1885 e ingressa no *Jornal de Notícias*. A partir de 1891, exerce a função de redator político, o que colaborou para seu reconhecimento por grupos políticos do período, permitindo-lhe exercer o cargo público de oficial da Câmara dos Deputados. Posteriormente, exerceu cargo eletivo de deputado estadual (de 1915 a 1921) e de deputado federal (de 1921 a 1924).

Quando Xavier Marques escreveu o romance *Pindorama* para concorrer ao concurso do Centenário, já havia produzido boa parte de sua obra literária como *Uma família baiana* de 1888, *Boto & Cia*, de 1897 (posteriormente reeditado como *O feiticeiro*, em 1922), *Jana e Joel: Praieiros*, de 1899. “Foi quem primeiro integrou ficcionalmente a

³⁶ BOSI, apud SALLES, David. O ficcionista ..., Contracapa. O autor recupera uma fala de Bosi em 1966. Embora nela não se referia a Xavier Marques, consideramos adequada ao retomar um escritor de sucesso em vida e esquecido atualmente.

³⁷ SALLES, David. Op. cit., p. 185.

geografia e os personagens da Bahia, em romances e contos, fundando uma tradição temática”³⁸ na qual a ficcionalização da geografia e dos personagens da Bahia, hoje, trilha os trabalhos de Jorge Amado e João Ubaldo Ribeiro.

“Em vida gozou de um renome e um reconhecimento literário somente comparável aos de uns poucos, a crônica da época o atesta”³⁹, afirma Salles sobre Xavier Marques, que também questiona e tenta responder: fama em vida, desconhecimento depois. Por que motivo?

Explicar as razões do esquecimento, certamente será mais fácil e agradável. Será tanto se tiver a ênfase sadia que transparece de boa parte das análises sobre o Modernismo brasileiro – e sobre quem veio depois dele. Afora tantas outras transformações no plano da comunicação, do gosto, dos padrões estéticos e das aspirações ideológicas que – em boa hora – o Modernismo propiciou, dele surgiu também o complexo de confiança pré-realizada que possuem todos aqueles que, de um enfoque modernista, olham para os escritores negados pelo Modernismo. E Xavier Marques, inapelavelmente foi um dos justificados pela Revolução Modernista⁴⁰.

Considerar transformações como a de aspiração ideológica faz-se lúcido para buscar responder à questão da fama em vida e desconhecimento depois, porém não parece fácil explicar. Entretanto, no plano da crítica literária, Salles apresenta o “rastros” do Modernismo, o “complexo de confiança pré-realizada”, presente no olhar dos que analisam e classificam os não-modernistas e que fez Xavier Marques passar para o “rol dos escritores de segundo plano” como “romancista menor”, ou “figura significativa entre os acadêmicos”, do “interesse de esquisitos apreciadores de velharia e/ou dos historiadores literários (estes por obrigação)⁴¹. Este é um dos pressupostos que Salles encaminha no seu

³⁸ Id. *ibid.*, p. 12

³⁹ Id. *ibid.*, p. 11

⁴⁰ Id. *loc. cit.*

⁴¹ Id. *ibid.* Prefácio.

trabalho e o leva a considerar o estilo Xavier Marques num contraponto com estas considerações e o lugar que se tem reservado para ele.

“O conhecido jornalista e literato baiano Xavier Marques” como se refere a comissão do Concurso Literário do IV Centenário ao autor da obra premiada, *Pindorama*, demonstra a fama que teve em vida, e reafirma a “competência” para ser ouvido pelos seus pares intelectuais, visto que o autor se apresentou com pseudônimo, só revelado após a escolha do trabalho, de acordo com uma das normas do concurso.

O que segue, a partir de agora é a narração e análise do que foi escrito por Xavier Marques, do seu “romance brasileiro da época do descobrimento”⁴², incluso na exigência das normas do concurso literário que previa a premiação para “um poema descritivo do descobrimento do Brasil ou um esboço histórico sobre o mesmo assunto”⁴³. Circunscreve temporalmente a história entre 1500 a 1531, afirmando um esboço histórico da montagem da colonização do Brasil por Portugal, a partir do romance entre o português Fernão Cerveira e Indayá uma indígena. A ficcionalização de uma relação é a estratégia para afirmar uma história e mister de um literato, mesmo quando é para falar de um momento histórico sob a avaliação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Em *Pindorama*, a narração sobre a vida dos protagonistas é constituída no entrelaçar da formação da história do País. O cenário para a relação entre eles foi adaptado dependendo do momento histórico, iniciando com uma “selva virginal”, que permeou o olhar europeu e é assumida por Xavier, e acompanhando as mudanças materiais e culturais inseridas com os portugueses até a instalação da capital do Brasil em Salvador. Portanto Indayá e Fernão dividem a trama amorosa e o cenário com Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz

⁴² Como se refere na apresentação da edição portuguesa de 1907.

⁴³ *Revista IGHBa*, Salvador, n. 20, jun de 1899, p. 320-321

de Caminha, Diogo Álvares (Caramuru), Pereira Coutinho, além de Martim Afonso e Tomé de Souza. Assim, ao tempo em que a trama romântica se desenrola de 1500 a 1531, os acontecimentos catalogados e construídos como verdade para a história do Brasil também se vão constituindo. O contexto dos personagens é a própria história do Brasil.

Este recurso que Xavier usou no livro citado pode ser facilmente justificado por constituir-se em um romance-histórico, porém este parece ser um recurso do “estilo” Xavier Marques pois David Salles, ao estudá-lo, assegura ter sido o primeiro autor a integrar ficcionalmente a geografia e os personagens da Bahia em romances e contos. No romance *O Feiticeiro*⁴⁴, por exemplo, escrito em 1896, Xavier faz uma síntese de como o nativismo foi tratado no pós-independência:

Em começo das rivalidades e lutas que acabaram pela independência, acentuou-se entre muitas e variadas feições do ódio a metrópole, uma que consistia em substituírem-se os nomes de família, transplantados de Portugal, por outros que fizessem esquecer o tronco lusitano, fornecidos em regra pela flora, a fauna, as tribos e mais coisas indígenas. Numerosos Gamas, Vieras, Cabrais, Albuquerque, Lisboas, Monizes, Camaquans, Paraguaçus, Aratnguis, Caraunas, Ipirangas, Pirajás. Um deputado à constituinte, depois estadista e grande do Império, com um título de visconde, adotou esta beleza onomástica: Ge Acaiaba de Montezuma⁴⁵.

Nesse trecho, pode-se observar a familiaridade de Xavier Marques com este tema, portanto facilmente conduzido na redação de *Pindorama*. Porém é evidente que ironicamente, o autor está zombando dessa lógica nativista – pode-se acrescentar –, desse projeto romântico. Na seqüência onde ele discute o porquê do nome Boto, no personagem, que inicialmente dava o título ao livro, - só alterado para *O feiticeiro* na edição seguinte -, por indicação própria, podemos observar a relação de Xavier Marques com a discussão contemporânea sua, quanto às mudanças de perspectivas intelectuais, e ao falar por Boto pode ser também remetido a si próprio, a sua geração. Assim escreve:

⁴⁴ MARQUES, Xavier. *O feiticeiro*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1922 (refundição reintonada).

Porque parecer o que não era, em relação aos portugueses da praça? Seu sangue estava suficientemente expurgado do rubro nativismo que fizera mudar a seus avós o apelido de Braga e prorrompera, em tempos idos, pelas ruas da cidade, em gritos bárbaros de “mata maroto”. Sentia que o preconceito nacionalista se diluíra nele, como em quase toda aquela terceira geração a contar da Independência. Influenciado novo meio social. Em seus dias já quase emudecera a alegre musa pirracenta que as odes consagrava à pátria, nos salões e palanques, juntava, na liberdade ruidosa das ruas, a picueta inexorável contra o general Madeira e seus sequazes⁴⁶.

Quanto às mudanças de perspectivas teóricas e à questão da degeneração, enuncia: “E talvez ele, Boto, não escapasse à fulminante inventiva de “brasileiro degenerado”, à maldição lançada pelos lábios do indignado veterano que foi um dos ferrenhos inimigos do lusitanismo” .

Portanto, em qual escola literária se firma Xavier Marques?, Para David Salles a resposta remete a indicar duas questões. A primeira, de contexto histórico: considerando que, a partir de 1888, representa um período de “profundas mudanças estruturais na vida, na cultura, na sensibilidade e no comportamento das gentes, como a passagem da condição de súditos à cidadão”⁴⁷. A segunda literária: “há um consenso geral em definir o período como de sincretismo e de transição”⁴⁸.

Envolve-se na discussão da segunda: a literária. Quanto à idéia de transição questiona: considerar a transição ao modernismo como pré-modernista é anacrônico, pois se vê a partir do presente para o passado, sem considerar o tempo em que os contemporâneos a este período viveram. Ou de considerarem este período de sincrético.

Enquanto o Romantismo e o Realismo/Naturalismo são compreendidos como movimentos estéticos e de idéias que possuíam estruturas básicas dominantes em seus momentos históricos, quer no estrato estético-literário, quer no estrato sócio-cultural, já para depois- a partir da última década do século XIX e até a afirmação completa do Modernismo – a

⁴⁵ Id. *ibid.*, p. 11

⁴⁶ Id. *ibid.*, p. 56-57

⁴⁷ SALLES, David. *O ficcionista...*, op. cit., p. 21.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 29

análise ideológica, estética e estilística da Literatura no Brasil tende, quase invariavelmente, a decamoir o período em movimento e correntes coexistentes,, múltiplos, contrastantes, quando não desarticulados. E, talvez por isso mesmo, essa análise constata, neles, um gradual imbricamento que os abastarda e convencionaliza na expressão e na sensibilidade, contrapondo a essa decadência a ascensão do ímpeto modernista⁴⁹.

Portanto denomina de estilo ornamental, enquanto “prolongamento da linguagem parnasiana”, considerando o Parnasianismo como o estilo das camadas “dirigentes, da burocracia culta e semi-culta, das profissões liberais habituadas a conceber a poesia como linguagem ornada a conferir polimento e transparência civilizada à cultura e à sociedade”⁵⁰. Impregnam o jeito de escrever de Xavier Marques, de que David Salles destaca:

Vocabulário selecionado e erudito;

Comparação e metáfora como elementos embelezadores:

A imediatividade narrativa, que estabelece a comunicação leitor/ação verossimelhança/personagens, essa recebe um desvio, por meio das preocupações artesanais, que põe em silêncio o trabalho de lapidação formal. Ou melhor, esse desvio se intensifica graças a esse processo de ornamentlização espicioso, pela metáfora e pela comparação acumulativas, que proporcionam um rebuscamento elegante e rendilhado, detendo a ótica do leitor na captação direta do segmento significativo da história ou do enredo e, acaso, na captação do impacto que esse viesse a causar⁵¹.

Uma atmosfera encantada de cores, luzes e sons

Há também um refinamento ornamental, enquanto visão de mundo do autor, como considera David Salles, o conflito romanesco está fora do social, ou seja:

Transferindo do nível social para o plano individual o conflito romanesco, isto fez com que geneticamente ocorresse a passagem de um enfoque de ânimo impessoalizado – que foi próprio ao Realismo/Naturalismo -, para um enfoque essencialmente subjetivo, pois o conflito romanesco é transposto de sua dimensão social, exemplar e generalizante, para uma dimensão individual, particular, casuística⁵².

⁴⁹ Id., *ibid.*, p. 18

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 25

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 60

⁵² Id., *ibid.*, p. 91

Nesta consideração, há a impressão de que David Salles, enquanto literato, está tecendo considerações ao próprio final de *Pindorama*, quando desvela o drama e consciência de Fernão, porém David Salles observa que, na sua análise, desconsiderou *Pindorama* por ser este visto um romance histórico. São, portanto, coincidências de leituras entre um literato que não toma uma obra literária por ser considerada histórica e de uma historiadora que ousa analisar uma obra literária considerada histórica. Remetendo à lógica da afirmação de Pesavento:

Sem dúvida, é a história que articula uma fala autorizada sobre o passado, recriando a memória social através de um processo de seleção e exclusões, onde se joga com as valorações da positividade e do rechaço. Há pois, um componente manifesto de ficcionalidade no discurso histórico, assim como, da parte da narrativa literária, constata-se o empenho de dar veracidade à ficção literária. Naturalmente, não é intenção do texto literário provar que os fatos narrados tenham acontecido concretamente, mas a narrativa comporta em si uma explicação do real e traduz uma sensibilidade diante do mundo, recuperada pelo autor⁵³.

Pindorama, como um romance-histórico, produzido para comemorar o IV Centenário do Brasil, sugere que o autor tenha trabalhado com as duas referências: a histórica e a ficcional, tanto a ficção do texto histórico ao recriar as ações e o comportamento de indivíduos – “heróis” - como Tomé de Souza e Caramuru, quanto a utilização dessa história para garantir veracidade ao seu romance ficcionalizado. Abaixo dos olhares do Instituto, concorreu a aceitação dessa lógica e, o que parece, concordaram com a “verdade” que permeou o esboço histórico.

Esta lógica que articula verdade histórica com ficção colaborou, especialmente, com a mitificação do índio, sob “ares” de verdade. No projeto do Romantismo de meados do século XIX, o índio exigido sem estilização grega foi elaborado a partir de um modelo Tupi-Guarani, conforme descrito por cronistas e missionários. Era, portanto, uma recriação

⁵³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Contribuições da história...*, op. cit., p. 22

produzida por outros em outros tempos, porém que eram reconhecidos com autoridade para dizer como era o índio.

O trabalho de José de Alencar norteou o projeto dos românticos em que o Tupi serviu de protótipo para o modelo de índio idealizado pelo romantismo. Mas e os demais povos? O modelo romântico generalizou referenciais dos Tupi para os outros. Esta “atitude” é compreendida por ter estabelecido com os Tupi a maior parte das relações com os portugueses, portanto sobre quem mais se registrou pelos cronistas e missionários, que entretanto não desconheciam a pluralidade dos povos indígenas. Todavia, do século XVI ao XIX definiu-se um processo de reconhecimento do índio, a partir desse modelo Tupi, elaborado pelo olhar do colonizador e também a partir do qual, Xavier Marques construiu no seu romance os personagens indígenas e as relações entre eles e com os portugueses, traçou a referência da raça pura e expôs as preocupações de uma geração quanto à miscigenação, considerada nessa época, como um problema social.

O livro *Pindorama* é dividido em quatro partes de modo a que elas se confundem, propositalmente, com os momentos relevantes da história dos portugueses no Brasil e da formação desse espaço territorial em colônia. Ao longo de cada parte apresenta argumentações nas falas de alguns personagens sobre a questão da miscigenação. No final do livro, o autor assume a perspectiva da miscigenação como degeneração racial e social.

A primeira parte inicia com a saída do protagonista de Portugal até os contatos com os moradores dessas terras, desconhecidas dos portugueses. Acompanhar o desenrolar da narração permite analisar as concepções do autor e, de certa forma, dos demais intelectuais do momento sobre questões relevantes da história do Brasil. Assim, a chegada dos

portugueses no Brasil é apresentada como “intuição do gênio explorador”⁵⁴ e o cumprimento de um designo divino.

O protagonista Fernão, fidalgo português “se julga mais que um simples emissário do Rei, um verdadeiro embaixador do Cristo, enviado a resgatar a alma hindu ao poder de Shiva e Alá que a trazem encarcerada nos seus pagodes e mesquitas.”⁵⁵ Mas foi com outros povos que ele se deparou:

Vendo-os acudir em número tão avultado e como disposto à luta, o cavaleiro acenou-lhes que depusessem as armas. Obedecido prontamente, fez abdicar o batel. E achara-se, face a face, ele, o descobridor, polido e culto, na compostura dos seus trajes, donairoso nas maneiras, claro na feição e na linguagem, e os selvagens nus, queimados, trêfegos no gesto e no relancear de olhos suspicazes, a respirar animalidade e fereza⁵⁶.

A descrição dos indígenas é feita, animalizando-os, nega o outro para afirmar o europeu, o descobridor. A comunicação entre portugueses e indígenas construída por Xavier Marques demarca mais uma vez essa perspectiva. Não reconhece a língua dos índios: “os portugueses dirigiram perguntas em arábico e em um dialeto africano. Não foram entendidos. Por sua vez nada entendiam da algaravia que escapava as súbitas da gorja e boca dos selvagens, ora escabrosa e obscura, ora sibilante e fugaz, como seta de arremesso”⁵⁷. O europeu chega à terra, que para eles era nova, enxerga uma natureza e nela o índio, esse olhar conduz a narração.

Ao chegar à “nova” terra, as descrições sobre a natureza que “estampa as cores da sua virgindade”⁵⁸ faz-se, densamente, presente no decorrer da narração, especialmente ao pisar em terra firme onde Fernão “sente-se prostrar por uma força mística, uma potência

⁵⁴ MARQUES, Xavier. *Pindorama*, op. cit., p. 16

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 18

⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 29

⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 29-30

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 27

quase divina, que lhe manda soberanamente, adora!⁵⁹”

Adoração à natureza e a hospitalidade dos Tupi-Guarani são traços do Romantismo conservados por Xavier Marques. A reafirmação desta hospitalidade está presente na primeira parte: “o capitão mandou recuar o batel e demandou a capitanea, jubiloso por haver encontrado naqueles homens tanta docilidade e submissão, em contraste com os seus rostos ferozes”⁶⁰.

Os protagonistas se encontram. Indayá leva Fernão até sua aldeia, sem uma comunicação verbal, mas através de gestos e da sensação que o motiva decidir confiar na “bela” índia, atravessando com ela uma parte da floresta até chegar na casa do Morubixaba, pai de Indayá. Desfrutam de um contato amigável, hospitaleiro. Neste momento do romance, o autor compõe o texto com intensa descrição do modo de vida, objetos, jeitos e gestos do povo indígena e, evidentemente, da natureza que os envolve.

Refere a diferença entre os índios como não sendo todos mansos, “mas ali vinha Indayá encarnando a hospitalidade da tribo flagelada”⁶¹, reafirmando a questão dos Tupi como hospitaleiros, matriz do mito da nacionalidade brasileira. Havia também o exemplo de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, que convivia com um grupo indígena Tupinambá de forma harmoniosa. D. Fernão fala a Diogo:

Pois que sois o mais antigo colono destas paragens, obedecido pelos seus naturais, com os liames de uma prole que a eles tanto vos estreita, guade essa mulher até que venhamos da guerra, guarde-a como se guardasseis o próprio Pindorama com todas as suas excelências. Senhor Diogo, sede o nosso braço ajudai-nos a ganhar as duas vitórias que buscamos em nome do Cristo e do seu dileto povo: hoje sobre o gentio, amanhã sobre a gentilidade⁶².

A segunda parte do livro discute os motivos da colonização na narração do retorno

⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 28

⁶⁰ Id., *ibid.*, p. 29

⁶¹ Id., *ibid.*, p. 30

de Fernão ao Brasil, motivado pelo propósito de evitar perder esse domínio para estrangeiros onde “ousados mareantes normandos granjeavam a aliança das tribos pacíficas do Ocidente e lhes punham saque as riquezas.”⁶³ A costa do País, ele encontrou “infestada de especuladores estrangeiros”⁶⁴, alusão que o autor faz as tentativas de colonização dessas terras por outros europeus, indicando ser esse o motivo da decisão de Portugal colonizar o Brasil.

Além desse motivo, também “uma grande voz troava, sempre, sempre. – Ide-vos por todos esses mares em fora as terras dos infieis. Ide-vos a plantar a árvore do vosso Deus; ele vos guiará sobre as ondas aparcadas e tempestuosas {...}”⁶⁵ impelia Fernão a enfrentar os perigos

Nessa segunda parte o tema da miscigenação é posto em discussão: “crianças quase nuas mostravam na tez morena mescla do sangue bárbaro que começava a tsnar a raça aventureira”⁶⁶, narra o autor. Esta descrição serve para introduzir a discussão que dois personagens fazem em seguida.

Aqueles serão Tapuyas Brancos amanhã. Olha um ali vai, já tem as manias do pai, o maldito mameluco. Essa é a casta mais inimiga do colono e há de ser a danação destes Brasis. Crede-me, Vasco Peres; bom fruto não dá – sangue de milhafre com sangue de onça, coitos de lobo com antas⁶⁷.

Com este diálogo entre os personagens Gil Vaz e Vasco Peres é como Xavier Marques inicia a discussão sobre a miscigenação. Esses personagens são dois degredados cujos termos da conversa são xingamentos, que parecem compor os personagens na perspectiva de suas condições sociais. São os primeiros personagens a avaliar a

⁶² Id. Loc. cit

⁶³ Id. Loc. cit

⁶⁴ Id. Loc. cit

⁶⁵ Id. Ibid., p. 77

⁶⁶ Id., ibid., p. 81

miscigenação, consideram a presença indígena, nessa miscigenação, como o referencial negativo, observando como manias dos “Tapuyas Brancos” herdadas do mameluco.

Enquanto, Gil Vaz e Vasco Peres avaliam a miscigenação, Fernão - o protagonista da narrativa -, apenas enxerga as mudanças físicas, sem emitir juízo de valor como faz esses outros personagens. Ao longo da terceira parte o autor reúne outros personagens que também avaliam a miscigenação, porém sem o tom de traição, inveja, mas de proposta de construção da nova terra, de moralidade, especialmente na fala de um padre. Porém, Fernão permanece com a mesma postura.

Além da miscigenação – cuja discussão é posicionada pelo autor a história do Brasil é também apresentada. Nesta parte, ele discute os problemas na consolidação da conquista portuguesa. Assim, Fernão, ao retornar de Portugal, encontra o seguinte quadro:

As dificuldades amontoavam-se, empecendo ao capitão a realização dos seus planos. As tribos em guerra acesa, o litoral talado por desconhecidos e feras bandoleiras, piratas bretões salteando portos, devastando florestas. Os colonos dispersos, o país disputado pela ganância de supostos feitores, a mercê de aventureiros de toda espécie⁶⁸.

Embora houvesse índios apaziguados, “alguns vivendo na taba nova, aquém da serra, outros pescando e fazendo roças de parceria com os colonos...,”⁶⁹ ainda não havia conquistado *Pindorama*

que lhe dera o corpo, com os braços robustos da tribo, o ventre fecundo da terra, o sangue da madeira cor de brasa, e a perola das filhas da floresta, aquela altiva Indayá, ora suave como o pelo ruivo das onças. Mas a alma de Pindorama essa ainda estava por vencer. Alma volúvel, esfinge de alma que tinha medo do céu, e lhe escapava sempre e fugia, tão sutil, por entre as malhas da selva obscura, como a sombra de Indayá.⁷⁰

Neste trecho do livro, de Xavier Marques, pode-se associar a observação de Renato Janine Ribeiro sobre Iracema de José de Alencar. Diz Ribeiro: “o que faz o português,

⁶⁷ Id., *ibid.*, p. 141

⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 96

conquistando-a, é pois tomar a alma mesma do mundo ameríndio. Para ter-se aos homens, era necessário começar pela mulher. Para apossar-se da terra, era preciso primeiro alcançar a alma”⁷¹.

Neste contexto de domínio é que a questão das lutas entre os indígenas é apresentada quando Indayá pretende vingar a morte do pai. Tal vingança representa as lutas travadas entre os grupos indígenas, mas, para o êxito do domínio português havia necessidade de paz entre eles. Na busca de Indayá pelo apoio dos portugueses à guerra contra os tupinambás que capturara e matara o seu pai (o morubixaba), Fernão conclamava:

A guerra é um crime Indayá! E o estrangeiro não veio para abominações que o céu reprova; ele veio a semear concórdia, união, amor; ele quer as tribos apaziguadas em nome do verdadeiro Tupã, que é Deus de misericórdia⁷².

Acrescenta: “os bons compartilhavam a posse da terra e seus frutos, para os maus o terror, os ferros e o extermínio, em casos extremos”⁷³. Porque a missão dos portugueses, encarnada em Fernão, era fazer “dessa terra sem deus” a melhor e mais nobre. Perspectiva que legitimava a presença portuguesa no “berço” da história do Brasil.

Consolidar a colonização, priorizando portugueses, nobres e cristãos, constituía problemas, para incorporar os portugueses pobres e os mestiços. Xavier Marques apresenta esta questão a partir dos personagens: Gil Vaz (degredado) e Mem Tupi (curiboca) que lamentam quanto as divisão das terras:

-E o pior é que nem das terras nos coube uma data lavradia, senão essas brenhas, Couto de almarias e índios tragadores de gente.
- Que tudo é pouco para cevo dos ventureros venturões.
- Fia-te em promessas de fidalgo ... O que eles entendem Mem Tupi, é ser uns por outros e pelas suas parentelas. Que vês tu se passar em todos esses Brasis? Tantas capitancias, tantos senhores feudais, sesmarias a quem se

⁶⁹ Id., *ibid.*, p. 96

⁷⁰ Id., *ibid.*, p. 116

⁷¹ RIBEIRO, Janine Ribeiro. *Iracema ou a fundação do Brasil*, op. cit. p. 408

⁷² MARQUES, Xavier. *Pindorama*, op. cit., p. 116

⁷³ Id., *loc. cit.*

Ihe chega pela condição ou pelos haveres. Ao colono que afrontou revezes no mar, a ti que és mais do que eles dono da terra, porque nela nasceste ... figas⁷⁴.

A conversa entre o degredado Gil Vaz e Mem Tupi, mestiço de índio com branco, sobre as relações sociais privilegiadas para os senhores feudais, suscita duas questões significativas: a afirmação do mestiço como legítimo dono da terra e dos índios “raça pura” como selvagens, “tragadores de gente”. A primeira questão, produto do projeto romântico, ao que parece, o autor está pretendendo discutir, visto que Gil Vaz é o mesmo personagem que anteriormente tinha negado valorização positiva à miscigenação de branco com índio. A segunda afirmação é uma das questões mais recorrentes na justificativa da ação dos missionários no século XVI, portanto sugere que os índios são almas que precisam de Deus, do cristianismo, perspectiva que na quarta parte dará o tom das ações e os propósitos do protagonista.

Na quarta parte do livro, descreve-se a consolidação da conquista portuguesa. Fernão divide com o governador as decisões sobre as entradas ao sertão, a participação dos portugueses em guerras contra índios Tupinambás que ameaçavam os Tupiniquins, antigo aliado dos portugueses, assim como a conversão de índios ao cristianismo.

Fernão sentou-se em uma poltrona, junto ao almandraque onde o governador repousara, e relatou longamente a sua antiga aventura, a visita a maloca de Indayá, a desgraça do morubixaba, as perseguições dos tupinambás à infeliz cabilda, o castigo que aqueles vieram a sofrer no meio do lagamar, a fuga da índia no momento em o desditoso Coutinho fora obrigado a evacuar Vila Velha, o seu novo encontro com Indayá e as diligências, sempre malogradas, para chamá-la ao redil dos cristãos. Este, senhor, concluiu, só este o impedimento que se nos depara em aproveitá-la.. Acredite senhor governador, tanto que a perseverança do santo varão padre Loyo acerte de conquistar aquela alma, milhares de outras cairão conversas, cairão como as folhas das árvores no outono. E destarte haveis aliança encomendada por Sua Alteza e as bênçãos do Rei dos reis⁷⁵.

⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 191

⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 243

O padre Loyo é o personagem que, nesta parte do livro, propaga o discurso da moralidade e catequização considerada necessárias ao indígena.

Senhores, é grave o que acaba de passar destes muros afora... Não bastava o levedo da cobiça, os muitos pecados de gula e luxúria que ainda fazem barreira, nesta capitania, ao reinado de Deus. Aos brancos o que mais sabe é a demasia de vestes e alfaias, é sustentar mancebas e escravizar índios; aos mestiços desenfreia-os a presunção de senhores da terra, por serem nela nascidos; aos bárbaros não há dissuadi-los dos embustes do pajé e do abuso da carne humana. Centos deles são hoje batizados, em paz com a igreja; mas são tais as manhas de Satanás, que em lavrando algumas peste nas aldeias, como há sucedido, logo se mete em cabeça a todos eles que o abaré lha pegou. Estimai por aí os impedimentos que ainda encontram a lei de Deus e a salvação de tantos milhares de alma. De sorte que as minhas esperanças, senhores todas se volvem para esses rebentos dos gentios, esses piás a quem vamos edificando e ensinando as sacras verdades⁷⁶.

É também o padre que defende a catequização pacífica, e também afirma que: “quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue, e sem efusão de sangue não há remissão”⁷⁷.

Fernão acredita na conversão de Indayá ao cristianismo como ato fundamental para “chamá-la ao redil dos cristãos”, dos seus – brancos, este o impedimento que se nos depara em aproveita-la”. Entende, inclusive, que, com a conversão de Indayá, “milhares de outros cairão conversos, cairão como as folhas das árvores no outono”⁷⁸. Responsabilidade que o padre Loyo cumprirá, marcando o desfecho do final romântico.

É com um misto de angústia, preocupação e certeza de ver o que antes não conseguia, que Xavier Marques conclui o seu romance histórico. No final do romance, quando exatamente se desfecham as histórias e se espera um final feliz, predeterminado desde o início da trama, não é o que se encontra em Pindorama, embora o autor deixe, a

⁷⁶ Id., *ibid.*, p 271

⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 274

⁷⁸ Id., *ibid.*, p 243

princípio, entender que será como as demais estórias românticas, que o século XVIII inaugurou e palatizou o gosto nacional.

O enredo da trama romântica de *Pindorama* se fecha pouco antes de finalizar o livro. É quando Indayá “se dirigia, com andar majestoso, para o catequista. Aproximou-se, levantou as mãos e a fronte para o céu. Aproximou-se mais, tornando a estender os pulsos; dobrou, enfim, a cerviz, e caiu de joelhos”⁷⁹, rendendo-se à conversão do cristianismo. Cena que Fernão parecia não acreditar, pois foi uma das realizações que mais buscou conseguir nessa aventura em que se lançou à “nova” terra, o principal desejo em relação a sua amada, e com “seus olhos como que seguia visões, as vaporosas filhas do suco da jurema”⁸⁰ acompanhava o acontecer dessa conversão.

Indayá se converte ao cristianismo, exatamente quando Fernão se sentia triunfador ao vencer a guerra contra índios Tupinambás que ameaçavam os Tupiniquins, considerados aliados dos portugueses, e o povo de sua Indayá. Esse transbordar de realização e satisfação, que satisfaria o encerramento de um enredo romântico não foi suficiente para um herói de um romance histórico, no final do século XIX.

O histórico como adjetivo acompanhando romance, aqui, parece remeter para a frase de Caetano Veloso “mas a vida é real e de viés e vê só que cilada o amor me armou”. “Nesse instante (o coração de Fernão) fora ferido pelo ato sedicioso da prole, o ingrato sangue do seu sangue, quem lhe podia escutar a queixa do coração” que amargou, “travou nesse instante a alegria do triunfador.” Tomado por “fatais pressentimentos”, ao encontrar num “lote de mestiços agrupados ao redor de uma coluna, e entre eles dois mancebos que

⁷⁹ Id., *ibid.*, p 220

⁸⁰ Id., *loc. cit.*

afrontosamente profanavam as armas reais, desfazendo o seu troféu, arrancando-as despedaçando-as, com visível ostentação de irreverência”⁸¹, o que lhe feriu o coração.

Fazendo uso de um recurso do romantismo, Xavier Marques transforma num drama individual do seu protagonista o que era discussão recorrente no final do século, para os intelectuais, seus contemporâneos: o que a mestiçagem significava para o País e, em especial, para a Bahia? Qual o lugar do índio nessa sociedade e em sua identidade?

Xavier Marques, ao mesmo tempo em que utiliza um projeto de identidade romântico, deste se difere, particularmente no tocante à presença da miscigenação na identidade e no Brasil que a sua geração pretendia. Sob a influência das teorias raciais e do evolucionismo, que impregnaram as ideologias sobre o índio no século XIX, e “deitam raízes de longa duração em nossa memória social”, atualizava um projeto que há muito se consolidou, mas não parecia atender aos desígnios desse “novo” tempo.

PINDORAMA – “terra das Palmeiras” é como os índios denominavam o Brasil, assim explica Fernão. A escolha de Xavier Marques por esta palavra para intitular seu livro bem como de INDAYÁ para sua personagem, índia, parece trilhar a mesma lógica Alencariana com Iracema, nos diz Renato Janine Ribeiro: “Iracema, ao que consta, é nome de sonoridade indígena inventada por José de Alencar e que constitui anagrama de América”⁸². Indayá: a palavra índia acrescida do y que segundo Ferdinand Denis ao analisar o “idioma dos antigos dominadores do Brasil”, o “U francês existia e os jesuítas o exprimiam por um Y”⁸³, esta influência jesuíta pode referendar o uso do y.

⁸¹ Id., *ibid.*, p. 296

⁸² RIBEIRO, Renato Janine. *Iracema ou a fundação do Brasil*, op. cit., p. 405

⁸³ DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

Enquanto, Alencar usa este artifício lingüístico para “rodear a identidade do continente”, Xavier ressalta e se fixa no Brasil, marcando uma identidade que ao assumir um termo “indígena”, reafirma a especificidade do País.

Nas linhas dessa discussão com destaque ao papel e fala do padre Loyo, está a questão da identidade nacional, buscada pela intelectualidade, como no projeto romântico: “ao indígena cabe um papel, mas desde que saiba reconhecer seu lugar e aceitar uma posição subalterna”, “a busca das raízes” dessa identidade “aqui se inscreve”. “Neste caso, a combinação de um saber evolucionista com a doutrina católica resultava em uma postura que, ao mesmo tempo que condenava, oferecia soluções”⁸⁴.

A influência do discurso idealizador do Romantismo faz-se presente nas figuras: índia e português como os personagens centrais da narração, na abundante descrição da natureza, na trama de lutas, conflitos raciais e no desfecho em que a índia, finalmente, se rende ao cristianismo.

Assim, Xavier Marques compõem e apresenta seus personagens:

Fernão Cerveira ... Moço e fidalgo, impelido por ambições de grandeza e glória, sonhava como tantos outros, compor a sua odisséia, numa vida brilhante, superior, golpeada de lances cavaleirescos. Na decadência da cavalaria, era dos que ainda se obstinavam em reviver-lhes os belos tipos. E foi sob o encanto dessas evocações que ele partiu na frota para o Oriente, para aqueles mares onde se arrojava, desde algum tempo, o seu espírito ávido de aventuras, porque lá estava o ideal⁸⁵.

O autor não assume a descrição de Indaya, põe na boca do seu protagonista este poder, reafirmando a composição do papel do Romantismo, em que o Amante descreve a sua Amada. Assim a descreve Fernão:

Indayá, filha de um régulo, é o feitiço vivo desses selvagens. Assim pela sua formosura, que direis de uma Vênus agreste, como pela gentileza de sua ascendência, anda requestada por principais de todas as cabildas, por

⁸⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...*, op. cit, p. 111

⁸⁵ MARQUES, Xavier. Pindorama, op. cit.

mestiços do nosso sangue e até por estrangeiros piratas. A uns lhe crescem os olhos sobre a graça da mulher, eternamente moça, varonil e viçosa como aquelas florestas; a outros incita-os ela com a promessa muda dos tesouros, cuja chave a crêem. Eu a vigio por amor de sua alma, que pena é se obstine nas trevas, e com o pensamento em Deus, a cuja glória servimos⁸⁶.

Esta descrição de Indayá “vênus agreste” e “eternamente moça, varonil e viçosa” parece referendar-se na construção de musas como as de livros como a Odisséia. A formosura da filha do morubixaba, em quem após a morte do pai, acreditam que possuía a chave dos tesouros dessa terra, segue os parâmetros da composição de Iracema por Alencar, “filha do Pajé, freqüenta o bosque sagrado, guarda o licor secreto dos índios. Ela detém um saber espiritual, aquele que institui um equilíbrio dos elementos na terra em que vive.”⁸⁷ Iracema possuindo o licor secreto, símbolo espiritual, e Indayá, a chave dos tesouros, representam os bens espirituais e os materiais que, no tempo preciso da construção dessas personagens, marca a alteração no domínio dos bens desse povo que interessava aos portugueses e no fim do século atualiza o mito. Nesse período, as questões culturais dos indígenas e negros eram tomadas como pressuposto da degeneração, e embora não evidenciado neste livro, Xavier Marques as apresenta em outro livro seu *O feiticeiro*.

As perspectivas em *Pindorama* remetem à busca de um passado “original” bem ao gosto romântico alencariano, em que “o tempo inicial serve de instituição, mais que de inspiração” para a ação política contemporânea. No título, a alusão à centralidade da discussão, o índio: mito da nacionalidade. Era o retorno à “origem” da história desse país que celebrava os seus 400 anos, mas acrescido da discussão contemporânea de degeneração da miscigenação.

O significado da miscigenação é o principal ponto que demarca o limite do

⁸⁶ Id., loc. cit.

⁸⁷ RIBEIRO, Renato Janine. Iracema ou a fundação do Brasil, op. cit., p. 407

Romantismo para o discurso de Xavier Marques, que apresenta como negativo, não a existência do índio, mas o da prole mestiça. Os índios, representados em Indayá, estavam em vias de extinção já que esta se encontrava só, com a desestruturação da sua tribo após a morte do seu pai, além de catequizada. Mesmo em extinção, Indayá estava preservada como exemplo do mito e da raça pura.

“Repentinamente o semblante olímpico de Fernão Cerveira tomou uma expressão severa, franziu-se lhe o sobrolho” é a frase com a qual Xavier Marques marca o momento em que o seu protagonista se depara com seus filhos com Indayá, compreendendo a miscigenação como preocupação para o futuro do País. Encerra seu livro com a explicitação do pessimismo próprio da visão “degeneracionista” que dominará a época seguinte e tem aí suas origens.

A postura do personagem diante da mestiçagem, com a qual se depara apenas no final do livro, parece pretender alertar para que se veja o que está aí mas não está sendo visto numa relação com os desígnios teóricos que a perspectiva degeneracionista demonstrava.

Num texto da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* de São Paulo, é possível relacionar e dimensionar a hegemonia, embora não sem polêmicas, da influência das teorias raciais e evolucionistas sobre os intelectuais, responsáveis por pensar e, nessa época mais que na anterior, indicar soluções para os problemas do Brasil, como a miscigenação.

Abrem-se-me então os olhos e percebo que taes homens já não vivem mais na innocencia paradisiaca e que as theorias de Jean Jacques Rousseau são meros sonhos ... Os americanos não representam uma raça selvagem, representam antes uma raça degenerada que se tornou selvagem... Assim poucos séculos se passarão e último americano deitar-se-á para morrer. Toda a população primitiva do continente definha frente

à outra raça⁸⁸.

Longe de expressar um consenso como ressalta Lilia Schwarcz: ‘Na verdade, destacava os limites desse debate que previa a própria supressão de uma raça diante da ação civilizatória “do grupo branco colonizador”⁸⁹.

Porém, como a intenção é problematizar o discurso sobre o índio a partir de uma obra literária, é oportuno que consideremos algumas questões mais específicas do mister da literatura: o Romantismo, enquanto teoria literária, não era mais hegemônico no período em que Xavier Marques escreveu *Pindorama*, pois seu projeto de identidade nacional estava sob forte negação desde a década de 70 “com a virada anti-romântica e a recepção de novos pressupostos científico-filosóficos em voga na Europa”⁹⁰.

O debate entre José de Alencar e Joaquim Nabuco anunciava o “desconforto da geração nova em relação a uma tradição intelectual já bem fundada”. Nabuco assim afirmava:

A obra de Alencar seria um falseamento da realidade nacional. Tratava-se agora de redefinir a nacionalidade em correspondência com o anseio de civilização. Os selvagens de que fala Alencar não existem, são idealizações e nem são eles os elementos fundamentais da nacionalidade: “Nós somos brasileiros, não somos guaranis”⁹¹.

A esta consideração acrescentava-se que, Alencar teria construído e difundido, através de seus romances, “uma falsa visão da nacionalidade, esteada em “historietas banais”, escritas em “linguagem meio indígena, meio científica” análoga a de Gonçalves de Magalhães, que o próprio Alencar tanto desmerecera”⁹².

⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 130

⁸⁹ Id., *loc. cit*

⁹⁰ AMOROSO, Marta Rosa; SAEZ, Oscar C. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. B. (Org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995, p. 241-242

⁹¹ Id., *loc. cit*

⁹² Id., *ibid.*, p. 241

“O Brasil de daí a um século, para Nabuco, seria produto da mistura de raças e não do indianismo: estaria mais próximo da civilização européia”⁹³. Buscavam reelaborar a nacionalidade que tinha raízes na construção romântica de Alencar e pretendiam ver suplantado “por um discurso orientado pela política e pela ciência que, longe das idealizações, forneceria um diagnóstico do atraso brasileiro capaz de facilitar seu trânsito rumo a civilização”⁹⁴.

Por que, então Xavier Marques se utiliza dessa estética romântica sobre o índio como parte do seu projeto para elaborar *Pindorama* e encaminhá-lo para concorrer ao concurso? A permanência dessa imagem do índio como os românticos elaboraram sugere que ainda servia como uma referência ajustada ao modelo de identidade brasileira

O modelo de identidade, em meados do século XIX foi elaborado utilizando-se a mestiçagem de índia com branco como uma estratégia da “originalidade do sistema racial brasileiro” na sua ideologia fundamentalmente assimilativa como define Kabengele Munanga:

Essa ideologia não só procurou inseminar fatores culturais capazes de dominar as heranças culturais dos grupos étnicos que ela englobou, como conseguiu suscitar em toda população, por mais heterogênea que seja, o sentimento de um destino comum, com maior poder de mobilização que o de origem étnica particular.

A relação com a miscigenação em 1900, mesmo assumida como um problema, não permitia ver os índios, mas os mestiços. Numa lógica que define o olhar sobre a pluralidade racial, o que enxergavam era a miscigenação, mesmo que tomada como negativo para o Brasil, e o momento das comemorações dos 400 anos torna instigante para repensar a trajetória do País, mas principalmente na recondução do seu curso.

⁹³ Id., loc. cit

⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 242

Assim, o momento da descoberta, quando se criava o mundo brasileiro, fornecia matéria para reafirmar a criação, Brasil, a partir do criador. Mas ao se retomar a esse momento na comemoração dos seus 400 anos, ao se repensar essa criação, buscava-se realinhar os rumos que a criatura tomou quando ganhou vida própria com a independência e, posteriormente, com a abolição. A assimilação como categoria de pensamento da elite nacional, ao elaborar a identidade desse país incorporou, o índio, de estereótipo românticos. Assim pareceu um caminho seguro para lidar com a diversidade indígena e a sua concretude não idealizada, não palatável pelo organismo cultural constituído, no Brasil, por sua elite de 1822 e a de 1900.

Esse índio estereotipado não era possível encontrar em 1900, mas a elite não deixava de fora esse elemento étnico da identidade nacional, pois não consideravam que o problema estivesse no modelo estereotipado e, como considera Kabengele Munanga: “talvez esteja nesse ponto a inteligência, bem como a eficácia, ou melhor, a originalidade do sistema racial brasileiro, que é capaz de manter uma estrutura racista sem hostilidades fortemente abertas como se observa em outros países.”⁹⁵

Assim, os índios – estereotipados - estavam contemplados no painel racial da identidade brasileira, o problema no final do século era definir o lugar nessa identidade para a miscigenação “cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico”⁹⁶.

⁹⁵ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem...*, op. cit, p. 122

⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 18

CAPÍTULO 3

O DISCURSO DA CIÊNCIA: autoridade da verdade

A enunciação do discurso sobre o índio nos 400 anos do Brasil foi apresentada por diversos textos escritos como o romance *Pindorama*, colunas dos jornais, livros e revistas, e nos textos plástico-simbólicos como a comemoração em si mesma, nos seus espaços festivos, religiosos e oficiais. Em diversos suportes, esses textos alcançavam públicos diferentes, como o grande público, marcadamente analfabeto. Quando estes textos passavam pelo respaldo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa, ganhavam a condição de informação séria, verdadeira, enquanto o Instituto conformava-se no seu papel de legitimador do conhecimento histórico, espaço institucional de produtor do conhecimento sobre a história do Brasil e seus povos.

O IGHBa respaldou o conhecimento que legitimava a comemoração do Quarto Centenário do Brasil. Neste poder de afirmar a memória social, sobre a história de tal data na vida de um país, o Instituto desempenhou um papel fundamental para uma instituição que reuniu intelectuais os quais se sentiam no ofício de diagnosticar os “males” para a vida do País e sugerir os procedimentos para sua “cura”.

No bojo da produção dos discursos sobre o Brasil, cuja comemoração se confundia com a história da Bahia, o índio teve o seu lugar reservado ao período da chegada dos portugueses. A demarcação desse espaço pode ser observada no livro de Salvador Carvalho Pires e Aragão, num trabalho de esforço de pesquisa encomendada pelo Instituto. É com a análise deste livro que se produz este capítulo e alcança a elaboração da imagem de índio projetada pelos intelectuais baianos nos 400 anos do Brasil, que tinham como missão “traçar em caracteres indelévels”¹ o lugar desse povo na marcha da civilização da Bahia.

Salvador Pires de Carvalho e Aragão, major do Exército, escreveu o *Estudo sobre a Baía Cabralia e Vera Cruz* “feito por ordem do governador do Estado o Ilm. e Exm. SNR

Cons. Luiz Vianna”² que o publica em 1899. Nos agradecimentos, o autor escreve sobre a questão de não ter a respeitabilidade da competência de um nome conhecido, mas a apesar de sua “humildade”, o seu trabalho teve muito boa acolhida no seio dos intelectuais, como escreve Braz do Amaral, membro do IGHBa:

Excedeu as expectativas da comissão, firmando pontos dubios da nossa história, apontando de modo incontestável o ribeirão Mutary como o em que se abasteceu a esquadra descobridora, o local da primeira cruz, etc. O estudo da baía foi muito bem feito, com sondagem de 10 em 10 metros, dimensões de recifes, sua forma etc.

O documento, que mereceu elogios, é acompanhado de mapas, aquarelas, muitas e excelentes fotografias, amostra de rochas, terreno, areia e madeira e contém 19 capítulos referentes à baía Cabrália, além de um sobre Porto Seguro³.

Suas informações foram utilizadas em diversos textos produzidos pelo Instituto, como no artigo “O panorama de Victor Meirelles”, de dezembro de 1900, onde Dr. Carlos de Laet analisando o quadro *A primeira missa* escreve: “a alterosa cruz, cujos braços se destacam no formoso céu brasileiro, fora cortada de uma árvore da mata que existia junto de Mutary, - riacho que deságua na baía Cabrália”. Mas foi exatamente significativo para esclarecer “pontos dúbios” como do riacho Mutary, a que se refere Braz do Amaral, questão que havia promovido o texto de Beaure-paire Rohan publicado na revista comemorativa do 4º centenário cuja centralidade é o debate com as informações do Visconde de Porto Seguro no seu livro *O descobrimento do Brasil: crônicas do fim do século XVI*.

O estudo sobre a baía Cabrália foi inicialmente apresentado como relatório à comissão do quarto centenário, que emitiu este parecer assinado por Brás do Amaral, e no mesmo ano de 1899 tornou-o livro. Sua produção é um trabalho de reunião das informações

¹ *Revista do IGHBa*, Salvador, n 19, 1867. p. 83

² ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*. Salvador: Letho-Typ. 1899.

³ *Revista do IGHBa*, Salvador, n 20, Jun, 1899, p. 321.

conforme questões elaboradas pelo Instituto e a comissão do centenário. Essas questões foram levadas ao então Governador que delegou a nomeação dos escolhidos ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública Satyro de Oliveira Dias que “acedendo a este tão justo pedido” nomeou a comissão composta pelo engenheiro major Salvador Pires de Carvalho e Aragão e o fotógrafo Alfredo Otaviano Soledade, para realizar “um estudo minucioso, fotografando pontos que isso mereçam”⁴.

A necessidade das respostas às questões estabelecidas nessa pesquisa foi justificada pela comissão de 9 membros eleita pelo Instituto para promover os meios de comemorar o 4º Centenário da descoberta do Brasil que, “de acordo com um dos números do programa assentado, solicitou do senhor Governador do Estado a nomeação de pessoas habilitadas para fazerem uma descrição exata, o que até hoje não existe, de Vera Cruz, onde aportaram as naves que nos trouxeram a civilização européia”⁵.

Portanto foi um estudo programado para resolver as polêmicas sobre pontos tais como o lugar onde Cabral estendeu a primeira cruz, de forma a construir um conhecimento preciso com provas incontestáveis, além de servir, também, para tornar público o lugar do índio na história da Bahia. Entre “[...] mapas, aquarelas, muitas e excelentes fotografias, amostra de rochas, terreno, areia e madeira”, recolhidos no século XIX, comprovava a chegada de Pedro Alvares Cabral na Bahia, no século XVI. Quanto à existência dos índios, o estudo indica que estes já se “rareavam” no seu presente, construindo a sua ausência no futuro, num tempo de virada do século.

Este é um texto no qual se conforma uma perspectiva herdeira do Romantismo na elaboração do lugar do índio na História do Brasil, mas agora delineada pelos instrumentos

⁴ Id., loc. cit.

⁵ Id., loc. cit.

da ciência, que respaldava os trabalhos dos intelectuais ao se pensar a data dos 400 anos. Não se encontra neste estudo apenas um recolhimento de dados, mas a certificação das idéias compartilhadas pelo Instituto.

A elaboração da história priorizava aspectos físicos do lugar onde há 400 anos aportaram os portugueses. Assim, olhar, registrar e pronunciar-se sobre a Baía Cabrália devia permitir reconstituir o passado. Tornou-se este o exercício de pesquisa levada a campo pelos escolhidos do governador e cujos pontos para serem estudados foram compostos de 14 itens, são eles:

- 1- Desenho de toda a costa de Sta. Cruz, para o norte, principalmente.
- 2- Sendo possível, deve ser sondada a baía para dentro do recife, de Porto Seguro, para o norte até a Coroa Vermelha, em diversos pontos, assim como o braço de mar ou canal que fica entre a Coroa Vermelha e a terra firme.
Como esse trabalho é quase irrealizável agora, bastará nas proximidades de Santa Cruz para o norte.
- 3- Aquarela de toda a zona que nos interessa, de modo a obter a tonalidade em cor dos verdes e das areias, etc, o que é necessário para o trabalho que se vai fazer na Europa não represente uma costa de Portugal sem nuances que não sejam nacionais.
- 4- Um mapa compreendendo toda a baía Cabrália.
- 5- Tirar fotografias (se for possível do mar) ou em falta, de alguns pontos que se prestem, de modo a termos reprodução, em maré cheia e vazia da Coroa Vermelha e da costa, o que nos dará também o relevo da terra, e idéia da altura da serra que se levanta a pouca distância do mar, etc.
- 6- Explorar a terra firme, procurando verificar se existe algum marco ou pedra deixada ali antigamente, assim como qualquer inscrição que por ventura exista em alguma pedra, etc.
- 7- Verificar qual o ponto (fonte ou riacho) em que há água, e que foi, portanto, onde se estabeleceu a esquadra de Cabral, e que é de presumir não tivesse ancorado longe desse ponto.
- 8- Procurar verificar qual o ponto da costa que melhor se pode prestar para a celebração da missa, e especialmente para a colocação do padrão ou grande cruz de madeira, que ali deixaram os portugueses, pois é de presumir que tivessem escolhido algum promontório ou ponto mais elevado e descoberto para ser bem visto, especialmente do mar.
- 9- Descrever, o mais minuciosamente que for possível, toda aquela parte da costa, o seu estado atual, povoamento e, se for possível, explorar para o interior, procurar vestígios dos índios que portugueses ali encontraram.
- 10- Indicar, precisamente, onde deve ser assentada a cruz de pedra, que para lá vamos mandar. Se será melhor coloca-lo na Coroa Vermelha ou na terra

firme, ou se será mais conveniente próximo a entrada do porto de Santa Cruz.

Não se deve perder de vista que ela deverá ficar em ponto tal, que permita vê-la bem do mar.

- 11- Procurar na costa interior ou praia da bacia Cabralia, o ponto ou pontos em que podiam ter atracado com facilidade os botes ou lanchas dos navios da esquadra, pois é natural que procurassem angras, colheitas ou surgidouro, se por ventura toda praia não é acessível.
- 12- Prestar atenção nesse estudo, e informar-se dos pescadores de Santa Cruz, quais os ventos reinantes nos meses de Abril e Maio, e quais os pontos que nesta quadra dão melhor desembarque.
- 13- Procurar informações seguras e estudar não só tudo o que possa interessar sobre as correntes oceânicas na costa, especialmente nas proximidades da Baía Cabralia, como saber quais as variações reinantes em fins de Abril e princípios de Maio e quais os lugares ou atração a embarcações pequenas dentro da baía.
- 14- Trazer em fotografias e aquarelas a idéia mais completa do Monte Pascoal, sendo as chapas tiradas em horas diferentes e devendo as aquarelas indicar os diversos aspectos do monte em tempo claro e encoberto quando ele se descortina todo do mar, ou quando se acha parcialmente envolto em cinzeiro ou nevoas.⁶

Percebe-se uma preocupação com a precisão do lugar e como foi possível cada ato da esquadra de Cabral naquele local, com os atos nos dias da chegada e nos que aqui estiveram inicialmente para demarcar “sem falseamento” o lugar da Bahia na história do Brasil, com provas incontestes. O passado como recurso para projetar o futuro de um povo, provavelmente por isso, os índios que gostariam de encontrar não foram reconhecidos nesse mesmo lugar, apenas estavam as pedras, o riacho, os ventos...

O estar no lugar para este estudo partia também do princípio necessário para se produzir a verdade, uma referência muito comum no universo desses intelectuais como era no caso das pinturas de quadros históricos. Em artigo na *Revista do IGHBa* de 1900, Carlos de Laet escreve sobre o quadro de Victor Meirelles “A primeira missa”:

Bom é de saber-se que no próprio local do sucesso esteve o pintor do panorama, vendo, com aqueles seus olhos de artista que de um relance apanham dimensões, forma e colorido, indagando o estudante como o aspecto a flora da região.

Depois encerrou-se na sua rotunda e trabalhou meses e meses. Aporta vieram bater-lhe contrariedades, decepções e desgostos, que penoso fora

⁶ ARAGÃO, Salvador Pires Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabralia...*, op. cit., p. 318-320.

aqui rememorar ...Mas, como os paladinos que nos antigos contos repeliam com talismãs e palavras encantadas as obsessões de malfazejos espíritos, Victos, o encanecido e glorioso batalhador, tudo venceu e debelou com o triplice influxo da fé religiosa, que lhe avigora o ânimo, do amor a Pátria e do culto das artes⁷.

A lógica dessa pesquisa obedeceu ao princípio foucaultiano de que o discurso apresenta por si e em si as mobilizações de quem a elabora. Nos textos publicados na Revista do 4º Centenário, encontram-se várias discussões sobre as polêmicas que envolviam os aspectos físicos da baía Cabália ou o que neles envolvia as ações demandadas por Cabral e seus navegantes. Os índios e negros não fizeram parte dos artigos escritos e publicados nesse número especial, entretanto esta ausência pode expor a lógica do pensar a história do Brasil omitindo os “problemas” que não lhe promovia a condição de uma civilização.

Na ausência de artigos sobre índios na Revista comemorativa do Instituto, e na predominância de pontos físicos para estudo da Baía Cabrália, pode-se sugerir que, no discurso da história do Brasil em seus 400 anos, ganha, nestes espaços específicos, uma perspectiva de que o índio não interessava à ciência, apenas ao romance ainda que histórico, ou talvez era uma história romanceada o espaço para esse povo - personagem.

Num total de 19 capítulos Salvador Pires Carvalho e Aragão distribuiu o resultado do seu estudo na Baía Cabrália, a saber: I- A baía Cabrália; II- Aspectos gerais da costa; III- A Coroa Vermelha; IV- Rios e ribeiros; V- Santa Cruz; VI- O fundo da baía; VII- Sondagens; VIII- Marcos; IX- Onde se abasteceu de água a esquadra de Cabral; X- Onde foi colocada a primeira cruz; XI- Pontos onde podem atracar embarcações pequenas; XII- Vestígios de índios encontrados por Cabral; XIII- Flora e fauna; XIV- Onde deve ser levantada a primeira cruz; XV- Dimensões da nova cruz; XVI- Terrenos e cultura; XVII- O

⁷ LAET, Carlos de. O panorama de Victor Meirelles. *Revista do IGHBa*, Salvador, n 26, p. 471-474, dez. 1900, p. 471-474

monte Pascoal; XVIII- Correntes oceânicas; XIX- O que se pode esperar desta zona para o futuro. Acrescenta o capítulo XX intitulado Notícias sobre Porto Seguro.

Nestes capítulos se desdobram dados geofísicos, conforme as indicações dos intelectuais. Destaca-se para análise o capítulo XII sobre os índios e o XIX sobre o futuro dessa área. Porém o prefácio desse livro nos indica os caminhos “metodológicos” que guiaram a produção desses capítulos num trabalho do major. Assim, Salvador P. de C. e Aragão prefacia:

Se a realidade das paragens definidas conviesse, no exame, aos desenhos dos cronistas, era saber que, sobre a autenticidade do escrito, restavam a garanti-lo as evidências dos fatos. E, onde a narração houvesse sugerido desacordos, por entenderem-na diversamente os seus comentadores, daria estudo decisiva solução à veraz inteligência dos trechos disputados. Em qualquer dos casos caberia à história os frutos da apuração, que era desmanchar dúvidas, acertando com o depoimento ilustre os modelos da pintura⁸.

O prefácio de Salvador Aragão é significativo para entender como o autor produziu seu estudo. Nele pode-se observar como estabeleceu a relação da imagem que os textos anteriores como os dos cronistas e o de Pero Vaz de Caminha elaboraram com a sua tarefa: garantir a evidência dos fatos e desmanchar dúvidas. Em nome dos intelectuais, para os quais mapas e fotografias retratavam a realidade inconteste, expôs a não propriedade entre imagens registradas e representação, revelando como imagens já previamente elaboradas e reconhecidas indicaram o olhar que fizeram dos povos que, na área da Baía Cabralia, encontraram e foram fotografados em 1900. Mais que dados gráficos nos mapas e fotografias, apresentou-se a confirmação que buscaram sobre o que era e o que já não era nas paisagens e pessoas de 1500 e 1900.

O seu estudo, entendido como um serviço ao país uma “investigação do patriota”, “tão oportuno como necessário, prestou-o ao nome de Caminha, a verdade da nossa origem

e a glória dos navegadores portugueses”⁹, é no texto da carta de Pero Vaz de Caminha que ele se respalda para nortear as observações feitas nos 400 anos da chegada dos portugueses ao “solo virgem de Vera Cruz”¹⁰. Este foi um dos aspectos expressados por Arlindo Fragoso que escreve a apresentação do livro em análise.

na empreza digníssima verificar que águas e terras da legendária bahia respondiam aos marcos da Carta alviçareira, ilustrando-a como emblemas do sucesso, que o tempo por 400 anos conservara....
Eis o que foi a investigação do patriota! Eis o que é este livro, relatório dela: a certeza verificada dos depoimentos de Caminha
... que este livro é, e de si somente valioso pela sinceridade de sua inspiração, recomendando e aplaudindo a boa lavra, em que a memória de Caminha se exalta, a fama de Cabral se engrandece e, irmanadas, rebrilham juntas as glórias de Portugal e do Brasil¹¹.

A certeza verificada dos depoimentos de Caminha forneceu o suporte para Salvador Pires e Aragão definir que “não existem vestígios materiais dos índios encontrados por Cabral nem mesmo descendentes diretos que tenham deles conservados a pureza da raça primitiva”¹². Os índios de 1500, que Caminha relata no dia da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1900, Salvador Pires e Aragão não reconhece nos seus descendentes antes registra: “os tipos que aqui apresentamos são, como se vê, indivíduos já degenerados, conservados apenas, traços mui apagados dos seus primévos, devido ao cruzamento”¹³.

A miscigenação foi vista por Salvador Pires e Aragão como resultando em indivíduos degenerados. Se os índios da “raça pura” já não existiam mais nessa área, mas seus descendentes degenerados se faziam presentes e foram registrados nas fotografias, essas fotos podiam suscitar questões sobre a possibilidade de serem reconhecidos como

⁸ ARAGÃO, Salvador Pires Carvalho e. Prefácio In: *Estudos sobre a Baía Cabralia....*, op. cit., p.

⁹ Id., *Ibid.*, p. IV

¹⁰ Id., loc. cit.

¹¹ Id., loc. cit.

¹² ARAGÃO, Salvador Pires Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabralia....*, op. cit., p. 63.

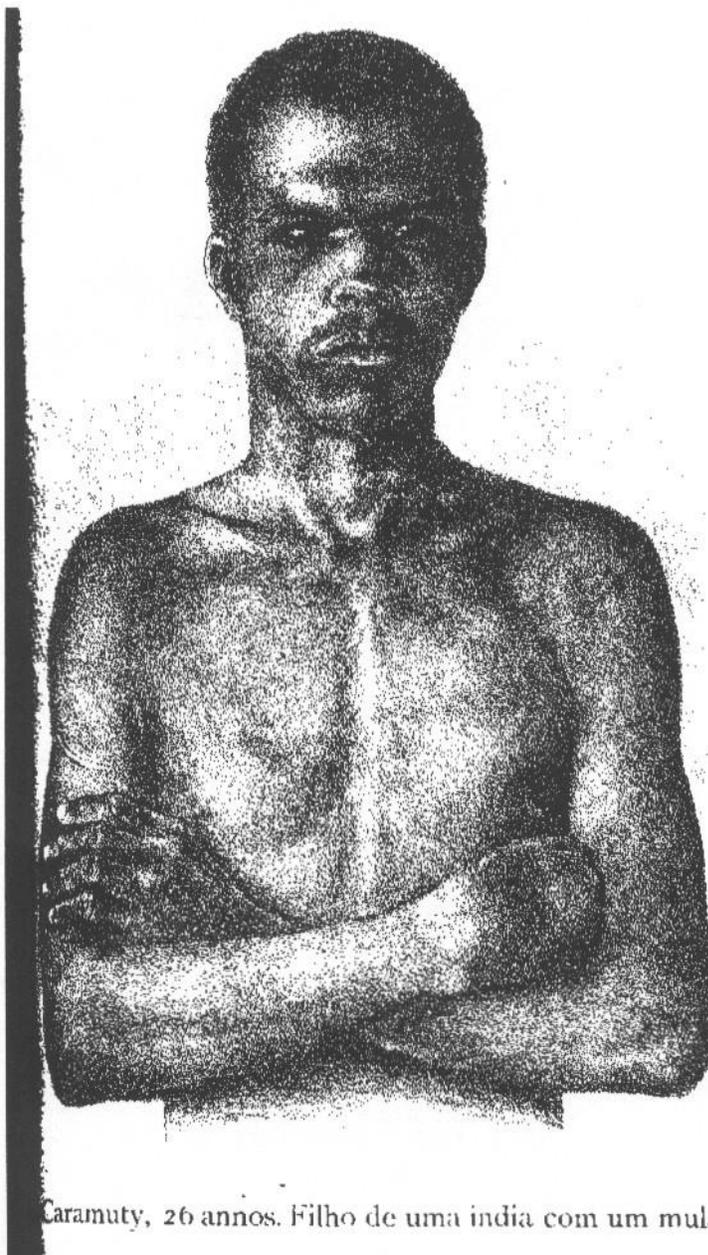
¹³ Id., loc. cit.

índios. Desta forma, o autor garantiu um histórico étnico de cada indivíduo retratado.

Foram eles:

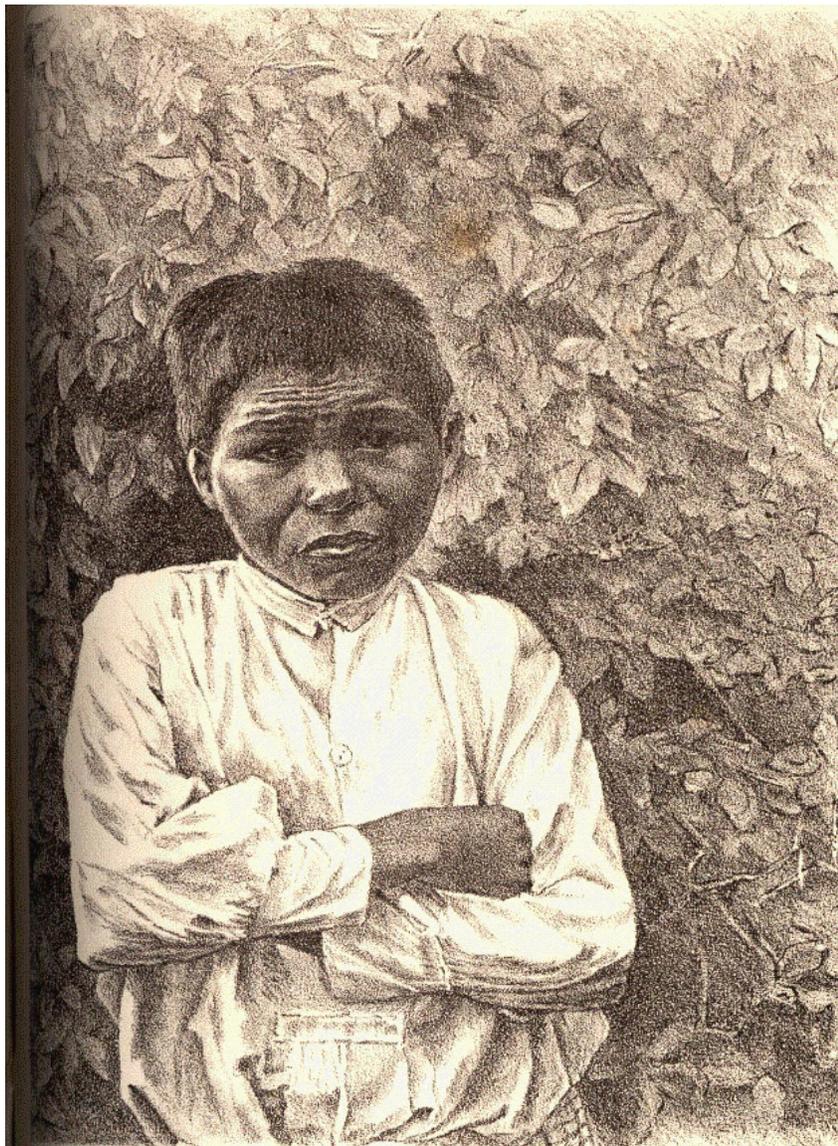
Leonídia, 32 anos. Neta de uma índia com um creolo e filha deste produto com um mameluco;

Caramuty, 26 anos. Filho de uma índia com um mulato.



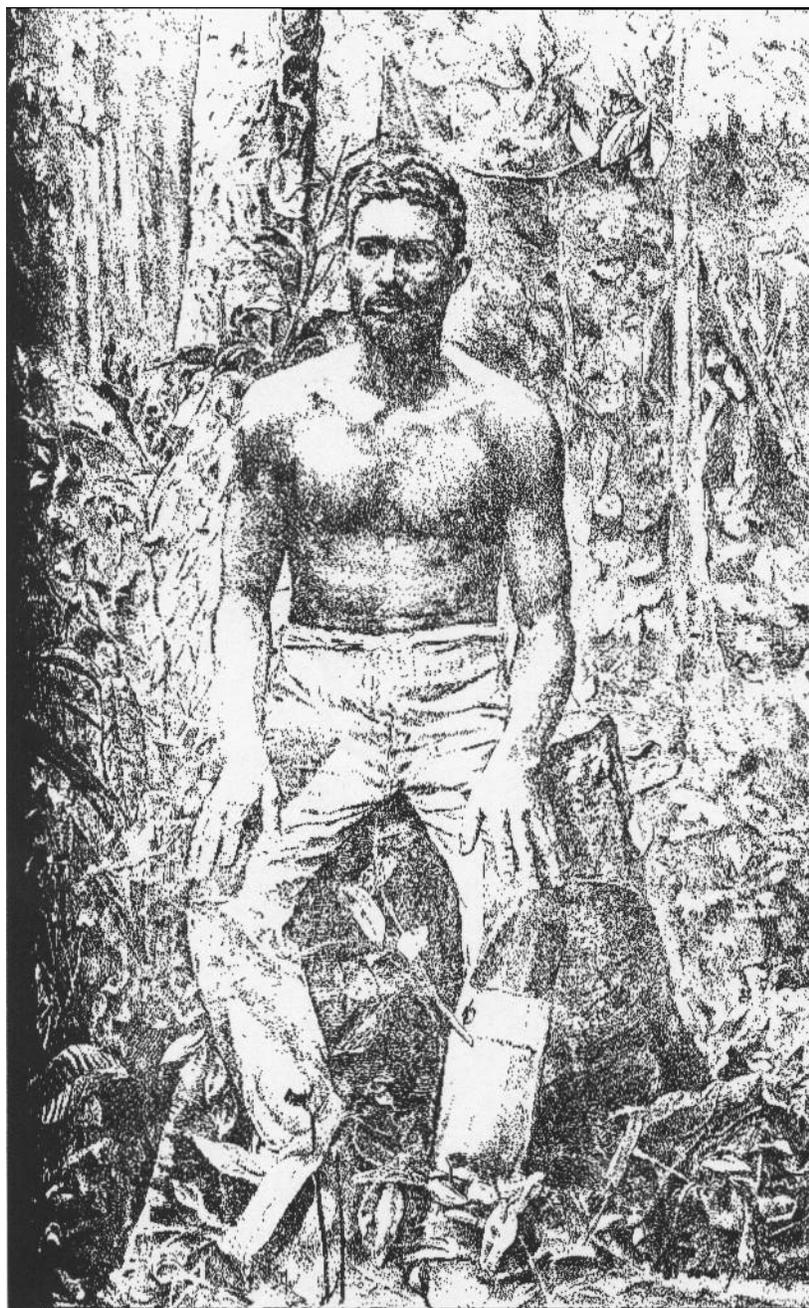
Caramuty, 26 annos. Filho de uma india com um mulato.

Júlio, 14 anos. Filho de um branco com a filha de uma índia com um mulato;



Júlio, 14 anos. Filho de um branco com a filha de uma índia com um mulato.

Leandro, 27 anos. Filho de uma mulher que por sua vez era filha de uma índia com um preto, com um mestiço.



Leandro, 27 anos. Filho de uma mulher, que por sua vez era filha de uma índia com um preto, com um mestiço.

Francisca, idade desconhecida. Neta de um índio com uma mulata.



Todos os fotografados tinham uma descendência indígena, escolhidos “estes tipos”, como se refere o autor, como os melhores que encontramos nesta região. “Poderia até encontrar índios nas “proximidades da serra dos Aymorés”, mas, continua o autor, “seria falsear as investigações, porquanto os habitantes silvícolas que ali existem não são da mesma raça dos encontrados por Cabral e tão bem pintados por Caminha”¹⁴. As marcas das “pinturas” feitas por Caminha que perpassou o olhar de Salvador sobre os índios foram:

Como sabemos o sul do Estado era habitada pelos Tupiniquins, raça forte e valente, tratável e boa; ao passo que os senhores dos Aymores são maus e vingativos, bravios e traiçoeiros.

Os índios encontrados por Cabral usavam de tatuagem, trabalho de garridice a que não se entregam os Aymorés. A delicadeza do tembetê, ainda vem confirmar que não dominavam aquelas paragens os grossos botocudos. O trato amigável e hospitaleiro, contraste com a brutalidade dos arrasadores de Vera Cruz.¹⁵

As características com as quais o autor descreve os índios encontrados por Cabral, os Tupiniquins, reafirma a perspectiva do índio mito da nacionalidade dos românticos: fortes, valentes, tratáveis e bons, considerados como “parceiros” dos portugueses na marcha da civilização do Brasil, cujo contraste o autor revela nos Aymorés apresentados como vingativos, bravos e traiçoeiros, conforme jesuítas e o senhor de engenho Gabriel Soares de Souza no século XVI, mas também nos Botocudos, estes contemporâneos do século XIX que, por oferecer resistência à dominação branca na área de Minas Gerais, tinham sofrido forte repressão e foram tidos no universo social da época, como selvagens que ameaçavam o futuro do País.

O autor não é indiferente à existência de grupos indígenas vivendo naquele período, a estes se refere: “aqui em Santa Cruz existem descendentes dos Paquejus, tribo oriunda dos Tupiniquins”, e em “Oliveira, três léguas ao sul da cidade de Ilhéus, “vivem em

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 64

¹⁵ Id., *loc. cit.*

palhoças descuidados do futuro” índios descendentes da grande nação Tupiniquim”¹⁶. Registra que eles existem, mas ressalta que poderão não continuar existindo, por serem descuidados do futuro.

A perspectiva de extinção dá a tônica quando registra a existência dos índios de “raça pura”, mas o que predomina no desaparecimento desse grupo para o autor é a miscigenação, sobre a qual observa:

Hoje, vão rareando os representantes da raça pura porquanto os elementos preto e branco e suas múltiplas combinações tem concorrido para alterar a fisionomia característica dos antigos aborígenes, inoculando novo sangue as gerações que lhe vão sucedendo. O mesmo acontece com os de Vila Verde¹⁷.

A mudança da fisionomia é o dado visível para o olhar registrado nas lentes da máquina fotográfica de Alfredo Otaviano Soledade. As práticas culturais que ocupavam a centralidade do trabalho de Xavier Marques nos seus romances tiveram pouca atenção de Salvador Pires e Aragão. Para esse autor, mesmo considerando que os “filhos da região” fazem narrações sobre a história deles e dessa área, não considera digno de ser registrado, como justifica:

Das narrações feitas quer por estes tipos, quer pelos filhos da região que estudamos; nada se pode afirmar, pois adulteram os fatos com o fim de chamar atenção para os lances que julgam mais merecedores de admiração.

Conservam, entretanto, sem alterar as lendas que ouviram de seus maiores. Estas nada referem dos primeiros tempos do descobrimento, nem dos primeiros ataques dados pelos Aymores, as vinganças que exerceram e as tentativas da pirataria francesa¹⁸.

Salvador Pires e Aragão respalda suas conclusões em autores como Jean-Ferdinand Denis “um jovem escritor francês”, que nasceu em 13 de agosto de 1798, na capital da França, onde faleceu a 1^a de agosto de 1890, considerando ponto de ligação entre o Arcadismo e os poetas românticos do século XIX, cujo estilo “influenciou toda uma

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 65

geração de escritores brasileiros, que descobrem com Denis o potencial da ficção indianista”¹⁹.

Leitor de Chateaubriand, F. Denis compactuava com o poeta francês na idéia da necessidade de se “alargar o campo da literatura”, em busca do “verdadeiro” e do “novo”. Seu projeto via no indianismo o tema privilegiado da literatura produzida no Brasil, da mesma forma que descartava toda inspiração “importada” adotada pelo gosto arcádico, povoada de faunos e ninfas falsos e distantes da realidade tropical. Sua inquietação em busca do exótico, até certo ponto comum aos produtores culturais europeus de sua geração, transforma F. Denis em um importante arauto das expressões poéticas dos trópicos, que ele divulga, fomenta e orienta. Seu projeto de divulgação da literatura brasileira tomou dois rumos: Denis foi um estudioso apaixonado dos assuntos americanistas e escreveu um romance etnográfico sobre o Brasil: *Les Machakali*.²⁰

A “sua erudição em assuntos americanistas” teve grande reconhecimento ainda em vida: Denis recebeu uma visita oficial de D. Pedro II na Biblioteca de Saint-Genevieve, onde ocupava o cargo de conservador. E foi “o grande homenageado do VII Congresso Internacional dos Americanistas, que o fez Presidente de Honra”²¹. Portanto, um nome por demais significativo para auxiliar Salvador Pires C. e Aragão, já que compartilhava dos pressupostos romântico sobre os índios e tinha tornado-se “testemunha em 1819 da destribalização violenta vivida pelos Botocudos e Maxakali”²², com os quais convive e sobre eles registra: “vi os restos dessas tribos infelizes a errarem pela terra de seus antepassados. Elas se debilitam dia a dia, e logo terão desaparecido”²³. Portanto Denis, reunia informações sobre o que era o índio no Romantismo e na dura realidade dos Botocudo e Maxakali, entre o índio ideal e o índio transtorno, incômodo.

¹⁷ Id., loc. cit.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 63-65.

¹⁹ AMOROSO, Marta Rosa; SÀEZ, Oscar Calavia. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. B. (Org.) *A temática indígena na escola: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 239

²¹ Id., loc. cit.

²² Id., loc. cit.

A fala de Denis compartilha de pressupostos evolucionistas quando afirma estarem os índios brasileiros numa “estranha inércia de povos na infância!”, que no dia a dia certamente “logo terão desaparecido”. No seu livro, *O Brasil*, percebe-se que o renomado escritor “discute sobre um dos “remédios”- o cristianismo - que tanto foi sugerido por muitos intelectuais, inclusive no século XIX, para estes povos galgarem as mudanças rumo a civilização. Como pode ser observado ao se referir a Caminha: “pareceu-nos a todos, acrescenta um pouco mais longe o *ingênuo* cronista, que bastaria, para que esses povos abraçassem o cristianismo, a facilidade de nos entender, porque executavam absolutamente quando nos viam praticar, o que parece provar que eles não têm adotado gênero algum de idolatria”²⁴.

Conhecedor, testemunha das dificuldades na relação entre os índios e os brancos, inclusive quanto a aceitação do cristianismo pelos índios, Denis chama Caminha de *ingênuo*, porém ressalva, “pela data dessa carta se conhece que foi escrita imediatamente ao tempo da posse”²⁵.

O auxílio de Denis respalda as afirmações de Salvador Pires e Aragão sobre os índios, mas não foi para reconhecer índio que Salvador recorre a Ferdinand Denis, é antes para referendar a Carta de Caminha e, então, justificar por que não encontrou os índios de 1500 na área da baía Cabralia depois de 400 anos. Diante do não reconhecimento dos índios e a afirmação de onde referendava o índio que reconhecia, recorre ao erudito:

Chamamos, ainda, em nosso auxílio, Ferdinand Denis que falando de Caminha diz: “graças ao raro talento de observação de que era dotado, graças sobretudo a fácil ingenuidade de seu estilo o Brasil teve um historiador no próprio dia do seu descobrimento. Caminha descreve

²³ DENIS, Ferdinand. *Os Maxacalis* Edição Crítica com introdução, notas e apêndice de Jean-Paul Bruyas. Salvador: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia: Conselho Estadual de Cultura 1979, p. 99.

²⁴ DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1955, p. 12

²⁵ Id., loc. cit.

admiravelmente os sítios que teve sob os olhos e os traços salientes da nação tupiniquim que os portugueses acharam de posse dessa bela região²⁶.

Depois dos 18 capítulos, Salvador Pires Carvalho e Aragão se antecipa às preocupações que o seu estudo podia trazer para os intelectuais, tão preocupados, com o futuro da Bahia e escreve o décimo nono capítulo - O que se pode esperar desta zona para o futuro, que responde: “tudo se terá à esperar do futuro dessa região, aproveitando os recursos naturais de seu ubérrimo solo”²⁷. Quanto ao “povo” que encontrou nessa área, talvez acreditasse que, como os índios do livro *O Brasil*, de Denis, “[...] Fnow de Radama, e de Tamehameha, que compreendendo rapidamente a superioridade dos Europeus impelem confiadamente a sua nação para o caminho de uma civilização nascente”²⁸, no século XIX, se voltassem “confiadamente” para os homens de letras e ciência, em nome dos quais realizava Salvador Pires Carvalho e Aragão este estudo da Baía Cabrália.

²⁶ ARAGÃO, Salvador Pires Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabrália...*, op. cit., p. 65.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 95.

²⁸ DENIS, Ferdinand. *O Brasil*, op. cit., p. 41.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ecos de palavras-imagens

A representação social do índio fenotipicamente foi elaborada como um protótipo de manequim étnico: robustos, nus, com enfeites de penas como o cocar e cabelos pretos. Quando em movimento, este manequim está em dança de ritual ao deus trovão, ou em gesto armando uma flecha, morando em ocas distantes das cidades, onde veladamente não é recomendável para ele circular. Porém essa representação material, essa imagem visível, articula categorias de elaboração dos indígenas como seres a-históricos, para os quais não são permitidos mudanças, e quaisquer que elas fossem estariam perdendo os seus verdadeiros valores. O passado da história do Brasil, especificamente o ano de 1500 quando da chegada dos portugueses a essa área, era o único lugar legítimo reservado para eles.

A imagem visível do índio é assentada, portanto, num discurso construído em meados do século XIX com os literatos românticos e afirmada no final do mesmo século, embora sob outras lógicas teóricas. Essa projeção parece ter contribuído para o não reconhecimento de Galdino Pataxó como índio no final do século XX e em início do XXI quando jovens estudantes de classe social do País assassinaram-no como sendo apenas mendigos, numa brutal expressão dos valores que a sociedade atual tem alimentado.

Ecoa, na projeção dessa imagem estereotipada a representação modelada do indígena como animalizado nos seus hábitos e em extinção. O desaparecimento de um povo não pode ser considerado com um termo cunhado pela biologia para animais não humanos, mas como genocídio. No caso dos indígenas Kaiowá, Pataxó Hã Hã Hã, entre tantas outros grupos, pensar e afirmar seu desaparecimento é reconhecer uma história de extermínio de um povo. Entretanto eles insistem em estar vivos e se mostrarem na luta pela terra ou em manifestações como dos 500 anos em Porto Seguro na Bahia, numa área que,

no século XIX, foi estudada por Salvador Pires Carvalho e Aragão e tornou-se cenário para *Pindorama* o romance histórico de Xavier Marques.

Nesse espaço baiano, foram registradas em fotografias e filmes no ano de 2000 as cenas dos indígenas de joelhos em frente a uma barreira de soldados ou sendo empurrados por policiais que os impediam de participar da cerimônia dos 500 anos do Brasil. Não sendo intenção comparar a “festa” de aniversário dos 400 com a dos 500 anos do Brasil não se pode recusar de ouvir os ecos que soam e de questionar o que reflete a imagem do índio construída por literatos românticos, escritores positivistas – intelectuais - que a elaboraram em espaços institucionais legitimados pela elite política e letrada do século XIX.

O caráter mais relacional que essencial das identidades étnicas parece ser uma perspectiva para ouvir e ver o que essa imagem discursiva pode dizer. Na lógica antropológica que o “{...} nós constrói-se em oposição ao eles, segunda a qual pertencer a um grupo implica a existência de uma categoria de excluídos”¹, sendo que “ao mesmo tempo que afirma um eu coletivo nega um outro coletivo”², indica-se o viés que embasou a construção da nação brasileira no período pós-independência e dos cidadãos da República, sob as mãos dos seus intelectuais.

O índio construído como mito da nacionalidade brasileira, concebido para marcar a origem de um jovem país, recém-independente de Portugal, mas que conservava no poder a mesma família real dos tempos de colônia, neste contexto, passava a ser aceito, reconhecido como genuinamente brasileiro, definindo inclusive os adjetivos dessa representação em forte, guerreiro, robusto e hospitaleiro.

¹ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 123

² Id., loc. cit.

Ao lado dos adjetivos voltados a expressões corporais numa forte conotação de luta, está o de hospitaleiro, talvez o que mais se adequava ao momento político: o acolhimento à jovem nação numa perspectiva formulada, também, para o ano de 1500 dos Tupi-Guarani acolhendo os portugueses. O passado de 1500 era tomado como referência legítima para os que precisavam de símbolos nacionais e de se autopromoverem.

O espaço reservado ao índio pela intelectualidade com apoio governamental era o passado em 1500, onde se convenciam de que eles tinham ficado, a recusa dos índios de não morarem neste lugar que haviam construído para eles, mobilizava diversos refazereres teóricos dos intelectuais que, no final do século XIX, se orientavam para não vê-los como contemporâneos, mas quando lograram isto era na mestiçagem, considerada uma degeneração física e cultural das raças inferiores.

Os dados que projetam esse discurso são reconhecidos nos livros *Pindorama* de Xavier Marques, e *Estudos sobre a baía Cabrália e Vera Cruz*, de Salvador Pires Carvalho e Aragão, promovidos pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o IGHBa. Entre as duas obras, encontram-se categorias semelhantes como a dos índios moldados pelo olhar estético romântico, tendo ressignificado teoricamente questões como a da extinção da “raça original” e da mestiçagem que, antes, representava a originalidade da nacionalidade brasileira imperial e passa, então, a ser encarada como um problema que teriam de enfrentar. Todos eles, porém, elaboraram a invisibilidade indígena na sociedade em que eram contemporâneos.

Tanto os românticos quanto os intelectuais do final do século XIX, ao tomar como referência de índio uma tradição de textos sobre o índio produzidos pelos europeus, não reconheciam os índios seus contemporâneos ou porque não conseguiram vê-los diante da

mestiçagem que no Brasil se estabeleceu sob a lógica do branqueamento ou porque não lhes interessava politicamente reconhecê-los ou, ainda, as duas perspectivas ao mesmo tempo: não lhes interessava reconhecê-los politicamente e a lógica de branqueamento da mestiçagem os tranquilizava quanto à não-visibilidade indígena na sociedade brasileira.

A imagem do índio idealizado era assumida por esses intelectuais dependendo do contexto social vigente. No Império, para demarcar uma origem na memória nacional e, na República de 1900, na Bahia, como uma lembrança que poderia ser confusamente reconhecida na mestiçagem contemporânea, embora tenham trabalhado para que não se confundissem. Mas tanto em um como em outro regime, a mestiçagem foi uma solução encontrada para a “extinção” ou genocídio do índio, incômodo personagem para a afirmação branca.

O mestiço de índio e branco português no Brasil imperial legitimava o novo povo surgido da mistura racial original. Na República, os intelectuais, ao olharem os habitantes desse país só, conseguiram reconhecer mestiços dos “melhores tipos”³, tidos como problema para o projeto de seguir atrás dos rumos da branca Europa.

O indianismo romântico prosperou num Império que era de algum modo “indianista” e tirava do passado Tupi sua parafernália simbólica – o manto de gala do Imperador era labor de índios, confeccionado com penas de papos de tucano, e é comum encontrarmos em caricaturas da época o Imperador ou uma alegoria da Nação Brasileira trajados como índios. A República, por sua vez, inspirada em ideologias científicas e positivistas, deixava pouco lugar para o índio no seu imaginário⁴.

³ Como refere Salvador Pires C. e Aragão e que também pode se estender a Xavier Marques com a sua prole mestiça de seu personagem Fernão Cerveira.

⁴ AMOROSO, Marta Rosa; SAEZ, Oscar C. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. B. (Org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995.

A República acolhia a estética da imagem indígena produzida pelo Império, mas passava a ocupar um lugar demarcado, reconhecido e lembrado apenas em momentos solenes e comemorativos como os 400 anos do Brasil. Embora não convenha discutir os termos da transição da Monarquia a República, a “presença” indígena representada pela Monarquia como referência simbólica explícita na apresentação do Rei, conformou a representação social do índio que a República se utiliza não mais como aparato simbólico de si, desde que já não tinha mais espaço no seu imaginário, mas na elaboração estética do índio e do seu lugar na história do Brasil.

A concepção dos livros de Xavier Marques e Salvador Pires Carvalho e Aragão obedecia a suportes metodológicos e públicos diferentes, mas projetando a mesma representação dos índios. No livro de Xavier Marques, um romance histórico, a narração transitava entre fatos históricos e lugares reais, a ficcionalidade do encontro entre o português Fernão e a índia Indayá e o desencontro com as práticas da prole miscigenada.

O trabalho de Salvador Pires Carvalho e Aragão é um exercício de pesquisa, cujas questões condutoras foram apresentadas pelo IGHBa e a comissão do 4º Centenário. Cada dado era referendado em documentos incontestes como a carta de Pero Vaz de Caminha e as afirmações de intelectuais estrangeiros como Ferdinand Denis.

Embora sob diferentes suportes metodológicos, projetaram o mesmo discurso de extinção dos índios, “habitando” o passado da história do Brasil, é o da mestiçagem como um problema cultural. Tornaram públicas questões pulsantes entre os intelectuais e políticos do período que buscavam conviver com mudanças trazidas com a abolição da escravidão e a República, sem perderem os espaços e as velhas lógicas de poder na Bahia.

Na Bahia, o IGHBa cumpria seu papel de elaboração histórica e simbólica desse regime e da projeção desse Estado na história do País, fazendo dessa representação indígena um estereótipo que funciona como “uma camisa-de-força, uma forma de controle social”⁵ do indígena. Nesse jogo de representação “o ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado imediatamente na visão de que o percebido tem do papel sócio-cultural de seu receptor e do seu próprio”⁶. Conforma uma representação que se corporifica na memória social definindo o branco e o indígena e a valoração deles na identidade brasileira.

O IGHBa, nos 400 anos do Brasil, preserva uma estética elaborada pelos intelectuais literatos sobre o índio, negam um fenótipo contemporâneo desse povo por considerá-lo degenerado pela miscigenação e procuram destruir a sua cultura como exercício civilizatório para a Bahia seguir os rumos da Europa.

Nesse exercício, utilizam-se da catequese e da educação como instrumento de equalização das diferenças culturais. Essa constatação nos mobiliza a escrever esse texto, pois como “educar – humanizar, construir identidades com um referencial estruturante imposto e estranho aos próprios sujeitos em processo de formação? O ideal de branqueamento imposto pela sociedade racista destrói a possibilidade de construir a própria identidade.”⁷ Ao que complementa Nilma Gomes:

O objetivo da pedagogia da mais clássica a mais moderna, consiste em entender e ajudar o ser humano a se conhecer, se descobrir como humano, se constituir em sujeito social, cultural, ético. Pesquisar sobre, como acontecem esses processos não é a função da pedagogia e das teorias da educação?⁸

⁵ GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza, 1995, p. 10

⁶ Id., loc. cit.

⁷ Id., ibid., p. 14

⁸ Id., ibid., p. 13

Foi, portanto, buscando percorrer esse traçado da imagem discursiva sobre o índio que uma historiadora se envolveu nesse exercício de pesquisa e dissertação. A análise do discurso instrumentalizou olhar textos científicos, jornalísticos e literários da “língua trabalhada pelo poder” como se refere Roland Barthes ao primeiro objeto da semiologia que “tratava-se, em suma, de compreender (ou de descrever) como uma sociedade produz estereótipos, isto é, cúmulos de artifícios, que ela consome em seguida como sentidos inatos; isto é, cúmulos de natureza”⁹. Esta é uma constatação que se pode fazer no período de comemoração dos 400 anos do Brasil em que as palavras são lançadas como projeções de um discurso que conformou a imagem e o lugar do índio.

A imagem estética retomada dos românticos norteou o olhar sobre os índios contemporâneos e o lugar no passado da história do Brasil, consolidando, portanto, categorias como seres a-históricos cuja representação era modelada enquanto seres animalizados, estigmatizados, idealizados.

A crença na extinção dos índios, desde os românticos, e a pouca visibilidade dos traços físicos na população miscigenada, parecem ter contribuído para a perspectiva de afirmar a presença deles no passado. Esse espaço referendado na carta de Caminha foi elaborado pelo românticos como “uma idade de ouro pré-cabralina, com o qual realizávamos nossa volta as origens” recriada com “as asas da imaginação”¹⁰.

Essa projeção do indígena invisível nos centros urbanos pode ser observada em autores atuais aos quais podemos questionar sobre as perspectivas dos escritores do século XIX que não enxergaram os indígenas entre eles. Na afirmação de Brookshaw, podemos acompanhar mais de perto essa problemática.

⁹ BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1998.

Como em outros países latino-americanos, o primeiro símbolo humano de uma identidade nativa foi o habitante original, o índio. No Brasil, o índio foi uma figura muito mais abstrata do que na maioria dos países de língua espanhola, dado o fato de que na época da independência os únicos índios que restavam viviam bem afastados do núcleo de habitação dos brancos e, portanto, fora da estrutura social da nação. Desse modo, o nacionalismo literário do século XIX buscou mais inspiração em um nativo mítico do que em um africano colonizado, ainda sofrendo os abusos de uma escravidão que era vital para a economia do país ¹¹.

Não se questiona o índio como uma figura abstrata, mas a afirmação de que sua abstração tenha se dado porque *na época da independência os únicos índios que restavam viviam bem afastados do núcleo de habitação dos brancos e, portanto, fora da estrutura social da nação*, como afirma o autor. Parece que estamos diante do conceito de ideologia em que classe dominante faz com que suas idéias passam a ser de todos

como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer¹².

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social: ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Foucault concebe os discursos como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Tais regras, chamadas por Foucault¹³ de “regras de formação”, possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os objetos que aparecem, coexistem e se

¹⁰ GOMES, Heloísa T. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988, p. 22

¹¹ BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 19 (Novas Perspectivas, 7).

¹² BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução a análise do discurso*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p.27.

¹³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 46.

transformam em um “espaço comum” discursivo; os elementos *tipos de enunciação*; os conceitos; os temas.

Essas regras que determinam, portanto, uma “formação discursiva” se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a “formação discursiva” em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade. O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder.

A produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder.

O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da “existência material” das ideologias.

Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da “interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico”. Essa ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade), seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social.

A formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados

por formações ideológicas. Tânia Gandon¹⁴ nos traz:

O intrigante na história é o fato de que a presença do índio na mestiçagem do povo brasileiro, bem que nitidamente visível, permanece como uma ficção, o caboclo sendo muitas vezes percebido apenas como imagem ideológica – o que é sem dúvida um dos seus aspectos – como entidade etérea, ou como figura lendária. Mas o caboclo é raramente visto na sua realidade concreta cotidiana, como presença numa mestiçagem onde o branco e o negro tornam difícil distinguir sua “cor” específica.

A esta consideração pressupõe Tânia: “Será que a herança indígena traz em si esta capacidade de se tornar “invisível”, de se fazer despercebida, como estratégia necessária ‘a sua sobrevivência?’”¹⁵ Questão que deixamos como reflexão para a nossa contemporaneidade e para não fugir à centralidade da problemática discutida nesta dissertação:

Como explicar que de uma maneira geral nosso olhar atual esteja raramente consciente desta presença indígena, tal como ela se revela nos traços físicos e culturais do brasileiro? E se não é vista, será que ao menos temos escutado esta presença em nossa língua e no que ela diz”¹⁶.

¹⁴ GANDON, Tânia Almeida. O negro e o índio: uma relação legendária. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n 19/20, p. 135-164, 1997, p. 136.

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 137.

¹⁶ Id., *loc. cit.*

Índio é uma palavra que remete a muitas significações de diferentes aspectos. De ordem da genealogia, é um termo para designar o povo da América antes da América ser América com a chegada dos europeus, e que tem sua origem com Cristóvão Colombo pensando ter chegado nas Índias e que, mesmo se reconhecendo o equívoco com Américo Vesúcio, essa designação foi mantida. A partir dessa origem colonizadora, discute-se hoje a descolonização, sugerindo-se outros termos como aborígine. Mas, enquanto não se define um consenso ou mesmo uma aceitação recorrente porque se depara com a permanência na memória social do termo índio, propõe-se que se denomine índio aos povos de diversas etnias como Pataxó Hã Hã Hã, Kayapó do A-Ukre, Yanomami e outros habitantes da América com identidade diferente dos europeus, asiáticos e africanos.

Porém, mais complexo que a definição do termo é a dificuldade da sociedade atual em reconhecer o índio. De um lado, estão a luta e as dificuldades de os ditos índios em se reconhecerem como índios segundo o estereótipo com que a sociedade os definem. De outro, o lugar na memória coletiva da sociedade de quem seja índio e, em nome dessa definição, o não reconhecimento dos que se consideram índios. Recentemente, o índio Galdino Pataxó foi barbaramente assassinados, mas também assustadora foi a argumentação dos jovens da alta classe de Brasília que afirmaram não saber que ele era índio, pensaram que fosse mendigo!

A representação e essa complexidade do ser índio estão presentes numa pesquisa sobre o caboclo – “denominação genérica de índio” – de Jocélio Santos¹, que ilustra seu objeto de pesquisa com duas narrações: a primeira, de uma antropóloga que leva um índio a um terreiro de candomblé; e a segunda, de uma jornalista que reconhecia como índio um

¹SANTOS, Jocélio Teles dos. *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: SarahLetras, 1995. p. 9

caboclo que descia numa sessão de candomblé. Descreve ele: “Afinal de contas, o índio que foi levado a um candomblé pela antropóloga, não se viu representado na figura do Caboclo, e a jornalista que afirmava ser o Caboclo da sessão um índio, estavam diante da mesma questão: a representação do outro”.²

O objeto dessa dissertação é também a representação que os intelectuais baianos fizeram sobre os índios no aniversário de 400 anos do Brasil. Utilizando os livros *Pindorama*³ de Xavier Marques e *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*⁴ de Salvador Pires Carvalho e Aragão, como principais fontes para análise do discurso que produziu a representação indígena no fim do século XIX na Bahia.

Para discutir a representação de índio, convém definir o termo imagem ao qual nos referimos quando tomamos a representação memorizada. Compartilhando da definição de Joly Martine, compreende-se que imagem “{...}indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece”⁵. Assim, ao se utilizar este termo, convém ainda observar que as imagens podem ser congeladas em estereótipos.

Jean de Léry, francês que esteve no Brasil em 1578, fornece uma descrição de um índio que contém fortes indicações da imagem do índio presente na descrição do século XIX e, de certa maneira, na memória social atual. Define Léry:

Se quiserdes agora figurar um índio, bastará imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membros, inteiramente depilado, de cabelos tosquiados como já expliquei, com lábios e faces fendidos e enfeitados de ossos e pedras verdes, com orelhas perfuradas e igualmente

² Id. Ibid., p.12

³ MARQUES, Xavier. *Pindorama*. Bahia: Typografia Bahiana, 1900. 321 p.

⁴ ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*. Salvador: Lith-Typ. e Encadernação Reis, 1899.

⁵ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 13

adornadas, de corpo pintado, coxas e pennas riscadas de preto com o suco de genipapo, e com colares de conchas penduradas no pescoço. Colocai-lhe na mão seu arco e suas flechas e o vereis retratados bem garboso ao vosso lado. Em verdade, para completar o quadro, deveis colocar junto a esses tupinambás uma de suas mulheres, com o filho preso a uma cinta de algodão abraçando-lhe as ilhargas com as pernas. Ao lado deles ponde ainda um leito de algodão feito com rede de pescaria e suspensa no ar. E acrescentai o fruto chamado ananás.⁶

Na definição de índio, para a memória social, essas referências são sempre evocada na imagem de índio: fortes, robustos, nus e com enfeites de penas. A definição de ser um povo os configura numa imagem visível. Provavelmente, por não estarem apresentados nesse estereótipo Galdino Pataxó não foi reconhecido pelos jovens assassinos, mas também Galdino Pataxó ousou estar num espaço social urbano como Brasília, onde não se compreende como lugar por onde os índios possam estar. O lugar a eles reservado são as florestas, ou os rincões distantes dos centros urbanos.

A força representativa de penas, arco e flecha como “símbolos” definidores de uma identidade, corporificando uma imagem reconhecível, é também utilizada pelos índios nas lutas pelo reconhecimento de suas terras, numa lógica de posição política que os faz reconhecidos pela sociedade “branca”. De alguma forma, assumindo este estereótipo, podem reivindicar sua terra pela legitimidade do direito a ela, clamando pela associação desta com a imagem de índio reconhecida pela sociedade nacional, que os considera como os “verdadeiros donos da terra”, por serem seus primeiros moradores.

A imagem associada a um direito legítimo, apesar das mudanças decorrentes da colonização e do processo histórico-cultural, torna muito “frágil” a garantia da representação contida na imagem estereotipada, pois muitos fazendeiros questionam a identidade atual de índios por eles não apresentarem os aspectos com que a imagem socialmente constituída os define.

⁶LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: 1980, p 117-118

Este trabalho, então, se situa diante da complexidade de se lidar com uma identidade elaborada por outros para identificar o chamado índio. Esta preocupação é própria da contemporaneidade que, experimentando um viver globalizado, tem cada vez mais “{...}afirmado e reafirmado identidades nacionais, étnico-culturais, religiosas, de gênero, sexo {...}”⁷, constituindo-se como um fenômeno que, de certa forma, contraria os princípios dessa globalização.

Estas questões que não estavam nitidamente definidas no início deste trabalho de mestrado, no seu decorrer, foram-se revelando, tornando-se no exercício dissertativo de analisar e problematizar o discurso dos intelectuais baianos sobre o índio no final do século XIX, instigadas por um contexto contemporâneo em que vêm emergindo discursos pluralistas, questionando os fundamentos da identidade nacional brasileira e o que ela configurou para a imagem do índio.

Nesse processo de estudo para análise e problematização do discurso dos intelectuais baianos sobre o índio no final do século XIX, a lógica fundante da ideologia da sociedade brasileira na definição de sua identidade foi sendo reconhecida como assimilativa, quando se depara com a diversidade, com a pluralidade. O século XIX, como o momento de construção da nação, assume essa lógica, criativamente, para definir a imagem de nação do jovem país. No final do século, porém, quando se redefinia o lugar de si e dos outros com a Abolição e a República, a lógica fundante permanecia e como afirma Munanga:

Nesse contexto histórico, a diversidade foi vista pela maioria da elite como um obstáculo ao processo de construção da nação e do povo brasileiro. No pensamento daquela elite, o pluralismo era um grande dilema nacional cuja solução se encontraria numa proposta eugenista

⁷ MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil S.P.: Vozes, 1999, p. 115.

visando o branqueamento da população por um lado e a criação de uma cultura sincrética, por outro⁸

Nessa lógica de assimilação a mestiçagem foi pensada como uma categoria que serviria de base para a construção da identidade nacional, com os filhos de índia e branco em meados do século XIX e, no final do século, como uma condição que homogeneizava a diversidade de povos do Brasil. Assim, índios que não correspondiam à representação que os intelectuais reconheciam, e os negros, com todas as gradações de cor, foram reunidos na categoria de mestiços, tornando-se condição para, a partir dessa categoria, a elite intelectual e política pensar e definir o que fazer para o Brasil.

Embora essas questões requisitassem estudos teóricos no processo de escrita dessa dissertação, elas já se anunciavam no projeto de pesquisa desde o parágrafo que introduzia o texto, que expressava:

Estudos sobre o século XIX, para o Brasil, são imprescindíveis quando a discussão envolve temas como nação e identidade brasileira. Foi neste período que se estabeleceram os primeiros trabalhos sobre estes temas e que ainda mantêm raízes na nossa memória social. O índio como mito da nacionalidade, construído pelos escritores românticos como Gonçalves Dias e José de Alencar⁹; a mescla das três raças: indígena, branca e negra na formação da nação, definida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro– IHGB¹⁰ e fundante do “racismo cordial”¹¹ do Brasil, são alguns dos pressupostos destes trabalhos.

Os dilemas de uma identidade indígena constituída por intelectuais no século XIX conduziram o estudo aos enunciadores desse discurso. Diante da amplidão do campo de

⁸ Id. *Ibid.*, p. 51

⁹ ALENCAR, José. *Iracema*. São Paulo: Scipione, 1997; *O guarani*. São Paulo: Ática, 1979; DIAS, Gonçalves. *Primeiros cantos* de 1846; *Segundos cantos e sextilhas de Frei Antão* de 1848; *Últimos cantos*, 1851; *Os Timbiras* 1857 e *Dicionário da língua Tupi*, 1858.

¹⁰ Sobre essa questão, existe uma vasta bibliografia, sendo especialmente consultada: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história Nacional. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 1, p. 5-27, 1988.

¹¹ Ver sobre a discussão em MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Rio de Janeiro. Vozes, 1999; SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e em seu artigo Usos e abusos da mestiçagem no Brasil: uma história das teorias raciais em fins do século XIX. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n 18, p. 77-101, 1996. Quanto ao termo, além da autora citada, ver FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

estudo optamos pelo momento do aniversário de 400 anos do Brasil por considerá-lo significativo para a projeção de uma imagem que ainda alimenta a memória social. Nossa proposta foi analisar sua elaboração no fim do século e nos diferentes caminhos literários utilizados para divulgar essa imagem. Assim, o recorte temporal desse projeto é o ano de 1900, mais precisamente, o período de comemoração dos 400 anos do Brasil, diante da necessidade de afirmação e consolidação de “verdades” nacionais, e porque, como lembra Lilia Schwarcz¹²:

Finais de século sempre foram bons para pensar. De fato, nesses momentos, utopias e prognósticos falam do futuro, se debruçam sobre o porvir, como se realidade e representação caminhassem lado a lado, tornando difícil discernir onde termina a história e em que lugar começa o mito.

Nesse momento, para os intelectuais e políticos baianos, pensar o Brasil, especialmente a Bahia, estava intrinsecamente associado em garantir um futuro que seguisse o caminho do progresso e da civilização. Nesses dois termos, a centralidade de uma perspectiva civilizatória européia, a única por eles reconhecida e cuja viabilidade no novo século dependia das mudanças que esses homens se viam responsáveis por realizar, começava com a projeção de uma história do Brasil e de seu povo em que não cabiam não-brancos, ou, se aí cabiam, teriam um lugar inferior reservado.

Os índios, nesta História do Brasil, tiveram o seu lugar reservado no passado ano de 1500 para afirmar a coragem do europeu e morto ou em vias de extinção para tranquilizar as perspectivas de futuro do País. Este é um dos aspectos que surgiram da leitura no decorrer da pesquisa e será apresentado nesta dissertação.

Os intelectuais baianos dessa época, reunidos ou na Faculdade de Medicina da Bahia ou no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa, consideravam a

¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil..., op. cit., p.77.

diversidade étnica e a predominância negra e mestiça da população da Bahia como problemas e entraves para se alcançar o progresso e a civilização, o que motivou muitos estudos, particularmente no fim do século, quando a questão da degeneração do mestiço foi assumida intelectualmente, ganhando foros de cientificidade.

Na Escola de Medicina baiana, sob a liderança de Nina Rodrigues¹³, entendiam o cruzamento racial como o grande mal, “{...}enquanto os médicos cariocas tratavam de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a população que estava em questão”¹⁴.

Os intelectuais convocados para dispor da palavra nos 400 anos do Brasil foram os que estavam em torno do IGHBa, tornando-se as autoridades nas questões referentes a História do Brasil e da Bahia nesse momento de aniversário. Esta escolha provavelmente se explicava por dois motivos: quase todos os membros do IGHBa estavam vinculados politicamente, e com cargos, na gestão do então governador Luis Vianna e, também, por se considerar função do Instituto: “{...}traçar em caracteres indeléveis a vida e os costumes deste povo, seus progressos na marcha da civilização, os grandes feitos e as ações magnânimas de seus heróis”¹⁵.

Num século que vivenciou a condição de colônia e dois regimes políticos, o imperial e o republicano, no qual, ao seu final, a Bahia perdia importância e poder no governo central da República, as comemorações desse quarto centenário também traziam embutida a necessidade de reafirmação política.

¹³ Nina Rodrigues médico legista que publicou: *As raças humanas e a responsabilidade penal na Bahia*. Bahia: Progresso, 1888; Os mestiços brasileiros. *Brazil Médico*. Rio de Janeiro., s.e., 1890

¹⁴ SCHWARCZ. Lilia Moritz. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. S.P.: Companhia das Letras, 1993. p.190

¹⁵ ABREU, Pedro da Costa e. Discurso de inauguração. *Revista do IGHBa*, Salvador, n.19, 1867, p. 83.

Organizaram, portanto, uma semana de festas e publicações para demarcar a primazia da Bahia antes de qualquer outro Estado brasileiro no “nascimento na civilização” em 1500, mas também para reafirmar esse Estado em 1900. Nesse momento, com o fim da guerra de Canudos, a Bahia se considerava vencedora na luta contra as idéias restauradoras da monarquia e da degeneração racial dos mestiços que ali estavam representados.

Nesse contexto, voltava-se ao passado compreendendo a história como “mestra-da-vida,” para rever heróis e fatos que refletissem exemplos para o futuro. Os intelectuais “cheios de idéias sublimes e aspirações grandiosas”¹⁶, não reconheceram os índios seus contemporâneos do século XIX, pois estes não cabiam nessa história, apenas talvez como figurantes que não ajudam o protagonista. Mas o olhar refinado visualizava o índio como produto da idealização romântica de quando o Brasil construía sua história como nação. Porém, nesse olhar de fim de século a miscigenação do indígena já não era vista como salutar para a vida do País como se pensara antes. Agora, as lentes teóricas eram mais elaboradas, as degenerações eram visivelmente reconhecidas. Se haviam permanecido cegos a elas, num “piscar de olhos”¹⁷, reconheciam, naquele momento, o que estava em sua frente.

Quanto à pluralidade de povos e a mestiçagem, não parece haver muita diferença entre o pensamento dos intelectuais da Faculdade de Medicina e os do Instituto, entretanto a preocupação na identificação, descrição e registro dos aspectos físicos parecem ser diferenciada entre esses intelectuais. Para os da Faculdade de Medicina, os aspectos físicos dos mestiços são as marcas da doença a ser tratada. Os trabalhos dos intelectuais do IGHBa

¹⁶ José Antônio Costa, publicado no jornal *Correio de Notícias* em 30.04.1900.

¹⁷ Expressão contida na última frase do livro de Xavier Marques. *Pindorama*, uma das fontes deste projeto.

servem para se fazer reconhecer que era o mestiço e definir a existência ou negação das raças “puras”, em particular na afirmação de extinção da indígena.

Diante da forte presença mestiça, os intelectuais compartilhavam dos mesmos pressupostos de desigualdade racial e conseqüente inferioridade das raças não-brancas. Sob o signo das teorias estrangeiras e desdobradas nas idéias iluministas de razão, ciência, progresso e evolução, idealizavam a futura pretensa uniformidade étnica da população brasileira.¹⁸

Nesse aniversário de 400 anos, o olhar sobre os índios foi registrado em vasta publicação pelo IGHBa e em vários jornais. Um olhar conduzido pelas lentes das teorias estrangeiras: evolucionista, positivista e determinista do século XIX, registrou uma imagem específica do Brasil, em que o índio idealizado, mito da nacionalidade, moldava a identidade que pretendiam generalizar e vê-la reconhecida. Assimilam o Tupi-Guarani da construção romântica, virtualmente extinto ou supostamente assimilado.

Usaram as lentes de uniformidade racial, as quais, embora visualizando a diversidade de povos, não reconheciam e recusavam, registrando o que era possível ou conveniente ao seu campo de visão: paisagem e pessoas com as quais se familiarizaram nos textos escritos; o que estava além dele era visto como degenerado. É como se circunscreve o discurso sobre o índio elaborado pelos intelectuais no final do século XIX.

Discurso é uma das categorias de análise deste texto, compreendido como o efeito de sentido construído no processo de interlocução (opõe-se a uma concepção de língua como mera transmissão de informação).

¹⁸ Sobre esta questão, ver SCHWARCZ, Lilia; MAIO, Marcos Chor (Org). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: CCBB, 1996; e POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998 entre outros.

O discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos.¹⁹

É sobre as *condições de produção* do discurso sobre os índios elaborado pelos intelectuais baianos de 1900 que se volta este projeto. Volta-se às condições de produção que constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro. O topos teórico da análise do discurso comporta as *regras de formação* constitutivas de uma *formação discursiva*; possibilitando a determinação dos elementos que a compõem. Foucault apresenta-as como um sistema de relações entre os *objetos* do discurso, os diferentes *tipos de enunciação* que permeiam o discurso, os *conceitos* e as diversas *estratégias* capazes de dar conta de uma formação discursiva permitindo ou excluindo certos temas ou teorias.

A enunciação se dá “num aqui e agora, jamais se repetindo. Ela se marca pela singularidade”²⁰. O que se reconhece nesta pesquisa são os ecos que se ouve hoje, emitidos em 1900 que, em outro contexto, podem projetar e marcar a memória social de gerações de outros tempos.

Em diversos textos científicos, jornalísticos e literários buscamos a *formação discursiva*, entendida como

conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”. A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica. Isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social historicamente determinado.²¹

Recorrendo a veículos de construção de verdade tais como os jornais da época, ao livro *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz* de Salvador Pires de Aragão, resultado de

¹⁹ ORLANDI, Eni Pulcinele. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: São Paulo: Pontes, 2001, p. 21.

²⁰ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p. 89.

uma pesquisa encomendada pelos intelectuais do IGHB, e ao romance *Pindorama* de Xavier Marques ganhador do concurso deste Instituto nas comemorações dos 400 anos e por duas vezes editado, todos eles utilizados como fontes para este projeto, pretendemos identificar, neste discurso sobre o índio, as idéias mais recorrentes entre estes diferentes autores e fontes: como discutiram sobre o índio?, quais os olhares que lançaram sobre os índios seus contemporâneos?, como os enxergaram ou não os enxergaram?; de onde referendavam as imagens que os levavam a identificar os índios?, como a mestiçagem foi vista por esses intelectuais?, como lidaram com a mestiçagem?

É importante considerar a inclusão de *Pindorama*, um romance literário no conjunto das fontes, como portador de verdade sobre um discurso que se tornou público e aceito. Como observa Sandra Pesavento, a obra literária “{...} não é um mero dado ou documento, ela se constitui num “algo a mais”, inestimável para fornecer subsídios que não se encontrará facilmente em outras fontes”²². Esse “algo a mais”, está na própria condição do romance de poder construir uma história como se deseja, reunindo características de personagens, viajando e vivendo em períodos históricos, cujos acontecimentos estão sob controle e ao protagonista está reservado o lugar de reverência.

Essa “condição” do romance apresenta-se muito sugestiva em épocas de comemoração, quando se impõe uma necessidade de um olhar sobre a história, além de permitir uma apropriação do leitor. Seguindo o raciocínio de Walter Benjamin vejamos a diferença entre o historiador e o cronista, como aponta Sandra Pesavento ²³:

O cronista não explica a história narrada, quem deve explicar é o leitor, que é livre para interpretar como quiser o texto, tornando-o também produção sua. Já o historiador é obrigado a explicá-lo de alguma maneira. Obedecendo a uma estratégia pedagógica e apoiado na autoridade construída pelo saber específico que lhe pertence, o historiador enuncia a sua versão do real passado, mesmo que, contemporaneamente, ele admita que a sua explicação é uma entre outras tantas possíveis.

A utilização de um veículo como o romance de Xavier Marques parece estar inserida neste pressuposto discutido por Walter Benjamin: a possibilidade de o leitor tomar

²¹ Id., *ibid.*, p. 90.

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos de Clio ou a literatura sob o olhar da História a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis. *Revista Brasileira de História*. Confrontos e perspectivas, São Paulo, ANPUH, Contexto, v. 16, n. 31/32, 1996.

²³ Id., *ibid.*, p. 111.

como sua a história narrada. Este leitor, receptor de uma mensagem, pode apropriar-se de um discurso através de uma obra literária. Embora não tenha a pretensão de aprofundar nas possíveis maneiras de recepção desse discurso, já que priorizamos analisar a sua emissão, entendemos que o discurso emitido por esses intelectuais ganhou acolhida numa memória social.

Cabe referir nesta discussão sobre a relação escritor-público, via obra literária, o que afirma Coutinho sobre o público da literatura romântica no Brasil, que não se tratou apenas de um público leitor, mas na sua maioria de um público de ouvintes, correspondente “{...} a uma sociedade de iletrados, analfabetos ou pouco afeitos à leitura, exigindo do escritor um estilo, realmente escrito para ser lido”²⁴.

A receptividade do público engendrou a lógica de uma escrita e os vínculos do autor com a discussão proposta. “Vemos, então, que nativismo e civismo foram grandes pretextos funcionando como justificativas da atividade criadora; critérios de dignidade do escritor; recursos de atrair o leitor e, finalmente, valores a transmitir”²⁵. Essa perspectiva parece permear o romance de Xavier Marques.

Esse romance foi um dos “recursos” para atingir um público mais amplo, por ser um estilo que este estava acostumado a consumir, já que os livros considerados científicos tinham um público mais específico. Assim, a projeção da imagem de índio, que cabia aos interesses e perspectivas dos intelectuais baianos desse período, vinculou-se tanto ao romance *Pindorama* com publicação em duas edições e nos jornais da época, quanto ao livro de Salvador Pires de Aragão que atendia ao grupo de intelectuais, com um consumo mais particular de leitura.

²⁴ COUTINHO, Afrânio (Dir.); COUTINHO, Eduardo de Faria (Co-Dir). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 224

O romance *Pindorama* e o livro *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*, mesmo sendo concebidos como textos diferentes, veicularam a mesma imagem de índio, projetando a “raça original” em extinção e a mestiçagem como uma questão para a qual precisavam “abrir o olho” e reconhecer o problema que teriam a enfrentar. Publicados no mesmo ano, 1900, e constituídos no mesmo contexto, sob a alçada do IGHBa, tornam-se representativos para se conhecer as idéias dos seus contemporâneos e problematizar a permanência dessa imagem discursiva do índio a-histórico, no passado e em vias de extinção, na memória social.

A discussão desta dissertação está ordenada em três blocos pontuais e nessa seqüência: a explicitação do contexto, tal como o compreendemos, que se fez influente para a construção desse discurso sobre o índio; a análise dos dois livros específicos: *Pindorama* de Xavier Marques e *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*, de Salvador Pires de Aragão, e por fim, um bloco de considerações sobre toda a discussão recorrente, em que fazemos uma reflexão sobre a permanência de práticas que estão carregadas desse discurso, elaborado no século XIX. Embora essa reflexão apareça no último bloco, não significa que o questionamento a esse discurso não permeie todo o texto, pois a desconstrução da imagem-discursiva do índio se configura em cada momento, sob a lógica foucaultiana na qual o discurso deve ser desvendado como forma de se chegar às práticas sociais.

Perguntar ao discurso “quem” fala, significa remeter esse sujeito aos critérios de “competência” e de “saber” que lhe assegura o “direito de falar com sentido”, mas, significa, sobretudo, remeter o discurso aos “lugares institucionais” de onde o “sujeito enunciativo” obtém esse direito”.²⁶

Interpelar esse discurso para alcançar as regras que o fazem existir, constitui o nosso exercício dissertativo. Optando por analisar o discurso que configurou a imagem do índio,

²⁵ Id., loc. cit

reconhecemos nesses intelectuais baianos os enunciadores. Portanto, a citação de Eleonora Costa indica como um romance escolhido num concurso do IGHBa e um livro considerado científico produzido a partir de solicitações e orientação do seus membros; remetem a elaboração de um discurso que enuncia uma “verdade” para projetar uma imagem sob as gerações contemporâneas a esse discurso e materializa, na linguagem, as práticas sociais de negação do indígena até os dias atuais.

Mas, antes de iniciar os capítulos, é preciso que se identifiquem algumas raízes teórico-metodológicas que deram a este trabalho a fala que ele comporta.

A primeira ordem do nó teórico a ser desatado é a identificação da metodologia de análise e a segunda é conceitual. Estas duas ordens estão saturadas de material da pesquisa realizada, não será apresentada, portanto, uma discussão teórica bibliográfica, mas o que foi considerado dessa bibliografia teórica na especificidade do recorte feito para este texto. Assim, à medida que uma das cordas do nó foi apresentada, estarão sendo discutidos o material da pesquisa e as afirmações que foram produzidas para a dissertação.

Em face da intenção de pesquisa: como o índio foi pensado pelos intelectuais baianos no final do século XIX, já se delineia a lógica teórica que perpassou esta intenção – analisar falas de intelectuais, tomados como os emissores de uma verdade sobre o povo indígena. À medida que o material onde estariam estas “falas” foi sendo identificado, emergiu, também, uma série de questões sobre como lidar com esse material. Este movimento para definir a metodologia buscando a que mais se aproximasse da intenção colocada, foi tomando forma quando alguns pontos ficavam demarcados.

O primeiro ponto demarcado foi a definição que se trabalharia apenas com os intelectuais que estavam reunidos no IGHBa, sobressaindo dois trabalhos específicos o

²⁶ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 58-59

romance-histórico *Pindorama* e o livro-relatório *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*, por duas questões principais: terem sido acolhidos pelo IGHBa e por estarem falando da temática índio, mas em linguagens diferentes

O índio no texto literário de *Pindorama* e em *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz* numa linguagem “científica”, obedecendo a uma norma de relatório. Diferentes linguagens para se analisar o que “havam querido dizer” sobre os índios. Estava, portanto, configurado nesse propósito o porquê da escolha de linguagens tão diferentes _ um romance e um relatório _ em diferentes textos que conforme Foucault²⁷:

retem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significação que podem ser comuns a toda uma época. Cada elemento considerado é recebido como a expressão de uma totalidade à qual pertence e que o ultrapassa. Substitui-se, assim, a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme, ainda jamais articulado e que, pela primeira vez, traz à luz o que os homens haviam “querido dizer”, não apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem.

Portanto, estava definido que seriam “ouvidos” os intelectuais como os *enunciadores*, definidos como quem emite uma fala de um lugar de poder e, mais particularmente, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que ficou responsável pelas comemorações do aniversário de 400 anos do Brasil, tanto no seu aspecto plástico, como missa e desfiles, quanto no conteúdo que justificava a comemoração.

O exercício de análise desta dissertação foi “ouvir” desses enunciadores concepções sobre o índio, o lugar e o papel desse povo na história de 400 anos do Brasil. Portanto, ouvindo suas falas identificou-se o discurso que emitiram e entendendo *discurso* “{...} como sendo constituído por um conjunto de seqüências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência”,

²⁷ Id., *ibid.*, p.137

sendo “{...}um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”²⁸.

À medida que a análise dos livros e jornais, suportes das falas dos enunciadores foi sendo feita, identificavam-se as semelhanças de abordagem sobre o índio, seu lugar e papel na história do Brasil. Esta semelhança foi identificada a partir da preocupação que todos eles apresentavam quanto à mestiçagem, que tomavam como um processo de degeneração das raças.

No final do livro de Xavier Marques quando o personagem protagonista é “{...}tomado por fatais pressentimentos ao encontrar um lote de mestiços profanando as armas reais, desfazendo o seu troféu, arrancando-as, despedaçando-as, com visível ostentação de irreverência”, ou quando Salvador Carvalho Pires e Aragão afirma “{...}vão rareando os representantes da raça pura”, pode-se constatar que estes enunciados, para além de frases, comportam perspectivas de um discurso de época, no qual a mestiçagem é um problema e também uma realidade aos olhos desses enunciadores.

Diante da diversidade racial, esses intelectuais os homogenizam com uma única categoria: mestiçagem, o que parece perpassar o propósito de assimilação embasada na projeção de uma uniformidade étnica. Esta uniformidade étnica, ao mesmo tempo, toma como um o que são vários mas também expõe a uniformidade como um prospecto para o olhar diante da perspectiva de que a uniformidade étnica branca era concebida como a condição para alcançar o progresso e a civilização.

Esta descrição entre um certo número de enunciados, os tipos de enunciação, as escolhas temáticas, “{...}definidos com uma regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações) diremos por convenção que se trata de uma *formação*

²⁸ Id. *ibid.*, p. 124

discursiva”²⁹, que foi envolvendo as falas dos diversos intelectuais pesquisados ganhando corpo teórico. Compreendemos, assim, que “{...} os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua, dependem de relações constituídas nas/pelas formação discursivas”³⁰.

Os intelectuais baianos do final de 1900 definiam índio com o referencial da estética do mito da nacionalidade da literatura romântica, que se alimentou das informações de cronistas europeus como Pero Vaz de Caminha, José de Anchieta ou Gabriel Soares. Apenas a estética, pois a miscigenação, para esses intelectuais, era entendida diferentemente da lógica de afirmação quando esse mito foi produzido no pós independência, no final do século XIX. A miscigenação não afirma uma nacionalidade, pelo contrário ela é tomada como um processo que espetacularizar a nacionalidade como algo absurdo, que preocupa como um entrave ao progresso e à civilização que eles pretendiam vivenciar no Brasil. Assim, “{...} sempre as mesmas (palavras) mas, ao mesmo tempo, sempre outras”³¹ a que lembra Orlandi³²

Todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam.

A estética romântica sobre o índio, a miscigenação como um fator preocupante para o projeto de futuro étnico branco somado à questão que se coloca do olhar assimilativo da identidade brasileira que vê o mestiço enquanto uma categoria uniformizante, se constituíram enunciações que emergiram pela metodologia da Análise de Discurso.

²⁹ FOUCAULT, Michel. op. cit., p.43

³⁰ ORLANDI, Eni Pulcinele. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas; São Paulo: Pontes, 2001, p. 44

³¹ Id. *ibid.*, p. 36

Nesse processo, identificamos categorias semelhantes na descrição fenotípica como a-histórico, selvagem, entre os diversos textos pesquisados. Mas estas categorias, que poderiam dar corpo para trabalhar com a metodologia da Análise de Conteúdo, não foram a corporeidade que as falas iam ganhando à medida que o texto dissertativo era produzido. Embora, estas categorias participem do discurso sobre o índio elaborado pelos intelectuais nos 400 anos do Brasil, predomina a imagem indígena que estes intelectuais projetaram que conforma a invisibilidade dos índios na memória social brasileira.

Essa invisibilidade ocorre a partir da perspectiva da miscigenação, que pode negar a origem étnica inferiorizada para se aproximar da branca, a “conformação” dos índios em extinção, sendo muito raros, e até mesmo a perspectiva que só reconhece o índio que corresponda à imagem projetada neste discurso. Será, portanto, esta discussão a centralidade do texto das páginas seguintes.

O trabalho se divide em três momentos correspondentes a três capítulos. O primeiro momento tem a intenção de localizar o contexto sobre o qual os intelectuais baianos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no ano de 1900, movimentaram-se e mobilizaram-se para construir o discurso sobre o índio.

Partindo do pressuposto de que o fim de século carrega em si perspectivas e projeções de futuro, no final do século XIX, diversas mudanças influenciaram a intencionalidade dessas projeções, tais como a queda do Império em 1889 e a instalação da República, como também o fim do regime escravista, decretado em 1888. Sendo essas mudanças tão recentes e em processo de consolidação, provavelmente as elites, especialmente os intelectuais e políticos, estavam procurando acomodar as mudanças à velha ótica de permanência de poder.

³² Id., loc. cit.

Politicamente, a Bahia de 1900, sob o Governo de Luís Vianna, buscava manter relações estreitas com o Governo Central. A Guerra de Canudos, que ocorreu durante o seu governo, impulsionou tanto os seus vínculos com o Regime Republicano, como com as idéias de degeneração dos mestiços, pois se considerava Canudos como reduto monarquista e de mestiço degenerados e loucos.

Membros do governo Luís Vianna e intelectuais do IGHBa se confundiam, como é o caso de Satyro Dias que era responsável pela Pasta do Interior e presidia também a comissão do concurso que escolheu o livro de Xavier Marques, *Pindorama*, nas comemorações dos 400 anos do Brasil.

No segundo momento, localizamos a tessitura intelectual, pontuando as teorias raciais européias, como a da degeneração, e a presença dessas perspectivas raciais no Brasil. Mesmo se tratando de um período anterior, cabe um retorno ao Romantismo do período pós-independência, mesmo porque ali se elaborou a imagem palatável do índio, que foi reutilizada no final do século XIX.

No terceiro momento, situamos o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa nas comemorações dos 400 anos do Brasil, como instituição que legitimou a enunciação do discurso sobre o índio. Destacamos como e por que ganhou esse lugar, que lugar era este, quem eram seus sujeitos, em particular os escritores Xavier Marques e Salvador Pires de Aragão, autores dos livros que servem como fonte para a pesquisa. São tecidas algumas considerações sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB com sede no Rio de Janeiro, tanto em relação ao papel que ele desempenhou na construção de uma nação brasileira, como por ter sido modelo para os demais institutos do Brasil.

Discutimos, também, a visibilidade dos discursos do IGHBa nas publicações de jornais baianos. Para essa discussão, os jornais *Correio de Notícias* e o *Diário da Bahia*,

que eram os de maior circulação na época, são tomados como fontes que subsidiam a discussão sobre a autoridade do Instituto, autoridade esta reconhecida para falar sobre os temas de história e definir o papel e o lugar de índios, negros e brancos na história e no futuro do Brasil.

Esses jornais também trazem referências substanciais sobre a participação das escolas nas Comemorações do 4º Centenário, dados que utilizamos para discutir como a escola era considerada espaço de reprodução de conhecimentos, elaborados nos Institutos ou por intelectuais que os freqüentavam, indicando, inclusive, em algumas colunas, livros que a escola poderia utilizar sobre temas “pátrios”.

Tais momentos correspondem ao Capítulo 1 - **DEMARCANDO AS TRILHAS DOS INTELLECTUAIS BAIANOS DE 1900**. Com os subtítulos: “**O IGHBa na comemoração dos 400 anos do Brasil**” e “**A tessitura teórica que enlaçou os intelectuais**”.

O segundo momento corresponde aos capítulos: **XAVIER MARQUES: PINDORAMA DEGENERADA** e **O DISCURSO DA CIÊNCIA: AUTORIDADE DA VERDADE**. Reunimos, nesses capítulos, a discussão sobre os dois livros: *Pindorama*, de Xavier Marques e *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*, de Salvador Pires de Aragão. Na análise sobre os livros, discutimos a projeção da imagem de índio, considerando a literatura como uma linguagem sensibilizadora para as pretensões dos intelectuais e políticos contemporâneos no final do século, diferenciando do livro de Salvador Pires de Aragão, não na projeção do discurso, mas na especificidade da abordagem. Neste, a autoridade da verdade ao afirmar que não existem mais índios na área da Baía Cabrália, referenda-se em “provas”, fotos com histórico étnico dos retratados, na carta de Pero Vaz de Caminha, e na fala de outro intelectual de renome nacional e internacional, o estrangeiro

Ferdinand Denis. É a afirmação do fazer científico, segundo o qual, especialmente no século XIX, as provas eram definidoras. A partir destas elaboravam-se os prognósticos para o futuro de uma população.

Consideramos que esse terceiro momento, o das **CONSIDERAÇÕES FINAIS: ecos de palavras-imagens**, tem características sui generis diante dos demais. Nele discutem-se questões como a invisibilidade indígena na nação brasileira e na memória histórica, pressupondo-se que o discurso da extinção, conforme elaborado no século XIX, projetou essa invisibilidade e a “certeza” de seu desaparecimento.

Ir em busca das raízes de um discurso elaborado em outros tempos, mas que ainda ecoa nos ouvidos de hoje, conformando uma prática social de exclusão de um povo, foi motivação da caminhada realizada. Usando de um instrumental teórico de análise do discurso para iluminar o caminho, visitamos não só o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, como também a Biblioteca do Estado da Bahia, seção de obras raras, e o Arquivo do Estado da Bahia. Nesses locais, os livros pesquisados serviram como fontes para matar a sede de conhecer e, então, reconhecer os sons que ecoam sobre o índio. Ao final dessa aventura bate a sensação que a viagem deixou muitas marcas que motivarão outras aventuras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Pedro da Costa e. Discurso de inauguração. *Revista do IGHBa*, Salvador, n.19, p. 83, 1867.
- ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Scipione, 1997.
- ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1979.
- AMOROSO, Marta Rosa; SAEZ, Oscar C. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. B. (Org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995.
- ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabralia e Vera Cruz*. Salvador: Lith-Typ. e Encadernação Reis, 1899.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, (Série Pesquisas).
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, (Novas Perspectivas, 7).
- CANDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1959.
- CARNEIRO, Manuela da Cunha (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- CASTELO, José Aderaldo. Apresentação. In: MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. Salvador: SEC: Academia de Letras da Bahia, 1998.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- Correio de Notícias*. Salvador, jan. 1898-dez. 1900.
- COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- COUTINHO, Afrânio (Dir.); COUTINHO, Eduardo de Faria (Co-dir). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.
- DENIS, Ferdinand. *Uma festa brasileira*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

DENIS, Ferdinand. *Os Maxacalis*. Edição crítica com introdução, nota e apêndice de Jean-Paul Breyas. Salvador: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia: Conselho estadual de Cultura, 1979.

Diário da Bahia. Salvador, jan./dez. 1898.

Diário de Notícias. Salvador, jun. 1897-dez. 1900.

DIAS, Gonçalves. *Primeiros cantos*

EDELWEISS, Frederico C. O descobrimento do Brasil e o dia 3 de maio. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n 88, p. 127-134, 1984.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n 21/22, p. 177-238, 1998/1999.

FRAGOSO, Arlindo. Apresentação. In: ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. *Estudos sobre a Baía Cabrália e Vera Cruz*. Salvador: Lith-Typ. E Encadernação Reis, 1899.

FREITAS, Marcos Cezar (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GANDON, Tânia Almeida. O negro e o índio: uma relação legendária. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n 19/20, p. 135-164, 1997.

GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Nazze, 1995.

GRUPIONI, Luís D. B. (Org). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma historia nacional. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

Jornal de Notícias. Salvador, jan. 1898-dez. 1900.

LAET, Carlos de. O panorama de Victor Meirelles. *Revista do IGHBa*, Salvador, n 26, p. 471-474, dez. 1900.

LÉRY, Jean. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: ,1980

LUZ, Narcimária do Patrocínio (Org.) *Pluralidade cultural e educação*. Salvador: Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil – SECNEB/Secretaria de Educação – Coordenação de Educação Superior – CES, 1996.

MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: CCBB, 1996.

MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. Salvador: SEC: Academia de Letras da Bahia, 1998.

MARQUES, Xavier. *Pindorama*. Bahia: Typografia Bahiana, 1900. 321 p.

MARQUES, Xavier. *O feiticeiro*. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1975.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador/Ba (1850-1888)*. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

MONTEIRO, Jonh Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: CCBB, 1996.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Robert G. de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Editora USP, 1972.

ORLANDI, Eni Pulcinele. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos de Clio ou a literatura sob o olhar da História a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis. *Revista Brasileira de História*. Confrontos e perspectivas. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 16, n. 31e 32, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da história e da literatura para a contribuição do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARTDT, Jacques (Orgs). *Discurso histórico e narrativa literária*. São Paulo: UNICAMP, 1998 (Coleção Momento).

POUTIGNAT, Philipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, v. 6, no. 19; 20; 21; 22, 1899.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, v. 7, no. 23; 24; 25; 26, 1900.

RIBEIRO, Renato Janine. Iracema ou a fundação do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal na Bahia*. Bahia: Progresso, 1890.

RODRIGUES, Nina. *Os mestiços brasileiros*. Brazil Médico: Rio de Janeiro, 1890.

SALLES, David. O ficcionista Xavier Marques: um estudo da “transição” ornamental. Salvador, 1974. Mimeografado.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *O poder legislativo da Bahia: primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembléia Legislativa: UFBA, 1985.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O dono da terra: o caboclo nos Candomblés da Bahia*. Salvador: SarahLetras, 1995.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Mestiços no país dos espelhos e o que eles viram lá. *Sitientibus*: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, p. n. 13 jul./dez. 1995,

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e Abusos da mestiçagem no Brasil: uma história das teorias raciais em fins do século XIX. *Revista Afro-Ásia*. Salvador: UFBA, n 18, p. 77-101, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1993

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. B. (Org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro:

Tempo Brasileiro: Brasília: INL, 1979.

SILVEIRA, Renato da. Revista Afro-Ásia, Salvador, n 21/22, 1998/1999.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1981.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA FILHO, Raphael R. A africanização do carnaval da Bahia: a re-criação do espaço carnavalesco (1876-1930). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, .

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1997.

ZILBERMAN, Regina. Romance histórico: história romanceada. *O Quinto Império*. Revista de cultura e literatura de língua portuguesa, Salvador, n 9, 2º. Sem. 1997.